Porto Alegre, Quarta, 03 de Abril de 2024 - Ano 23 - Número 8232

APÓS DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, JAIRO JORGE REASSUME PELA TERCEIRA VEZ A PREFEITURA DE CANOAS.

Alisson Moura/Divulgação



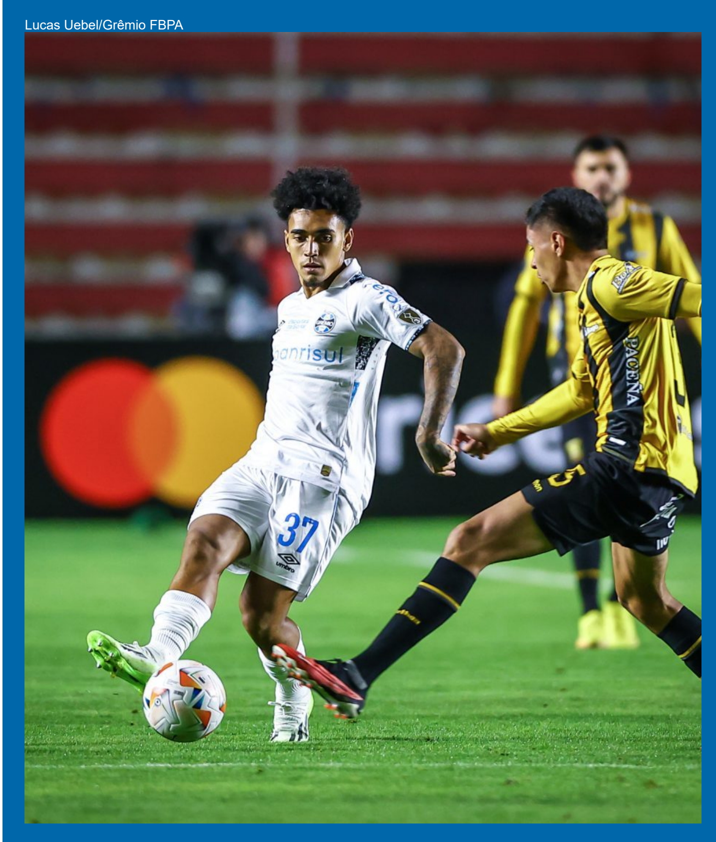
De forma unânime, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou na tarde dessa terça-feira (2) a medida cautelar da Justiça Federal que mantinha Jairo Jorge novamente afastado da prefeitura de Canoas (Região Metropolitana de Porto Alegre) nos últimos quatro meses. O político do PSD reassumiu o comando do Executivo municipal no início da noite. Página 46



GOVERNO ESTUDA MEDIDAS PARA CUSTEAR PARTE DAS TARIFAS E REDUZIR A CONTA DE LUZ DOS CONSUMIDORES.

Página 30

Lucas Uebel/Grêmio FBPA



JOGANDO NA ALTITUDE DE LA PAZ, GRÊMIO PERDE POR 2 A 0 PARA O THE STRONGEST PELA LIBERTADORES.

Jogando na altitude de La Paz, na Bolívia, o Grêmio perdeu por 2 a 0 para o The Strongest. A partida dessa terça-feira (2) foi válida pela primeira rodada da Libertadores 2024. O Tricolor poupou titulares para a final do Campeonato Gaúcho contra o Juventude, no próximo sábado (6), na Arena. O primeiro duelo, em Caxias do Sul, na Serra, terminou empatado sem gols. Página 67

Ricardo Duarte/Inter



FORA DE CASA, INTER EMPATA EM 0 A 0 COM O BELGRANO NA ESTREIA DA COPA SUL-AMERICANA.

Em sua estreia na Copa Sul-Americana de 2024, o Inter empatou em 0 a 0 com o Belgrano-ARG na noite dessa terça-feira (2). Disputado no Estádio Mario Alberto Kempes, em Córdoba, o duelo foi válido pela 1ª rodada do Grupo C. O próximo confronto do Colorado pela competição será na quarta-feira (10), no Beira-Rio, contra o Real Tomayapo, da Bolívia. Página 66

A DENGUE JÁ CUSTOU AS VIDAS DE 50 GAÚCHOS NESTE ANO.

Página 50

"Um ano e três meses de governo é muito pouco ante o compromisso que assumi com o povo", diz Lula.

Ricardo Stuckert/PR



Lula discursou durante a inauguração das obras de dragagem do Canal de São Lourenço, no Porto de Niterói.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nessa terça-feira (2), que um ano e três meses é "muito pouco tempo" para o cumprimento de promessas feitas em campanha na seara econômica. Mas afirmou que não esqueceu de uma só palavra dita em campanha e fez longa defesa de investimentos na indústria naval e pesqueira a fim de gerar emprego e renda.

Lula discursou na tarde dessa terça durante a inauguração das obras de dragagem do Canal de São Lourenço, no Porto de Niterói, cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A intervenção vai aumentar a profundidade do canal de 7 metros para 11 metros, a um investimento de R$ 157 milhões, permitindo a chegada de navios com calado maior, principalmente embarcações de serviço logístico da cadeia de óleo e gás. Do total, R$ 137 milhões serão aportados pela Prefeitura de Niterói e outros R$ 20 milhões pela Companhia Docas do Rio de Janeiro, empresa pública ligada ao governo federal.

"Um ano e três meses de governo é muito pouco ante o compromisso que assumi com o povo brasileiro. Lembro bem de cada palavra, de cada coisa que prometi na campanha", disse Lula.

No discurso, Lula prometeu "recuperar" a Petrobras e afirmou que vai reerguer a indústria naval pela segunda vez, à exemplo do que teria feito a partir do primeiro mandato, em 2003.

Na semana passada, a Petrobras anunciou um pacote de licitações de barcos, englobando desde as já conhecidas encomendas de navios-plataforma, mas também barcos de apoio logístico e cabotagem.

"Tenham a certeza de que vamos recuperar a indústria naval brasileira. Não é possível que num país que faz 90% do seu comércio pelo mar, receba e exporte produtos com navios de bandeira estrangeira. Temos que voltar a financiar a indústria naval. Não existe possibilidade de recuperar o País se a economia não voltar a crescer. É necessário gerar emprego, porque emprego gera renda, renda gera consumo e consumo traz desenvolvimento", disse Lula.

Antes de Lula, o ministro Sílvio Costa Filho disse que o presidente já autorizou o aporte de mais R$ 60 milhões para a construção de canal para um terminal pesqueiro também em Niterói. A indústria pesqueira é outro setor de destaque da economia local.

Lula adota linha pacifista para tentar driblar a polarização no Brasil.

Após a queda recente na popularidade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem adotado uma nova linha de atuação, em busca de apoio de uma ampla fatia da população que não está alinhada nem ao petismo nem ao bolsonarismo e se incomoda com o acirramento político no Brasil.

O presidente evitou, nos últimos dias, assuntos espinhosos que poderiam dar combustível à oposição bolsonarista. Nessa mesma perspectiva, o governo começa a colocar em prática, nos próximos dias, uma nova campanha de comunicação, sob o lema "Fé no Brasil", num claro aceno ao eleitorado religioso.

A viagem ao Rio de Janeiro nessa terça-feira (2), que incluiu um ato de filiação da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, ao Partido dos Trabalhadores, foi o primeiro grande teste desta fase "pacifista" de Lula.

Lula se encontrou com o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), durante cerimônia de inauguração do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) Tech, em Niterói.

Em outro evento, o presidente se encontrou com o governador do RJ, Cláudio Castro (PL), no anúncio do início das obras de dragagem do Canal de São Lourenço, também em Niterói.

Desafio

Auxiliares e conselheiros de Lula vêm defendendo desde 2023 que o presidente modere o tom e evoque a postura de um estadista que quer cuidar da população de seu país. O problema, na avaliação dos interlocutores do Planalto, é o próprio Lula, que é difícil de ser controlado e costuma enveredar para um discurso mais inflamado.

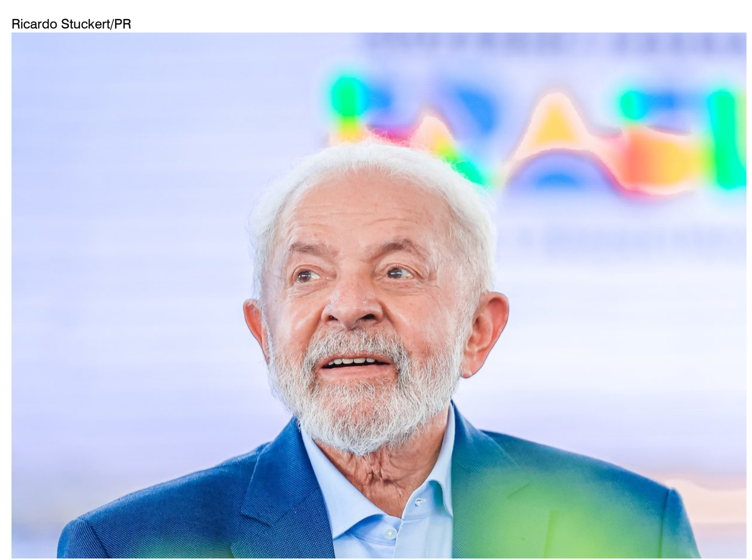
Dois episódios recentes ilustram essa situação:

- em 18 de março, numa reunião ministerial, Lula chamou Jair Bolsonaro de "covardão", ao tratar da tentativa de golpe de 08 de janeiro de 2023;
- dois dias depois, no jantar de aniversário do PT, voltou a afirmar que Israel comete um genocídio na Faixa de Gaza. As duas falas foram de improviso e contrariam a linha defendida por assessores próximos ao presidente.

Nos últimos dias, no entanto, Lula não fez qualquer menção à prisão dos suspeitos pela morte da vereadora Marielle Franco. Também não comentou a estadia de Bolsonaro na Embaixada da Hungria em Brasília, nem fez qualquer manifestação sobre os 60 anos do golpe militar.

Por fim, Lula mudou a postura em relação à Venezuela: primeiro, o Itamaraty emitiu uma nota com tom crítico ao governo de Nicolás Maduro. Depois, o próprio Lula endossou as críticas, ao responder a questionamentos de jornalistas.

Ricardo Stuckert/PR



O governo começa a colocar em prática nos próximos dias uma nova campanha de comunicação com o lema "Fé no Brasil".

"Fé no Brasil"

A previsão é que o novo mote da comunicação do governo, o "Fé no Brasil", comece a ser veiculado ainda em abril. O slogan oficial do governo continuará sendo "União e Reconstrução".

Esta é a quarta etapa da estratégia de comunicação do governo. No início de 2023, o lema era "O Brasil Voltou", em referência aos projetos que estavam sendo relançados. No segundo semestre, com a aprovação de medidas econômicas no Congresso, entrou em ação o mote "O Brasil no Rumo Certo".

No final do ano, a percepção de que a polarização persistia fez o governo lançar a campanha "Um só povo, um só país."

Auxiliares do presidente admitem que a ideia agora é ampliar a interlocução com o eleitorado evangélico, mas não só. "Fé é uma palavra muito significativa no Brasil, tem uma mensagem muito forte. Então dialoga com os evangélicos, mas também com o conjunto da população", afirmou um interlocutor do presidente.

A proposta é vincular o novo lema com projetos do governo, como o Pé de Meia, na Educação, o Plano Safra, na Agricultura, o Minha Casa Minha Vida, nas Cidades, entre outros. O Planalto espera que os ministros, portanto, atuem como porta-vozes dessa nova estratégia de campanha.

Aliados de Lula já tentaram convencê-lo da necessidade de fazer gestos mais enfáticos em direção a lideranças evangélicas, como um encontro com pastores, mas o presidente e a primeira-dama, Janja da Silva, resistem a essa ideia.

Irmã de Marielle, a ministra Anielle Franco se filia ao PT na presença de Lula.

PT-RJ



A ministra da Igualdade Racial é alçada pelo PT para ser vice na chapa com o atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD).

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) nessa terça-feira (2) no Rio de Janeiro. O evento contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e da primeira-dama, Janja da Silva.

A filiação dela ao PT é mais uma estratégia do partido de Lula de alçar Anielle como pré-candidata a vice-prefeita em uma possível chapa com o atual prefeito da capital fluminense, Eduardo Paes (PSD). Paes inclusive trocou acenos com Anielle durante agenda com Lula no fim desta manhã, durante a inauguração do IMPA Tech, primeiro curso de graduação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, na cidade do Rio.

"A chegada oficial ao PT é o resultado de uma trajetória de luta, indignação e esperança de qual muito me orgulho. Mas não chego sozinha. A transformação do luto em luta é parte da história de tantas e tantos de nós", escreveu Anielle pelas redes sociais.

Primeira ministra da Igualdade Racial do Brasil, Anielle Franco, de 39 anos, assumiu o cargo no governo Lula sem estar filiada a nenhum partido. Natural do Rio de Janeiro e da comunidade da Maré, ela ascendeu na política após a morte da irmã, Marielle Franco, que era vereadora do PSOL e foi assassinada em março de 2018.

No mês passado, a Polícia Federal (PF) prendeu três pessoas acusadas de serem os mandantes do assassinato: o deputado federal Chiquinho Brazão, o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro Domingos Brazão e o ex-chefe da Polícia Civil Rivaldo Barbosa.

A adesão do Anielle Franco ao PT ocorre cerca de uma semana depois que Janja e Lula receberam ministras e líderes mulheres da Câmara dos Deputados e do Senado no Palácio da Alvorada. O jantar foi visto como entrada da primeira-dama na articulação da campanha de 2024, quando ele deverá subir em vários palanques de candidatas a prefeitas e vereadoras.

Também se filia ao PT outro integrante do ministério da Igualdade Racial. Trata-se do diretor de Combate e Superação do Racismo, Yuri Silva. Aos 29 anos, ele retorna ao PT após três anos.

Além de Anielle Franco, outra ministra do governo Lula que cobiça o executivo municipal é Luciana Santos (PCdoB). A atual titular da pasta de Ciência e Tecnologia já admitiu que pode concorrer à prefeitura da cidade de Olinda, em Pernambuco.

Outro membro do alto escalão do governo federal que pode ser candidato a prefeito é o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo. No entanto, ele tem dito a interlocutores do PT que não tem interesse em disputar a cadeira do executivo municipal de Aracaju (SE).

No maior colégio eleitoral do país, na cidade de São Paulo, o PT lançou a pré-candidatura de Marta Suplicy como vice na chapa com o então deputado federal Guilherme Boulos (PSOL). Tanto no caso de São Paulo, quanto no Rio de Janeiro, Lula e a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, vem trabalhando pessoalmente na articulação política. Em Belo Horizonte, a legenda lançou a pré-candidatura do deputado federal Rogério Correia.

Ministro Edson Fachin, do Supremo, nega recurso e mantém multa de R$ 30 mil ao deputado federal Nikolas Ferreira por causa de fake news contra Lula nas eleições de 2022.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Na campanha de 2022, o então candidato apresentou dados falsos relacionando o petista ao confisco de bens.

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou um recurso do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) em caso envolvendo fake news contra Lula nas eleições 2022. O ministro Edson Fachin rejeitou o pedido do deputado contra uma multa de R$ 30 mil aplicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no ano passado. A decisão foi tomada em 26 de março e publicada nessa terça-feira (2).

O parlamentar foi condenado pelo TSE ao pagamento de multa por propaganda irregular, a partir de um pedido apresentado pela campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O requerimento é relacionado a um vídeo publicado por Nikolas na época da campanha eleitoral de 2022.

Os advogados da coligação Brasil de Esperança informaram na época que o vídeo publicado pelo parlamentar nas redes sociais mostrava números e informações falsas para induzir o eleitor a acreditar que haveria o confisco de bens e outros ativos financeiros da população, caso Lula fosse eleito.

Além disso, o mesmo vídeo insinua que o PT e o atual presidente seriam os culpados pelas mortes da pandemia de covid, por conta de um suposto desvio de recursos da saúde.

A defesa do deputado federal alegou ao Supremo que as informações do vídeo foram retiradas de fontes jornalísticas e que não haviam sido distorcidas. Os advogados também afirmaram que o conteúdo se limita a reproduzir fatos públicos e notórios e que não há desinformação, mas sim o exercício do direito à liberdade de expressão.

Segundo Fachin, o segmento do pedido foi negado por questões processuais — isto é, não atende aos requisitos previstos em lei para continuar a tramitar.

”Não se trata de proteger interesses de um estado, organização ou indivíduos, e sim de resguardar o pacto fundante da sociedade brasileira: a democracia por meio de eleições livres, verdadeiramente livres. Não se trata de juízo de conveniência em critérios morais ou políticos, e sim do dever de agir para obstar a aniquilação existencial da verdade e dos fatos”, disse o relator em sua decisão.

Ele ainda ressaltou que não cabe ao STF rever as conclusões do TSE ou voltar a analisar fatos e provas por meio de recurso extraordinário.


PROGRAMAÇÃO
TV PAMPA
ACOMPANHE DE
SEGUNDA A SEXTA
JORNAL
DA PAMPA
ÀS 18H55
PAMPA
DEBATES
ÀS 17H45
ATUALIDADES
PAMPA
ÀS 19H15
tv pampa

Justiça nega pedido de indenização de Bolsonaro contra Lula por causa da fala sobre móveis do Palácio da Alvorada.

Reprodução



Justiça entendeu que a ação deveria ter sido movida contra a União, e não contra Lula.

A Justiça do Distrito Federal rejeitou um pedido feito pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro para indenização e retratação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por falas sobre um sumiço de móveis do Palácio da Alvorada.

Na decisão, a juíza Gláucia Barbosa Rizzo da Silva encerrou o processo por questões processuais, sem analisar o mérito do pedido. Gláucia entendeu que a ação deveria ter sido movida contra a União, e não contra Lula.

"Assim, considerando que a suposta prática do ato diz respeito a bens públicos e que esta circunstância atrela as manifestações do requerido ao exercício do cargo reconheço, de ofício, sua ilegitimidade passiva. Eventual pretensão de indenização e retratação deverá ser exercida em desfavor do Estado (União Federal)", afirmou.

Bolsonaro e Michele disseram na ação que Lula convocou a imprensa, em janeiro de 2023, para dizer que o casal presidencial anterior tinha "levado" e "sumido" com 83 móveis da residência oficial do chefe do Executivo.

Em março, a Comissão de Inventário Anual da Presidência da República localizou todos os bens que estavam "desaparecidos" do Alvorada.

Conforme a juíza, ao tratar sobre existência e conferência de móveis integrantes do acervo do Palácio da Alvorada, Lula está sendo demandado por "palavras proferidas na condição de mandatário de cargo eletivo federal".

"Nem poderia ser diferente, porque só o agente público teria acesso à conferência de tais bens – também públicos – e a possibilidade de sobre eles se manifestar, o que demonstra serem as alegações necessária e intrinsicamente ligadas ao exercício do cargo", afirmou a magistrada.

Bolsonaro e Michelle entraram com a ação na Justiça em 22 de março. O ex-chefe do Executivo disse que Lula teria incorrido em "falsa comunicação de furto". Já Michelle citou uma "cortina de fumaça" do governo petista.

Entenda

No início do ano passado, após Lula assumir o governo, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, disse que estavam faltando móveis no Alvorada. Agora, após a revelação da descoberta dos móveis, Michelle disse que a atual gestão sempre soube "que isso era uma mentira".

O governo Lula informou no mês passado que não havia "nenhum tipo de controle" da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro sobre os objetos.

"Por isso, esses 261 itens não foram encontrados", disse o ministro Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação do governo federal.

Segundo o ministro, o número de 261 itens não é do governo Lula, mas da gestão Bolsonaro, "quando foi realizada a transição". O documento do governo anterior teria sido datado de 4 de janeiro de 2023. "Não é um número nosso, é um número que foi informado pelo Bolsonaro."

Presidente do partido de Bolsonaro vai pedir ajuda a parlamentares para rifar pepita de ouro apreendida pela Polícia Federal.

O presidente do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, Valdemar Costa Neto, busca uma "entidade séria" e ajuda de deputados e senadores para rifar a pepita de ouro que foi apreendida pela Polícia Federal (PF) durante operação de busca e apreensão em fevereiro.

Valdemar quer que seus advogados peçam a pepita de ouro de volta para o STF para poder realizar a venda. A defesa disse que vai pedir, mas que aguarda sair o laudo definitivo do material.

Segundo informações do PL, a pepita estaria avaliada em R$ 11 mil.

Perícia

Uma perícia prévia realizada pela PF indicou que a pepita de ouro de 39 gramas é uma peça rara de coleção e foi extraída de um garimpo fora do território brasileiro. O objeto foi apreendido em uma residência de propriedade de Valdemar, durante o cumprimento de mandados de busca e apreensão contra ele.

De acordo com informações do jornal O Globo, as análises técnicas apontam que a peça não corresponde ao solo e às formações rochosas da região amazônica. A PF dispõe do programa Ouro Alvo, que mantém um banco de amostras de perfis de tipos de ouro, permitindo a identificação da origem das pedras preciosas apreendidas em operações.

A perícia concluiu que a raridade da pepita se deve aos indícios de que ela foi extraída com aquele tamanho da chamada "rocha mãe". Na maioria das vezes, o ouro é encontrado em fragmentos bem menores.

EBC



O político quer que seus advogados peçam de volta o ouro que foi apreendido durante operação em fevereiro.

A constatação também reforçou a suspeita de que a peça seja proveniente de algum garimpo artesanal, já que na mineração industrial as rochas são detonadas com explosivos, o que impede a descoberta de objetos desse tamanho.

Os peritos também indicam que a rocha de origem da pepita parece ser de formação recente, o que sugere que ela pode ter vindo de algum local próximo, como os Andes na América do Sul, ou da Costa do Pacífico nos Estados Unidos e Canadá.

COOPERATIVA MISTA NOVA BELÉM LTDA - COMNBEL.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A Presidente da Cooperativa Mista Nova Belém Ltda - Comnbel, nos termos do Estatuto Social da Entidade, convocam a todos os associados para Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias a realizar-se na sede da Cooperativa, sito a Estrada João de Oliveira Remião, 9221, Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS, no dia 21 de abril de 2024,nos seguintes horários: Assembleia Geral Ordinária início às 13:00 horas, em primeira convocação com a presença de 2/3 dos associados presentes, em segunda convocação às 14:00 horas com a presença de metade mais um dos associados ou em terceira e última convocação às 15:00 horas com a presença mínima de 10 (dez) associados. Assembleia Geral Extraordinária, início às 17:00 horas, em primeira convocação com a presença de 2/3 dos associados presentes, em segunda convocação às 18:00 horas com a presença de metade mais um dos associados ou em terceira e última convocação às 19:00 horas com a presença mínima de 10 (dez) associados afim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **ORDEM DO DIA EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1- Prestação de contas dos exercícios de 2020 até 2023 com respectivos pareceres do Conselho Fiscal; 2- Relatórios das Gestões; 3- Balanços Gerais; 4- Demonstrativos das sobras ou perdas apuradas nos exercícios e pareceres dos Conselhos Fiscais; 5- Eleição e posse do Conselho de Administração; 6- Eleição e posse do Conselho Fiscal; 7- Deliberação sobre o reajuste da taxa condominial ocorrido no início do ano. **ORDEM DO DIA EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1- Admissão e demissão de associados ocorridos nos períodos.

OBS: Para efeito de quórum o número de sócios e de trinta e nove (39).

Porto Alegre, 02 de abril de 2024.

Maria Brazilina de Souza Bacelar
Representante da Comissão dos Associados.

Em voto favorável à Sérgio Moro, relator questiona gastos de Bolsonaro e Lula nas eleições de 2022.

O relator do caso Sergio Moro no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) citou as pré-campanhas de Bolsonaro e Lula para argumentar que não acataria as acusações contra o ex-juiz de Curitiba. que responde por possível abuso de poder econômico na pré-campanha eleitoral de 2022. O voto foi dado na última segunda-feira (1º) e o julgamento será retomado nesta quarta (3).

Luciano Carrasco Falavinha afirmou que as acusações deveriam trazer "dados empíricos assimiláveis, ou seja, quais foram as despesas de seus pré-candidatos (a Presidência) para se aferir se, em comparação com os gastos dos investigados, esses seriam excessivos".

"No que tange aos gastos quando era pré-candidato à Presidência da República, o Partido Liberal não indicou, por exemplo, quanto foi gasto nas "motociatas" realizadas pelo então Presidente Jair Messias Bolsonaro, algumas reconhecidas como atos de pré-campanha inclusive."

Depois, cita o caso de Lula. "Do mesmo modo, o Partido dos Trabalhadores, aqui integrante da Federação, não indicou uma despesa sequer que tenha realizado em favor do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tendo impugnado o ato de lançamento da candidatura do investigado Sergio Moro à Presidência, mas nada falou quanto gastou em seu próprio evento de campanha no qual, segundo a reportagem, o PT esperava reunir 4 mil pessoas com a convocação de militantes do País inteiro."

Outro ponto do voto de Falavinha, que não acatou a tese do Ministério Público Eleitoral de abuso de poder econômico pelo senador Sérgio Moro, chamou a atenção dos advogados: quando fez relação entre uma ação em São Paulo, movida pelo PT local e que questionava o domicílio eleitoral de Moro no Estado, com a ação que questionava os gastos da pré-campanha, movida pelo PT do Paraná, e que tinha como foco a disputa pelo Senado.

Para o desembargador, o PT "não pode" mover as duas ações porque significaria "impedir o candidato de participar da vida política".


Agência Brasil

Moro responde por abuso de poder econômico na pré-campanha eleitoral de 2022, mas nega as acusações.

"Não pode aquele que impugna domicílio eleitoral de candidato – e sai vitorioso – depois impugnar candidatura por excesso em outro Estado. É comportamento contraditório que busca impedir candidato de participar da vida política", disse em seu voto.

E complementou: "A Constituição de 1988 atribuiu relevo único a possibilidade de participação popular, assegurando ampla liberdade de votar e ser votado. A vingar-se a tese sustentada, restringir-se-á de tal forma as candidaturas com repercussão direta em outros Estados, afetando-se outras candidaturas."

A relação entre as duas ações chamou a atenção já que não há um impeditivo legal em se mover ações distintas e por autores distintos. Em 2022, a Justiça Eleitoral não concedeu a mudança de domicílio a Moro para São Paulo ao acatar argumento do PT da capital paulista, segundo o qual o ex-juiz não tinha vínculo profissional com a cidade - a ação de agora é movida pelo PT do Paraná e pelo PL e trata de gastos de pré-campanha ao Senado.

"O relator criou uma 'vida bônus' para o Moro. Já que a fraude à transferência de domicílio foi pega, então ele ganha o direito de abusar de poder econômico sem ser importunado", afirmou o advogado Fernando Neisser, especialista em direito eleitoral, ao comentar a relação entre os dois casos mencionada pelo relator.

Caso Sérgio Moro: para ministros do Supremo, o Congresso Nacional deve definir o que pode e o que não pode na pré-campanha eleitoral.

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) avaliam que, diante do julgamento do caso Sergio Moro, o ideal, para evitar futuras dúvidas e polêmicas, é que o Congresso Nacional discipline o que pode e o que não pode na pré-campanha: o que acontece quando alguém se lança a candidato a um cargo, como presidente, e depois muda para governador, senador ou deputado.

Moro é acusado de abuso de poder econômico porque, nas eleições de 2022, se lançou inicialmente como candidato à Presidência da República, que tem limite mais alto para gastos de campanha. No entanto, em seguida, passou a disputar vaga no Senado, que tem teto de despesas menor.

Segundo magistrados, a lei não regula esse período eleitoral no País, quando ainda não há uma campanha oficial, mas os candidatos já se movimentam e gastam como tal. Principalmente aqueles que estão disputando uma reeleição.

Marcos Corrêa/PR



Moro é acusado de abuso de poder econômico porque, nas eleições de 2022, se lançou inicialmente como candidato à Presidência da República.

Enquanto o Congresso não legisla sobre o caso, tudo indica que caberá, mais uma vez, ao Judiciário preencher essa lacuna.

Até hoje, não há uma definição clara sobre o que pode ou não pode nestes períodos, suscitando dúvidas e sempre criando vistas grossas quando o caso em questão é sobre determinado político.

O julgamento, iniciado na segunda-feira (1º), teve apenas o voto do relator, contra a cassação de Sergio Moro. A análise será retomada nesta quarta-feira (3), mas vai acabar chegando ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), seja qual for o resultado.

Se Moro for absolvido, os autores das ações contra ele – PL e a coligação que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 – devem recorrer da decisão. Já se o senador for condenado, ele mesmo deve apresentar recurso ao TSE.

PT

Caso o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) no Paraná decidir pela absolvição do senador Sergio Moro, certamente vamos recorrer, afirma o advogado do PT Luiz Eduardo Peccinin durante entrevista nessa terça-feira (2).

Peccinin declara manter esperança e confiança de que possa haver a cassação do mandato do senador no Paraná, e reconhece que a disputa não vai acabar com o resultado dos votos dos desembargadores.

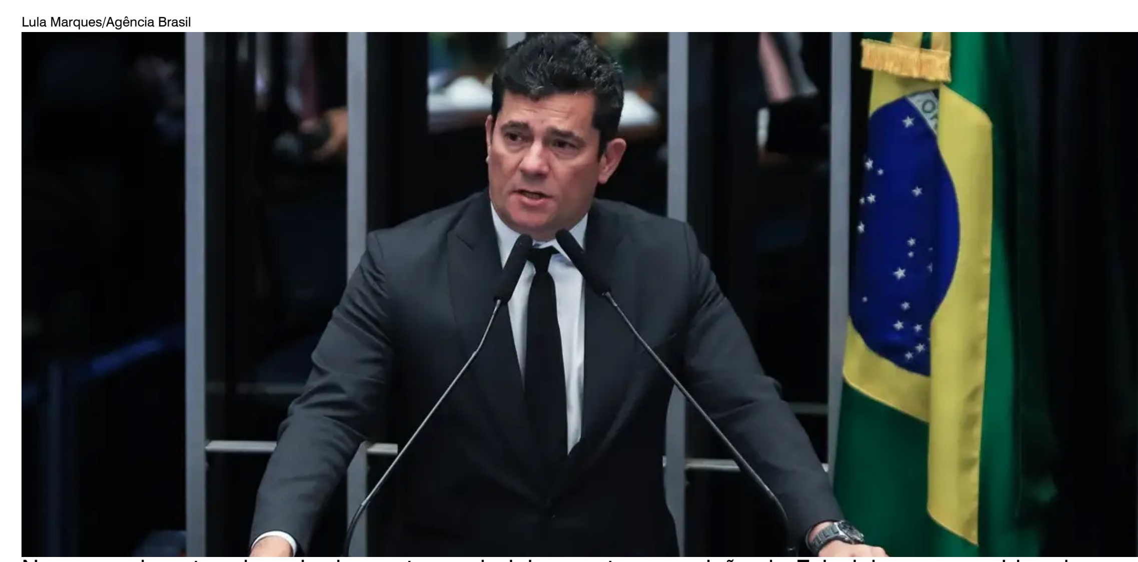
"Não tô sabendo que ele tá um voto de ser inocentado, para mim ainda faltam três para ele. Amanhã vamos ver o que vai acontecer. Como sou advogado, a esperança é a última que morre", declarou.

"Claro que nós temos sim esperança, temos confiança, temos mais votos a serem colhidos. Então vamos aguardar, mas evidentemente que isso não acaba aqui seja para nós seja para os investigados", prosseguiu.

Voto de relator dificultou cassação de Sergio Moro no Tribunal Regional Eleitoral, avaliam adversários.

Adversários do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) avaliam que o voto do desembargador Luciano Carrasco Falavinha pela absolvição tornou mais difícil o caminho para obter a cassação do ex-juiz federal da Lava-Jato já no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), a “primeira instância” onde o caso tramita.

Lula Marques/Agência Brasil



No mapa de votos desenhado em torno do julgamento, a posição de Falavinha era considerada uma incógnita.

No mapa de votos desenhado em torno do julgamento, a posição de Falavinha era considerada uma incógnita, até porque o próprio relator fez questão de manter o seu entendimento sob sigilo absoluto, sem enviar o voto aos colegas antecipadamente.

O exaustivo voto de 231 páginas do relator, destrinchando ponto a ponto as acusações apresentadas pelo PT e pelo PL e até apontando falhas técnicas das ações, pavimentou o caminho para absolver o ex-juiz da Lava-Jato.

“Os autores não demonstraram gastos de sua própria campanha para dizer que houve excesso do outro, muito menos indicaram baixa estimativa dos gastos para justificar eventual excesso. Não se apontou nenhum gasto como anormal”, pontuou Falavinha.

Agora, nas contas de adversários de Moro e de fontes que acompanham de perto a dinâmica do TRE paranaense, a leitura é a de que Moro deve escapar de uma condenação, pelo menos na Corte regional, por um placar de 4 a 3, ou 5 a 2.

Os únicos dois votos considerados seguros pela condenação de Moro são justamente dos dois únicos participantes do julgamento que foram indicados pelo presidente Lula: José Rodrigo Sade, efetivado no tribunal em março, e Julio Jacob, empossado em maio do ano passado.

Ao pedir vista e suspender a análise do caso, Sade disse que o voto de Falavinha era “muito poderoso e minucioso”, o que o “obrigava” a pedir vista.

Sade prepara um voto que deve ter entre 60 e 100 páginas, e que sirva de contraponto à posição de Falavinha, ou seja, a favor da punição de Sergio Moro.

Os juízes do TRE combinaram que, se pedissem mais tempo para analisar as ações, devolveriam o processo na sessão seguinte – e Sade já avisou que o caso será retomado nesta quarta-feira.

Na prática, o gesto de Sade foi interpretado como uma forma de ganhar tempo para construir um voto substancial que abra divergência do relator e inaugure uma nova corrente no julgamento, pela cassação de Moro.

No PT, a leitura é a de que o Judiciário paranaense atuou para salvar Moro, mas a aposta é a de que, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fora da “órbita morista”, a cassação será certa.

Se a projeção petista se confirmar, Moro repetiria os passos do ex-coordenador da força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba Deltan Dallagnol, que foi absolvido no TRE do Paraná, mas acabou perdendo o mandato por decisão do TSE.

Conselho Nacional de Justiça deve pedir abertura de processo criminal contra Sergio Moro.

O corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, deve pedir a instauração de um processo criminal contra o senador Sergio Moro, com base na inspeção das instâncias responsáveis pelas ações da Lava-Jato: a 13ª Vara Federal de Curitiba e a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Salomão concluiu a inspeção e liberou o caso para votação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Cabe, agora, ao ministro Luís Roberto Barroso, presidente do órgão, pautar a ação.

A Polícia Federal (PF) vem colaborando com o CNJ na apuração de supostos crimes cometidos na gestão dos recursos da 13ª Vara Federal em Curitiba (PR), onde Moro atuou.

No relatório parcial de agosto do ano passado, o CNJ apontou que houve uma "gestão caótica" no controle dos recursos provenientes dos acordos de delação premiada e leniência firmados com o Ministério Público e homologados por Moro. Envolvidos na investigação afirmam que a conclusão da correição será mais dura e trará "indícios consistentes" da prática de delitos que precisam ser apurados.

Agência Brasil



Moro responde por abuso de poder econômico na pré-campanha eleitoral de 2022, mas nega as acusações.

Com a instauração de uma investigação criminal, Moro deve ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), já que tem foro privilegiado como senador. O caso pode, inclusive, acarretar na inelegibilidade do ex-juiz. O CNJ tem precedentes afirmando que, quando as penas têm potencial de acarretar consequências na esfera criminal, os procedimentos seguem válidos no órgão, mesmo a pessoa tendo deixado a magistratura. Este é o caso de Moro.

A inspeção realizada pelo CNJ é mais um elemento de pressão sobre o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), em meio ao julgamento que pode culminar na cassação do mandato de Moro. O primeiro dia de análise do caso começou com uma vitória para o ex-juiz, com o voto do relator da ação, Luciano Carrasco Falavinha Souza, contra a perda do mandato de Moro.

O desembargador entendeu que as acusações não procedem e que o cargo conquistado por Moro no Senado deve ser mantido.

O relator discordou das alegações de que houve gasto excessivo no período da pré-campanha.

Falavinha destacou que despesas de eventos realizados por Moro em outros Estados, durante a pré-campanha à presidência, foram consideradas como pré-campanha ao Senado pela Federação Brasil da Esperança – FÉ BRASIL (PT/PCdoB/PV) e pelo Partido Liberal (PL), que pede a cassação.

Para o relator, é fundamental a diferenciação das intenções:

"Todas as despesas realizadas pelos investigados quando filiados ao Podemos devem ser vistas sob o viés da pré-campanha presidencial e seus limites. E nelas não se vê nada de relevante a ponto de revelar gasto excessivo ou abuso de poder econômico, porque realizadas para uma eventual e frustrada candidatura à Presidente da República", afirma a minuta do voto.

O desembargador classificou como "frágeis" as provas apresentadas pela acusação ao longo do processo.

PL e PT acusam Sergio Moro de "trapaça eleitoral"; defesa vê "esquizofrenia absoluta".

As legendas que pedem a cassação do senador Sergio Moro (União-PR) afirmam que o então candidato se valeu de ”eventos hollywoodianos”, custeados com fundo partidário, para promover de forma irregular sua campanha ao Senado, em 2022. Conforme os advogados, Moro cometeu ”trapaça eleitoral” e deve ser cassado. A defesa do ex-juiz rebate e afirma que a argumentação é de uma ”esquizofrenia absoluta”.

O futuro político de Sergio Moro começou a ser julgado na segunda-feira (1º) pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR).

O relator das ações, desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, votou contra os pedidos de cassação e disse que a tese da acusação é ”frágil”.

Ele divergiu do procurador-regional eleitoral, Marcelo Godoy, que acatou em partes a argumentação da acusação e defendeu a cassação do mandato. A sessão foi suspensa por um pedido de vista (mais tempo para análise) e será retomada nesta quarta-feira (3).

Duas ações, uma delas do PL e a outra da federação formada por PT, PV e PCdoB, questionam os gastos de Moro na etapa de pré-campanha, período que antecede o início formal da campanha, que em 2022 começou em 16 de agosto.

Primeiro a falar, o advogado Bruno Cristaldi, que representa o PL, afirmou que Moro promoveu ”eventos hollywoodianos” com atos típicos de campanha.

Naquele período, Moro pretendia disputar a Presidência da República. Para o advogado, os atos à época tiveram abrangência nacional, o que o beneficiou politicamente e gerou desigualdades na disputa com os demais candidatos ao Senado, que tinham campanhas concentradas no Paraná.

”A base legal dessa peça é proteger a paridade de armas, é proteger a lisura do pleito”, afirmou Cristaldi. Na eleição de 2022, Moro derrotou Paulo Martins, candidato do PL, que ficou em segundo lugar.

Autores da segunda ação, a federação formada pelos partidos PT, PV e PCdoB, também questiona o volume de recursos e o tipo de gastos. Em resumo, os partidos dizem que o valor total gasto supera o razoável para parte da pré-campanha.

Luiz Eduardo Peccinin, advogado que representa a federação, disse que Moro cometeu ”trapaça eleitoral”.

”O que está sendo analisado aqui é se começar uma campanha com oito meses de antecedência, com ao menos R$ 4 milhões injetados numa pré-campanha, do fundo partidário, se isso é abusivo ou não”, disse.

Segundo ele, o parâmetro atual da Justiça Eleitoral estabelece entre R$ 500 e R$ 600 mil os gastos possíveis na pré-campanha. Peccinin rebate o argumento da defesa de que Moro já era conhecido e que a legislação é vaga sobre os limites de gastos antes do início oficial da campanha. ”É dinheiro público, é fundo partidário.”

Reprodução



O futuro político de Sergio Moro começou a ser julgado na segunda-feira.

A defesa de Moro rebate essa acusação e diz que os partidos não conseguiram comprovar os valores gastos nem a influência deles na campanha eleitoral.

Na alegação final, documento enviado aos TRE antes do julgamento, o PL disse que Moro gastou R$ 7,4 milhões. Já PT, PV e PCdoB somaram R$ 21,6 milhões. Na sessão desta segunda-feira, os advogados sustentaram valores inferiores – PL citou R$ 5,5 milhões e a federação, cerca de R$ 4 milhões.

A discrepância foi explorada pelo advogado de Moro, Gustavo Guedes, para quem há ”esquizofrenia absoluta” na argumentação da acusação. ”Qual é o valor do abuso? De quanto Moro se beneficiou? Até hoje, da parte deles, não há resposta”, disse Guedes. Segundo a defesa, Moro gastou R$ 141 mil.

Para os advogados do senador, os partidos apresentam ”gastos inflados” e não individualizaram as despesas, atribuindo a Moro valores que beneficiaram outros candidatos do União Brasil. O advogado reforçou o argumento de que falta regulamentação na lei sobre gastos e atos permitidos na pré-campanha. ”Não há lei que regule pré-campanha no país. Não tem como prestar conta de pré-campanha”, defendeu.

No entendimento da defesa, os gastos praticados não foram determinantes para a eleição de Moro, que já era uma figura conhecida nacionalmente por causa da sua atuação como juiz das ações da Operação Lava-Jato.

Além da acusação de abuso de poder econômico, as ações também apontam prática de caixa dois e triangulação de gastos. O Ministério Público Eleitoral (MPE), em manifestação ao TRE-PR, concordou apenas com a tese do abuso de poder econômico e afirmou que os partidos não apresentaram provas dos demais crimes.

Em tramitação no Congresso há 11 anos, proposta de emenda à Constituição do foro privilegiado vira reação a julgamento no Supremo.

Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita o foro privilegiado para autoridades se tornou uma reação do Congresso Nacional ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que está próximo de ampliar os casos em que políticos são julgados pelas cortes superiores.

O texto, que tramita há 11 anos, é apoiado por congressistas aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Eles querem evitar a análise do Supremo em inquéritos que envolvem o ex-chefe do Executivo.

Na última sexta-feira (29), o STF retomou o julgamento sobre o alcance da prerrogativa para as autoridades públicas. O placar está em cinco votos favoráveis para manter a prerrogativa até mesmo após a saída do investigado da sua função, bastando apenas outro posicionamento favorável para formar maioria.

Após deixar a Presidência em 2022, Bolsonaro perdeu automaticamente o direito ao foro privilegiado. A mudança da prerrogativa pela Corte pode fazer com que processos contra o ex-presidente que tramitam em instâncias inferiores sejam julgados no STF, além de assegurar que atuais investigações que estão no Supremo sejam questionadas por estarem na esfera errada do Judiciário.

A PEC foi apresentada pelo ex-senador Álvaro Dias (Podemos-PR) em 2013 e, desde então, tramita a passos lentos no Legislativo. A aprovação da PEC é apoiada pela oposição no Congresso. A estratégia dos parlamentares é mudar o rol de beneficiados pelo foro a partir da Constituição e, dessa forma, evitar julgamentos do STF.

No início deste ano, os deputados federais do PL fluminense Carlos Jordy e Alexandre Ramagem foram alvos de operações da Polícia Federal (PF) ordenadas pelo ministro do STF Alexandre de Moraes. Por serem parlamentares, Jordy e Ramagem são investigados em inquéritos que tramitam no Supremo.

Após as operações contra os parlamentares, o deputado federal Ubiratan Sanderson (PL-RS) pediu a inclusão da PEC no plenário da Câmara. Segundo o parlamentar, o STF ”age na contramão” das tendências internacionais.

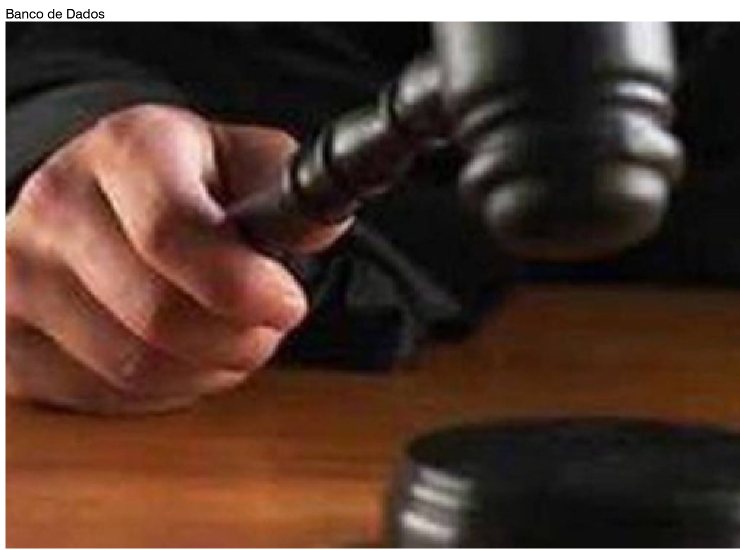
”Numa República sadia, onde todos são iguais perante a lei, não há mais espaço para privilégio de foro. A impressão que eu tenho é que a Suprema Corte brasileira quer manter os parlamentares federais sob sua jurisdição”, afirmou.

O foro privilegiado está previsto na Constituição de 1988 e determina que quem ocupa certos cargos públicos deve ser julgado em esferas específicas do Poder Judiciário. Atualmente, a legislação prevê a prerrogativa para o presidente e o vice-presidente da República, ministros de Estado, chefes das Forças Armadas, governadores, prefeitos, deputados, senadores, membros de cortes superiores e conselheiros de tribunais de contas.

Caso a PEC seja aprovada, a prerrogativa seria restrita a cinco cargos. Além disso, apenas crimes de responsabilidade com relação aos cargos poderiam ser julgados em foro privilegiado. O texto diz que:

- Os cargos que continuarão tendo direito ao foro privilegiado são os de presidente e vice-presidente da República, presidentes do Senado e da Câmara e presidente do STF;
- Deputados e senadores não terão mais o direito ao foro privilegiado;
- Ex-presidentes deverão ser julgados pela Justiça comum, quando se tratar de crimes supostamente cometidos ao longo do mandato presidencial;

Banco de Dados



O foro privilegiado determina que quem ocupa certos cargos públicos deve ser julgado em esferas específicas do Poder Judiciário.

A proposta também extingue a prerrogativa para a análise de crimes comuns, o que inclui os delitos de corrupção.

Em 2017, a PEC foi aprovada de forma unânime pelo Senado e encaminhada para apreciação da Câmara dos Deputados. Em 2018, foi aprovada a criação de uma comissão especial para analisar o texto, mas, até o momento, o colegiado não foi instalado pela Casa.

Para avançar, a PEC precisa passar pelo colegiado especial e ser avalizada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Após essa etapa, ela deve ser pautada pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e aprovada por 308 dos 513 deputados em dois turnos.

De acordo com parlamentares de oposição ouvidos pelo Estadão, há expectativa que a PEC avance pela Casa, porém, ainda é necessária uma decisão de Lira sobre o tema.

O Supremo julga um habeas corpus ajuizado pelo senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), que é réu em um processo no Tribunal de Justiça de Brasília por suposta prática de ”rachadinha” entre 2007 e 2017, quando ele era deputado federal. A defesa de Zequinha argumenta que, desde 2007, ele desempenhou cargos com foro privativo sem interrupção e, por isso, o paraense deveria ser julgado pelo Supremo.

Em 2018, o plenário do STF decidiu que o foro privilegiado deve ser garantido aos políticos que cometeram, durante o período de mandato, crimes relacionados ao cargo ocupado. Delitos comuns realizados antes de os parlamentares assumirem seus cargos ou sem nenhuma ligação com as funções são julgados por tribunais de primeira instância.

Congresso x Planalto: presidente do Senado afirma que está alinhado com o governo.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nessa terça-feira (2) que a decisão dele de deixar caducarem trechos de uma medida provisória enviada pelo governo não abala a relação com o Palácio do Planalto. Pacheco também disse que isso não foi uma afronta.

Na segunda (1º), Pacheco deixou perderem a validade (caducarem, nos termos legislativos) trechos da MP que reoneravam a folha de pagamento de cerca de 3 mil prefeituras.

Esse trecho, defendido pelo Ministério da Fazenda, previa que prefeituras teriam que pagar uma alíquota de 20% sobre a folha de pagamento dos servidores. Percentual acima dos atuais 8%, previstos por lei.

Uma medida provisória perde a validade quando se decorrem 60 dias e ela não é votada nem por Câmara nem por Senado.

Ao permitir que a parte sobre os municípios caducasse, Pacheco foi contra a vontade do governo. A equipe econômica contava com a arrecadação dos impostos das prefeituras, em cerca de R$ 10 bilhões.

"Queria primeiro fazer um importante estabelecimento do nosso bom alinhamento com o governo federal, em especial, com o Ministério da Fazenda e com o ministro Fernando Haddad. Isso não abala a relação que nós estabelecemos, inclusive, muito proveitosa no ano de 2023, com aprovações importantes, inclusive, a reforma tributária, todos os projetos no final das contas, do Ministério da Fazenda, foram muito bem recebidos, tanto na Câmara quanto no Senado Federal", afirmou Pacheco.

"Não há nenhum tipo de afronta, nenhum ato de irresponsabilidade fiscal", completou.

Mais cedo, ao comentar a decisão de Pacheco, Haddad pediu um pacto entre os poderes para o cumprimento das metas fiscais.

"O Executivo é um poder, mas hoje os outros dois poderes têm muito protagonismo no que eles respeitam ao fazer esse encontro de contas", declarou Haddad a jornalistas.

Após volta da desoneração de prefeituras, Haddad repete apelo por pacto entre poderes para cumprimento de metas

"Ruído de comunicação"

Horas após a fala do presidente Pacheco, o líder do governo no Congresso Nacional, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), afirmou que houve um "ruído de comunicação" entre o governo e o Congresso a respeito da desoneração da folha de pagamento dos municípios

"Talvez tenha tido algum ruído de comunicação, mas nada que comprometa a relação que o governo tem, seus líderes têm, com o presidente Pacheco", afirmou Randolfe.

Houve uma reunião entre Pacheco e líderes com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, na semana passada, para tratar do tema. Mas, segundo Randolfe, o governo tinha entendido o assunto de outra forma.

"O que compromete a comunicação é o Congresso Nacional compreender a responsabilidade fiscal que tem que ter para com o país, e eu acho que este debate pode ser preservado nos projetos de lei que tem lá na Câmara que tratam sobre diferentes temas", contornou.

Em seguida, Randolfe afirmou que o governo pode vir a judicializar a matéria - ou seja, discutir na Justiça o cerne da desoneração dos municípios - uma vez que todas as decisões do Congresso que impactam o orçamento precisam ser justificadas.

"É um princípio constitucional que diz para eventual despesa aprovada pelo Congresso Nacional, segundo a lei da responsabilidade fiscal, tem que ter a respectiva demonstração de receita", concluiu Randolfe.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Pacheco deixou perderem a validade trechos da MP que aumentavam a carga tributária sobre a folha de pagamento de cerca de 3 mil prefeituras.

Medidas provisórias

Pacheco disse ainda que sempre se manifestou contra o ato do governo de tratar da desoneração da folha por meio de medida provisória, e que o correto seria abordar o tema por meio de um projeto de lei.

"Eu não quero que soe como crítica ao governo. Eu já tenho minha posição sobre o tema da desoneração da folha por medida provisória, ela está errada desde o início isso está claro desde os primeiros pronunciamentos de que era equivocado usar medida provisória para essa finalidade", afirmou.

O presidente do Congresso disse ainda que informou ao ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que não iria prorrogar a Medida Provisória e que estaria aberto a ouvir a proposta do governo sobre desoneração em forma de projeto de lei.

"Eu comuniquei o ministro responsável pela articulação política, ministro Alexandre Padilha, de que nós na iminência da vigência de uma Medida Provisória que desconstituía a decisão do congresso nacional relativamente a desoneração, que nós teríamos então a decisão de não prorrogar a medida provisória, reconhecendo esses dispositivos inconstitucionais. E, obviamente, disse também a ele que nós estamos abertos a ouvir a nova proposta do governo relativamente a desoneração da folha via projeto de lei", afirmou Pacheco.

Questionado se se reuniria com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e da Economia, Fernando Haddad, Pacheco disse que estaria à disposição, mas que a decisão já estava tomada.

Comissão do Senado aprova alteração de 600 artigos do Código Civil.

A Comissão de Reforma do Código Civil do Senado, responsável pela revisão e atualização do Código Civil Brasileiro, aprovou no início desta semana a mudança de 600 artigos na legislação. A votação foi unânime.

Durante a avaliação, o presidente da comissão Luis Felipe Salomão propôs a aprovação dos 600 artigos. "Então, o que eu proponho agora? Com relação a esses cerca de 600 dispositivos que não tiveram destaques ou emendas, eu proponho que fiquem aprovados, se não houver nenhuma divergência entre os senhores".

A comissão seguirá com os debates e deliberações até esta sexta-feira (5), para avaliar outros 500 artigos, que têm emendas e destaques. Também foram aprovados, por unanimidade, os livros do Código que dispõe sobre Direito Digital e sobre Responsabilidade Civil.

Ao todo, a revisão vai alterar 1.100 artigos do Código Civil, o que representa metade de todo o conteúdo da legislação. Quando a comissão deliberar sobre todos os projetos, o texto será enviado para análise do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Pedro França/Agência Senado



Outros 500 artigos do texto ainda não têm consenso no comitê.

"O que foi combinado com o Pacheco é que nós daremos um parecer técnico. Depois, a matéria vai ser alterada conforme o Legislativo julgar melhor", afirmou Luis Felipe Salomão, que também é ministro do STJ (Supremo Tribunal de Justiça).

Direito das obrigações

A Comissão de juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil analisou nessa terça-feira (2) os pontos não consensuais referente ao direito das obrigações, parte da legislação que regula as relações entre as pessoas, em que uma delas deve cumprir uma prestação em relação a outra, como, por exemplo, entregar um bem ou fazer algo.

Também foram aprovados os pontos divergentes do direito das coisas, que regula as relações entre as pessoas e os bens, como direito de propriedade e posse.

Honorários contratuais devidos aos advogados vencedores de causas e propriedade de bens imateriais, como o direito autoral, foram alguns temas debatidos na sessão dessa terça.

Presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luis Felipe Salomão, destacou o trabalho dos juristas e a participação da sociedade na elaboração das sugestões de mudança no Código Civil.

"As sugestões foram um importante meio que permitiu a nós nos atentarmos para as preocupações da sociedade em diferentes temas, tais como os direitos dos animais, do nascituro, da personalidade, as obrigações, o direito de empresa, as sucessões e os assuntos, os temas relacionados ao direito de família e às novas formas de vínculos afetivos", disse Salomão.

Fim da janela eleitoral mobiliza parlamentares e esvazia o Congresso; veja o que está em jogo.

O Congresso Nacional vive uma semana pós-Páscoa esvaziada com os parlamentares em suas respectivas bases eleitorais às vésperas do fim da janela partidária.

A janela partidária é o período de um mês em que deputados e vereadores podem trocar de partido sem perderem o mandato. Este ano, o prazo vai até o dia 5 de abril.

Este prazo é aberto em anos eleitorais, sete meses antes da votação, e só vale para candidatos eleitos em eleições proporcionais, ou seja, deputados (federais, distritais e estaduais) e vereadores, que estejam no último ano do mandato.

Dessa forma, a janela deste ano vale apenas para vereadores, já que eles estão no último ano do mandato e as eleições de outubro serão municipais. Em 2026, ano de eleições nacionais, será a vez dos deputados.

Impacto em 2026

Apesar de a janela deste ano valer apenas para vereadores, deputados e senadores se envolvem no processo e se deslocam para suas respectivas bases eleitorais.

Um dos motivos é o fato de as eleições municipais serem importantes para o resultado das urnas em 2026.

Quanto mais vereadores e prefeitos aliados forem eleitos em outubro, mais fácil fica a reeleição do deputado federal daqui a dois anos, porque os políticos locais é que vão dar palanque nas eleições nacionais.

"O melhor preditor que existe para eleição da Câmara dos Deputados é a eleição municipal. Ter uma boa base de vereadores e prefeitos nas suas regiões eleitorais aumenta significativamente a chance de se eleger deputado daqui a dois anos", explica o cientista político Cláudio Couto.

Articulações

Por estes motivos, os parlamentares participam do processo de articulação, exercem liderança local e influenciam nas costuras políticas para as eleições municipais.

Além disso, alguns já foram prefeitos, vereadores e dominam a política do município, com força nos diretórios partidários locais.

"Precisa conversar sobre a chapa, tem a questão das cotas, e precisa montar o partido para as eleições. Tudo isso precisa ser acompanhado de perto. A gente ajuda na campanha deles (vereadores e prefeitos) e eles nos ajudam em 2026", afirma o deputado Carlos Veras (PT-PE).

Os parlamentares também enviam emendas para seus redutos eleitorais, um dos principais fatores que dão credibilidade a deputados e senadores nas negociações por alianças e filiações de novos vereadores.

Outro ponto que faz com que as eleições municipais se relacionem diretamente com o Congresso é a busca por aliados ocupando cargos nos municípios, que pode dar força aos partidos dentro do parlamento.

Janela partidária

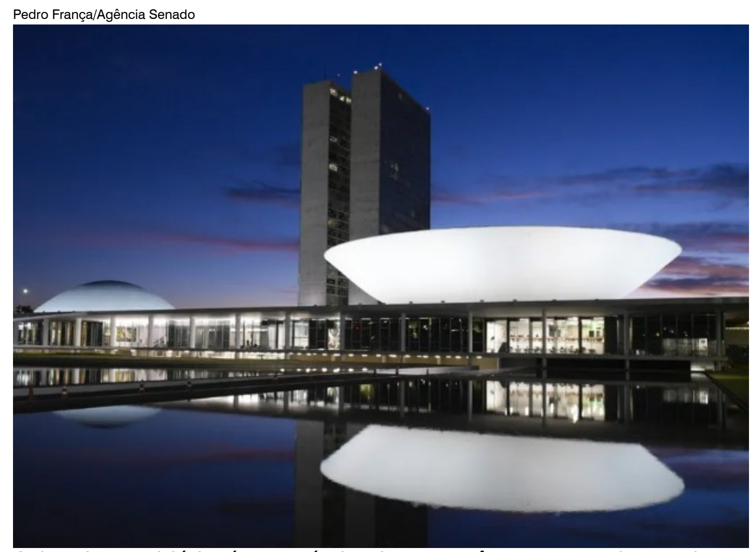
Na prática, a janela partidária permite aos vereadores que queiram se reeleger ou se candidatar ao cargo de prefeito mudar de partido sem perder o cargo.

O prazo da janela se encerra um dia antes da data limite para que candidatos estejam filiados a um partido político e possam assim concorrer às eleições. Este ano, o prazo se encerra no dia 6 de abril.

Fora da janela partidária, vereadores e deputados só podem mudar de partido se:

- o partido tiver sido incorporado ou fundido a outro;
- o político estiver migrando para um partido recém-criado;
- for verificado desvio no programa partidário;
- o político tiver sofrido grave discriminação pessoal no partido.

Pedro França/Agência Senado



A janela partidária é o período de um mês em que deputados e vereadores podem trocar de partido sem perderem o mandato.

Ex-ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu volta ao Congresso 19 anos após ser cassado.

Geraldo Magela/Agência Senado



Ex-ministro de Lula e ex-deputado, petista participou de solenidade pela democracia no Senado.

Ex-ministro da Casa Civil no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva e ex-deputado federal, José Dirceu participou de solenidade no Congresso Nacional nessa terça-feira (2) sobre democracia.

Essa é a primeira vez em 19 anos que ele volta a um evento no Legislativo após ter seu mandato cassado em 2005, no bojo do escândalo do mensalão. Durante seu discurso, ele defendeu uma "revolução social", desconcentrando renda, riqueza e propriedade.

"Quase não aceitei , porque desde o dia da madrugada de 1º de dezembro , quando a Câmara dos Deputados cassou meu mandato, que o povo de São Paulo tinha me dado pela terceira vez, eu nunca mais voltei ao Congresso Nacional. Mas acredito que João Goulart merecia e merece a minha presença hoje aqui", disse Zé Dirceu.

Dirceu foi convidado pelo senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP) para participar de uma sessão solene no Senado, pela democracia. Além do ex-ministro de Lula, outras personalidades também discursam no evento, como a viúva do ex-presidente João Goulart, Maria Thereza Goulart e o presidente-executivo do Instituto João Goulart, João Vicente Goulart.

"A democracia está em risco porque não se fizeram as reformas estruturais, porque não há uma democracia social. Quando uma democracia social deixa de existir, a democracia institucional, política, corre risco. Para consolidar a democracia brasileira, nosso papel é fazer uma revolução social no Brasil, desconcentrar a renda, riqueza e propriedade", disse Dirceu durante seu discurso.

"Destaco e agradeço a presença, nesta mesa, deste companheiro, que agradeço a Deus a possibilidade de, na minha formação política, ter sido um dos formadores dos melhores momentos do Partido dos Trabalhadores. Meu querido José Dirceu de Oliveira e Silva, ex-deputado federal, militante político da resistência à ditadura entre os anos de 1960 e 1970. Zé é uma honra, para nós, ter você conosco", afirmou Randolfe no início do evento.

Homem-forte do primeiro mandato de Lula, quando chefiou a Casa Civil, Dirceu tem se movimentado pelos bastidores do poder de Brasília desde o retorno do PT ao comando da República.

No mês passado, quando completou 78 anos, fez uma festa que reuniu do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao vice-presidente da República e ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e boa parte do primeiro escalão do atual governo de Lula.

Sua articulação, contudo, não se limita a aliados do governo. Ele ainda mantém diálogo frequente, por exemplo, com Valdemar Costa Neto, presidente do PL, principal partido de oposição a Lula. Hoje em lados opostos, Dirceu e Valdemar dividiram cela no complexo da Papuda, em Brasília, após serem condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, no esquema de compra de apoio parlamentar.

Dirceu ficou 1 ano e 9 meses preso em Curitiba (PR), como consequência das investigações da Operação Lava-Jato. Ele está impedido de disputar as eleições até esse ano, mas há especulações sobre ele voltar às urnas em 2026.

Brasil concede a indígenas a 1ª reparação coletiva da História por causa de crimes cometidos na ditadura.

A Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos analisou nessa terça-feira (2) os primeiros pedidos de reparação coletiva da história do País.

O colegiado formalizou anistia e pedido de desculpas formal do Estado brasileiro aos indígenas Krenak, do leste de Minas Gerais, e aos Guarani Kaiowá, que ocupam um território no Mato Grosso do Sul.

As duas ações tinham sido rejeitadas pela Comissão de Anistia em 2022, com integrantes nomeados pelo governo Jair Bolsonaro. Em ambos os casos, no entanto, o Ministério Público Federal recorreu.

Indígenas das duas etnias foram perseguidos e obrigados a deixar suas terras no período da ditadura militar. Eles nunca receberam indenização ou compensação por isso já que, até agora, apenas pedidos individuais eram analisados pela Comissão de Anistia.

Os pedidos de reparação coletiva são uma novidade, e só foram incluídos no regimento da comissão em 2023.

Esse tipo de pedido não gera ressarcimento financeiro. Mas no caso dos indígenas, por exemplo, podem representar uma nova etapa na garantia de direitos a essas comunidades, com a retificação de documentos, a inclusão no Sistema Único de Saúde (SUS) ou avanços no processo de demarcação de terras.

Ao final da análise do caso Krenak, a presidente da Comissão de Anistia, Eneá de Stutz, se ajoelhou e e pediu desculpas aos indígenas em nome do Estado brasileiro.

"Peço permissão para me ajoelhar com a sua benção. em nome do Estado brasileiro, eu quero pedir perdão por todo sofrimento que o seu povo passou. A senhora, como liderança matriarcal dos Krenak, por favor, leve o respeito, nossas homenagens e um sincero pedido de desculpas para que isso nunca mais aconteça."

O caso Krenak

A reunião da Comissão de Anistia foi aberta com um ritual de bênção comandado pela líder Djanira Krenak.

O pedido formulado pelo Ministério Público Federal inclui, mas não se resume ao período da ditadura militar. O MP cita violações cometidas entre 1947 e 2023.

O coordenador-geral dos Direitos Sociais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas, Jecinaldo Sateré, descreveu a perseguição e a tortura sofridas pelo povo Krenak durante a ditadura.

"Durante a ditadura militar, o povo Krenak sofreu tortura, prisões, teve indivíduos submetidos a maus tratos, trabalho forçado e deslocamento compulsório de seu território. Sofreram ataques decorrentes da criação da Guarda Rural Indígena. Foram submetidos a instalação do Reformatório Krenak, um presidio para indígenas, e sofreram deslocamento forçado de indigenas para a fazenda Guarani no município de Carmenésia (MG), que também funcionou como centro de detenção arbitrária após a extinção do Reformatório Krenak", relatou.

Relator do caso, o conselheiro Leonardo Kauer Zinn afirmou que "embora os indigenas não constituissem organização com discurso político de oposição ao regime, a sua mera existência representava empecilho ao projeto de desenvolvimento implantado pela ditadura militar".

"Quando houve reação mais forte e organizada dos povos indígenas, inclusive com repercussão política internacional, pela preservação de sua identidade, então foram esses tratados como comunistas, subversivos, inimigos do regime", explicou.

MPF/Divulgação



Grupo foi perseguido, torturado e expulso de suas terras – crimes reconhecidos pela Comissão Nacional da Verdade.

Caso Guarani Kaiowá

O caso Guarani Kaiowá foi analisado em seguida e também começou com um ritual de bençäo, dessa vez comandado pelo líder indígena Tito Guarani Kaiowá de 102 anos.

A relatora do caso, Maíra de Oliveira Carneiro, afirmou que a "agricultura era a principal atividade do povo Guarani Kaiowá e retirada forçada das terras, durante o período militar, impediu que exercessem a principal atividade econômica".

Tito Guarani Kaiowá lembrou da perseguição que viveram durante o período da ditadura militar e do momento que foram retirados da terra.

"Derrubaram a aldeia, não deixaram a gente entrar. Nós ficamos trabalhando, assim, plantando pra outra pessoa. E aí, toda a nossa cultura, faltou muita coisa, sofremos, não tínhamos mais a roça e muita gente dizia que não queria índio", lembrou.

Ao final da análise, como feito no caso Krenak, a presidente da Comissão de Anistia, Eneá de Stutz, se ajoelhou e e pediu desculpas aos indígenas em nome do Estado brasileiro.

"Estou muito emocionada, em nome do Brasil e do estado brasileiro, em nome da comissão, estamos concordando com os termos e propostas, estamos fazendo as recomendações para autoridades para que finalmente tenham a terra, saúde e principalmente tenham respeito. Que isso nunca mais aconteça e que nenhuma gota de sangue a mais seja derramada. Vamos seguir fazendo reparações coletivas. Eu peço perdão", disse Stutz.

"Caso dos 9 Chineses"

A Comissão de Anistia também deve julgar, nos próximos dias, a revisão do que ficou conhecido como "Caso dos 9 Chineses".

No episódio, em 1964, nove diplomatas chineses foram detidos, torturados condenados à prisão e, depois, expulsos do Brasil com base em uma acusação falsa de "subversão". Eles teriam conspirado contra a ditadura militar recém-instalada, mas essa acusação nunca foi provada.

A expulsão do grupo só foi revogada oficialmente pelo governo brasileiro em 2014, após os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Até então, por quase 50 anos, o grupo seguiu proibido de voltar ao Brasil.

Justiça Federal decreta prisão do ex-delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz e pede que o nome dele seja incluído na lista de procurados da Interpol.

O juiz Nilson Martins Lopes Junior, da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, determinou a prisão do ex-delegado da Polícia Federal (PF) e ex-deputado Protógenes Pinheiro de Queiroz e pediu que o nome dele seja incluído na lista vermelha de procurados da Interpol. O banqueiro Daniel Dantas acusa o ex-investigador de violar o sigilo funcional ao vazar à imprensa informações da Operação Satiagraha, da qual foi alvo, em 2008. Queiroz, que vive hoje na Suíça, sempre negou as acusações.

Em queixa-crime apresentada à Justiça em 2019, o banqueiro Daniel Dantas acusa Protógenes Queiroz, líder da Operação Satiagraha, de repassar informações sobre diligências a jornalistas em seis ocasiões. Desde então, a ação se arrasta na Vara Federal ante a dificuldade de citar o réu, que vive na Suíça desde 2015 (seu advogado afirma que o governo suíço concedeu ao ex-deputado asilo político).

Com as sucessivas tentativas, em vão, de citar Queiroz, a equipe jurídica de Dantas e o Ministério Público Federal passaram a defender a decretação da prisão preventiva do réu. Na decisão, o juiz Nilson Martins Lopes Junior afirmou que o crime imputado ao ex-delegado tem pena superior a 4 anos de prisão e apontou haver "prova da existência do crime e indícios de autoria". Com isso, avaliou ser "nítido o risco concreto de eventual futura aplicação da lei penal".

"Isso porque há evidências de que o acusado PROTÓGENES PINHEIRO DE QUEIROZ estaria se esquivando para ser citado, ocultando sua localização para não receber intimações pessoais com o intuito de protelar e tumultuar o andamento do processo", afirma o juiz, na decisão.

O magistrado destacou que "foram realizadas todas as diligências para localizar o réu", inclusive por meio de advogados e cooperação jurídica internacional. Nilson Martins Lopes Junior ponderou que a defesa de Protógenes Queiroz impetrou um habeas corpus preventivo no Tribunal Regional Federal da Terceira Região, em janeiro de 2023, para requerer o trancamento da ação penal.

"Conclui-se, portanto, que o réu não só teria ciência das imputações contra ele alegadas nestes autos, mas também se estaria se furtando intencionalmente de comparecer no processo", ressaltou o magistrado, que também determinou o bloqueio do passaporte do réu.

Relembre o caso

O ex-delegado da Polícia Federal (PF) Protógenes Queiroz comandou, em 8 de julho de 2008, a Operação Satiagraha, que prendeu Daniel Dantas, sócio-fundador do Grupo Opportunity; o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta; o investidor Naji Nahas; e outras 14 pessoas. Eles eram suspeitos de manter um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro.

Mandados foram cumpridos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. As investigações tiveram início quatro anos antes, como desdobramento do caso do mensalão, a partir de documentos enviados à Procuradoria da República de São Paulo pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Um processo foi aberto na 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, de onde partiram as ordens de prisão do juiz Fausto Martin De Sanctis contra os acusados. Protógenes comandou a operação.

Antônio Cruz/Agência Brasil



Protógenes é acusado de violar o sigilo funcional e vazar à imprensa informações da Operação Satiagraha.

O delegado foi logo afastado da Satiagraha porque, segundo inquérito da Polícia Federal e acusação do Ministério Público Federal (MPF) acolhida pelo Supremo, Protógenes vazou detalhes da operação. Ele teria vazado informações à imprensa sobre o desencadeamento da operação e de supostamente ter realizado escutas com a participação de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Ele, que sempre negou as acusações, foi indiciado em março de 2009 pela Polícia Federal. Em 2010, foi condenado pela Justiça de São Paulo a três anos e quatro meses de prisão pelos crimes de violação de sigilo funcional e fraude processual. A condenação foi confirmada pelo STF em 2014 quando Protógenes era deputado federal pelo PCdoB de São Paulo. Os ministros do Tribunal estipularam pena de dois anos e seis meses, convertida em prestação de serviços comunitários.

Em 2015, Protógenes foi exonerado da Polícia Federal em decisão assinada pelo então ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, que citou "infrações disciplinares".

Em 2017, a Justiça Federal de São Paulo concedeu a substituição de pena privativa de liberdade e extinguiu a pena de Queiroz depois de o ex-delegado apresentar os comprovantes do pagamento de prestação pecuniária.

A operação Satiagraha foi anulada em 2011 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) por considerar que as provas obtidas se basearam em gravações telefônicas feitas ilegalmente — a decisão foi ratificada pelo STF em 2015.

Saiba quem é Protógenes Queiroz, ex-deputado federal com prisão decretada por suspeita de "se ocultar" na Suíça.

O ex-deputado federal e ex-delegado da Polícia Federal (PF) Protógenes Queiroz teve a prisão preventiva decretada pela 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, por suspeita de se estar "se ocultando" na Suíça para evitar uma investigação sobre a Operação Satiagraha, conduzida por ele em 2008. Eleito para mandato de 2011 a 2015 na Câmara, Protógenes ficou nacionalmente conhecido após mandar prender o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta e o banqueiro Daniel Dantas, sócio-fundador do Grupo Opportunity.

Protógenes é acusado por Dantas de ter repassado para a imprensa informações da Satiagraha. O banqueiro é o alvo principal da operação, que investigou supostos crimes de contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro envolvendo o Grupo Opportunity. Com a decisão da Justiça paulista, o nome do ex-delegado será incluído na Lista de Difusão Vermelha, dos mais procurados, da Interpol.

Protógenes Pinheiro de Queiroz tem 64 anos e é natural de Salvador, capital da Bahia. Em 1998, ele se tornou delegado da PF. As investigações que desencadearam a Satiagraha começaram em 2004, como um desdobramento do escândalo do mensalão. Além do banqueiro e do ex-prefeito Celso Pitta, a Satiagraha prendeu o investidor Naji Nahas e outras 14 pessoas.

Em 2009, um ano depois da Satiagraha ser deflagrada, Protógenes foi afastado do comando da operação. O Ministério Público Federal (MPF) apontou que ele vazou para a imprensa detalhes da investigação e realizou escutas com a participação de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Em 2010, a Justiça federal condenou o delegado a três anos e quatro meses de prisão. A pena foi posteriormente substituída por serviços comunitários em hospitais.

Com a projeção pela operação, Protógenes se filiou ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e foi eleito deputado federal por São Paulo, obtendo 94.906 votos (0,45% dos votos válidos). Na Câmara, ele protocolou sete projetos de lei, mas nenhum chegou a ser aprovado pela Casa. Uma das propostas de Protógenes foi a de transformar a PF num órgão investigador de crimes contra jornalistas, em caso de omissão das autoridades estaduais competentes.

Em 2014, Protógenes tentou se reeleger ainda pelo PCdoB, mas obteve 27.978 votos (0,13% dos votos válidos) e não conseguiu ser eleito. Naquele mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a sentença estipulada pela Justiça em 2010, diminuindo a pena para dois anos e quatro meses de prisão.

Além da condenação, o STF também anulou as condenações impostas pela Satiagraha. As provas obtidas contra Daniel Dantas também foram invalidadas.

Em outubro de 2015, José Eduardo Cardozo, o ministro da Justiça do governo de Dilma Rousseff (PT), demitiu Protógenes da PF. Cardozo justificou a exoneração do ex-parlamentar por "infrações disciplinares".

Reprodução



Ex-delegado da Polícia Federal, Protógenes Queiroz está no país europeu desde 2015.

Naquele mesmo ano, Protógenes foi para uma conferência em Genebra, na Suíça, e não retornou mais ao Brasil. Em abril do ano passado, o ex-delegado pediu asilo político ao país, alegando que a sua integridade física corria risco. Em território suíço, Protógenes disse ao Estadão que o seu pedido de prisão era "arbitrário e ilegal" e afirmou que a Suíça havia acolhido o seu pedido de asilo.

"Para mim, foi surpresa a prisão que de certa forma é arbitrária e ilegal pois nunca recebi nenhuma intimação aqui, ao passo que a própria decretação da prisão é posterior à acolhida pelo Estado Suíço de meu pedido de asilo, enquanto essa nova condição de protegido político era já de domínio público e, portanto, do pleno conhecimento das autoridades judiciárias brasileiras", afirmou.

Protógenes é considerado foragido da Justiça desde 2016, quando houve tentativa de prendê-lo pela primeira vez em cooperação entre Brasil e Suíça. Mas as autoridades do país europeu não conseguiram localizar o endereço onde o ex-delegado residia.

Anistia

Dois projetos de lei foram apresentados na Câmara para conceder anistia a Protógenes. Um deles foi protocolado pelo ex-deputado federal Cabo Daciolo (PDT-RJ) em 2015, e o outro, pela base do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2019.

A proposta de Daciolo está engavetada na Câmara e depende de uma decisão do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para ser posta em apreciação pelo plenário. Ainda em 2019, o projeto da base bolsonarista foi devolvido para os autores por contrariar trechos da Constituição Federal, não sendo encaminhado um novo texto até o momento.

Polícia Federal aponta servidor do INSS como responsável por ofender o ministro do Supremo Gilmar Mendes no aeroporto de Lisboa.

A Polícia Federal (PF) está investigando uma agressão verbal realizada contra o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O responsável foi identificado como um servidor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A apuração ocorre a pedido do próprio Gilmar, por um episódio ocorrida na semana passada no aeroporto de Lisboa (Portugal). Um homem afirmou que o ministro e o STF "são uma vergonha para o Brasil e para o todo povo de bem" e que o Brasil estaria sendo "destruído" por "pessoas como" ele. O homem gravou a interação, e o vídeo foi publicado em redes sociais.

A partir do vídeo, a PF identificou que o responsável é Ramos Antonio Nassif Chagas, que atua como técnico do INSS.

Gilmar enviou uma representação criminal ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, pedindo a investigação do caso e a responsabilização do autor. No texto, o ministro afirma que as ofensas foram dirigidas não só contra ele, mas também ao STF.

"Ao agir dessa forma, o imputado almejou intimidar Ministro do Tribunal, para desestabilizar o funcionamento da instituição. Não é necessário grande esforço para demonstrar que a iniciativa se encaixa em um movimento articulado e coordenado de ataques aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, organizado por extremistas e detratores da democracia", escreveu.

Nelson Jr./SCO/STF



Ministro pediu a diretor-geral da corporação para episódio ser investigado.

Lava-Jato

Decano do Supremo, Gilmar Mendes disse que a Operação Lava-Jato "terminou como uma verdadeira organização criminosa". Responsável por relevar o maior escândalo de corrupção do País, início da operação completa dez anos em março. Para o ministro, a Lava-Jato produziu distorções no sistema jurídico e político, deixando um saldo "marcadamente negativo".

"Acho que a Lava-Jato fez um mal enorme às instituições", afirmou Mendes em entrevista à Agência Brasil. "O que a gente aprendeu? Eu diria em uma frase: não se combate o crime cometendo crimes. Na verdade, a Lava-Jato terminou como uma verdadeira organização criminosa, ela envolveu-se em uma série de abusos de autoridades, desvio de dinheiro, violação de uma série de princípios e tudo isso é de todo lamentável", disse.

Inicialmente favorável à força-tarefa de Curitiba, o decano do STF reconsiderou sua posição ao longo dos últimos anos, tornando-se um crítico da operação na Corte. Antes disso, porém, declarou em novembro de 2015 que a investigação da Lava-Jato havia revelado "um modelo de governança corrupta, algo que merece o nome claro de cleptocracia". Na mesma ocasião, Mendes atribuiu ao PT a crise que abalava o País naquele momento.

A Lava-Jato perdeu força a partir de 2018, quando o então juiz Sérgio Moro, que conduzia a operação, aceitou o convite de Jair Bolsonaro (PL), que acabara de se eleger presidente, para assumir o Ministério da Justiça. O movimento político do magistrado, que havia condenado o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alijando o petista das eleições daquele ano, abriu espaço para especulações sobre as suas intenções.

"Operação Lava-Jato terminou como uma verdadeira organização criminosa", diz o ministro do Supremo Gilmar Mendes.

Tânia Rego/Agência Brasil



Decano do STF avalia que operação produziu distorções no sistema jurídico e político.

Decano do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes disse que a Operação Lava-Jato "terminou como uma verdadeira organização criminosa". Responsável por relevar o maior escândalo de corrupção do País, início da operação completa dez anos em março. Para o ministro, a Lava-Jato produziu distorções no sistema jurídico e político, deixando um saldo "marcadamente negativo".

"Acho que a Lava-Jato fez um mal enorme às instituições", afirmou Mendes em entrevista à Agência Brasil. "O que a gente aprendeu? Eu diria em uma frase: não se combate o crime cometendo crimes. Na verdade, a Lava-Jato terminou como uma verdadeira organização criminosa, ela envolveu-se em uma série de abusos de autoridades, desvio de dinheiro, violação de uma série de princípios e tudo isso é de todo lamentável", disse.

Inicialmente favorável à força-tarefa de Curitiba, o decano do STF reconsiderou sua posição ao longo dos últimos anos, tornando-se um crítico da operação na Corte. Antes disso, porém, declarou em novembro de 2015 que a investigação da Lava-Jato havia revelado "um modelo de governança corrupta, algo que merece o nome claro de cleptocracia". Na mesma ocasião, Mendes atribuiu ao PT a crise que abalava o País naquele momento.

A Lava-Jato perdeu força a partir de 2018, quando o então juiz Sérgio Moro, que conduzia a operação, aceitou o convite de Jair Bolsonaro (PL), que acabara de se eleger presidente, para assumir o Ministério da Justiça. O movimento político do magistrado, que havia condenado o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alijando o petista das eleições daquele ano, abriu espaço para especulações sobre as suas intenções.

Em 2019, um novo revés. Críticos da operação aumentaram o tom dos questionamentos após mensagens trocadas por procuradores e Moro, acessadas por um hacker, se tornarem públicas. O conteúdo, revelado pelo site The Intercept Brasil, indicava uma parceria entre o então juiz e os procuradores na condução da Lava Jato, uma proximidade que, na avaliação de ministros do Supremo, violou a Constituição e regras básicas do Direito.

Em entrevista à Agência Brasil, Mendes ainda afirmou que ganhou convicção de que os procedimentos suspeitos da Lava-Jato não eram apenas "uma irregularidade procedimental", e sim "um movimento político". "A Lava-Jato não era uma operação puramente judicial, eles fizeram uma força-tarefa e lograram um apoio público muito grande, um apoio de mídia. Tenho a impressão que esse apoio de mídia teve também um efeito inibitório sobre o Supremo", avaliou o decano.

Ex funcionários do alto escalão da Petrobras aceitam devolver R$ 279 milhões e confirmam corrupção investigada pela Lava-Jato.

O esquema de corrupção ligado à Petrobras e investigado pela Operação Lava-Jato desde 2014 foi confirmado por cinco ex-funcionários do alto escalão da estatal em delação premiada ou em colaboração espontânea à Justiça. Juntos, os executivos aceitaram entregar R$ 279,8 milhões ao Tesouro e à petrolífera.

Do total de recursos devolvidos, R$ 244 milhões, ou 87%, foram oriundos de propinas obtidas pelos executivos e eram mantidas em contas no exterior, em dinheiro vivo e na forma de terrenos e até de carro importado. O restante corresponde a valores de multas compensatórias pelos crimes cometidos.

Nos acordos de delação, os ex-funcionários da Petrobras apontaram as maiores empresas do setor de infraestrutura brasileiro como pagadoras de propina a eles próprios.

Em uma ação inédita no País, a Lava-Jato investigou e prendeu presidentes e dirigentes das gigantes da construção entre 2014 e 2015. Com o prosseguimento das investigações, executivos da Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht passaram a confessar os pagamentos ilegais e assinaram delações. As empresas firmaram acordos de leniência.

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa foi o primeiro ex-integrante da cúpula da estatal a dizer que um cartel de empreiteiras dominou as obras bilionárias da petrolífera a partir de 2006. Costa admitiu ter recebido milhões em propinas sobre os contratos da estatal com essas empresas e contou que recebeu o dinheiro em shoppings e em casa.

Ao formalizar a delação, o ex-diretor renunciou a US$ 2,8 milhões que estavam em uma conta nas Ilhas Cayman e a US$ 23 milhões depositados na Suíça. Comprometeu-se a pagar uma multa compensatória cível de R$ 5 milhões e a entregar uma lancha de R$ 1,1 milhão, terrenos avaliados em R$ 3,202 milhões, valores em espécie apreendidos com ele (R$ 762.250,00, US$ 181.495,00 e 10.850,00 euros) e um carro importado de R$ 300 mil.

Depois de Costa, a Lava-Jato fechou acordos de colaboração com o ex-diretor da Área Internacional da estatal, Nestor Cerveró, e os ex-gerentes da Petrobras Pedro Barusco e Eduardo Musa. O ex-diretor da área de Engenharia Renato Duque não chegou a firmar uma delação com o Ministério Público Federal, mas afirmou, durante audiência perante a Justiça Federal do Paraná, no ano passado, que colaborava espontaneamente.

Em novembro de 2015, Cerveró concordou, por exemplo, em entregar 1 milhão de libras que eram mantidas em contas na Inglaterra. O ex-diretor também aceitou devolver outros US$ 495 mil que estavam em uma offshore nas Bahamas e R$ 6,7 milhões, o equivalente ao valor de dois apartamentos que o ex-dirigente mantinha em Ipanema, no Rio de Janeiro.

Do lado dos grandes empreiteiros, a confirmação sobre o que ocorria na Petrobras começou, em fevereiro de 2015, com a delação dos executivos da Camargo Corrêa, Dalton Avancini e Eduardo Leite. Os ex-dirigentes da companhia aceitaram pagar multas compensatórias que somaram R$ 7,5 milhões.

Divulgação



Esquema de corrupção ligado à Petrobras foi investigado pela Operação Lava Jato desde 2014.

"Me foi informado que existia uma propina que era paga para a área de Serviços e uma propina que deveria ser paga para a área de Abastecimento. Propinas essas associadas aos empreendimentos que a Camargo já detinha, e àqueles que ainda faltavam assinar", narrou Leite, em depoimento em maio de 2015, perante à Justiça Federal do Paraná.

"Eu tinha uma planilha, que eu forneci ao Ministério Público, que demonstra, lá, como eram os pagamentos. Para a Diretoria de Serviços 63 milhões, e para Diretoria de Abastecimento 47 milhões."

Leite narrou que houve cobrança de propinas atrasadas a Duque e a Costa quando os ex-diretores deixaram os cargos na Petrobras. Os pagamentos deveriam ser feitos por meio de consultorias abertas por ambos após a saída de cada um da estatal. No caso de Duque, afirmou Leite, a empresa era recém-aberta e "não teria condições de celebrar um contrato de um valor de 12, 13 milhões". Com Paulo Roberto Costa, foi fechado um acordo para repasse de "30 parcelas de R$ 100 mil".

O relato dos ex-dirigentes da Camargo Corrêa foi corroborado pelo empresário Ricardo Pessoa, da UTC Engenharia - outro a fechar delação premiada com a força-tarefa da Lava-Jato, em maio de 2015.

Pessoa afirmou, em audiência, em novembro daquele ano, que o pagamento de propinas na estatal "era uma prática generalizada", e revelou que fazia pagamentos em espécie ao doleiro Alberto Youssef – operador junto à diretoria de Abastecimento, reduto sob influência do PP.

Empresa suíça admite nos Estados Unidos propina na Petrobras, mas processo da Lava-Jato está parado no Brasil.

A Trafigura, empresa suíça de negociação de commodities, declarou-se culpada à justiça dos Estados Unidos pelo pagamento de propina a autoridades brasileiras para garantir negócios com a Petrobras.

A empresa pagará mais de US$ 126 milhões para encerrar uma investigação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) sobre um esquema de corrupção envolvendo a Petrobras. O órgão não divulgou quais executivos foram subornados.

O pagamento será feito pela Trafigura Beheer BV, empresa controladora do Grupo Trafigura durante o período, como parte do acordo de confissão.

No Brasil, um processo aberto em 2018, que acusa ex-executivos da companhia de pagar propina de US$ 1,5 milhão em 31 operações de compra e venda de óleo combustível entre a estatal e a empresa.

O processo da Lava Jato foi suspenso em maio de 2022 quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) mandou outro caso, que teria relação com a ação sobre os ex-executivos da Trafigura, para a Justiça Eleitoral.

”Até que ultimada (a competência para julgar a ação), fica sobrestada a análise de eventuais pendências”, afirmou o então juiz responsável por julgar processos da operação, Luiz Antonio Bonat, na 13ª Vara Federal de Curitiba.

A ação está parada desde então. Em setembro do ano passado, o ex-executivo do grupo Trafigura Marcio Magalhães pediu à Justiça Federal que fosse ”declarada a imprestabilidade de todo o acervo probatório”. Dentre as justificativas da defesa, estão as mensagens trocadas entre o ex-juiz federal Sérgio Moro e o ex-procurador da República Deltan Dallagnol, tornadas públicas pelo site The Intercept Brasil no caso que ficou conhecido como Vaza Jato.

Foram acusados os ex-executivos da Trafigura Mariano Marcondes Ferraz e Marcio Pinto de Magalhães, o operador financeiro Carlos Herz e o ex-gerente de Comércio Externo de Óleos Combustíveis da Petrobras Marcus Alcoforado. O pagamento de propina ocorreu, segundo a acusação, para a multinacional ”obter facilidades, preços mais vantajosos e operações de trading de óleo combustível e derivados de petróleo com maior frequência”.

O esquema foi inicialmente revelado no âmbito da Operação Lava Jato. O nome da empresa surgiu ao lado de Vitol e Glencore na 57ª fase da investigação, que apurava o pagamento de propinas a funcionários da Petrobras por empresas que atuavam na compra e venda de petróleo e derivados, atividade conhecida como trading.

De acordo com documentos obtidos pelo Departamento de Justiça dos EUA, a Trafigura manteve

Fernando Frazão/Agência Brasil



O esquema foi inicialmente revelado no âmbito da Operação Lava Jato.

relações comerciais com a Petrobras entre 2003 e 2014. Em 2009, informa o DoJ, a Trafigura acertou um esquema de suborno que pagava até US$ 0,20 por barril de produtos petrolíferos comprados ou vendidos da Petrobras.

Os pagamentos eram ocultados por empresas de fachada, direcionados a contas bancárias offshore para os funcionários da Petrobras no Brasil. De acordo com o DoJ, a Trafigura lucrou aproximadamente US$ 61 milhões com o esquema.

“A declaração de culpa destaca que quando empresas pagam propinas e minam o estado de direito, elas enfrentarão penalidades significativas”, disse em nota Nicole M. Argentieri, chefe da Divisão Criminal do Departamento de Justiça.

Em dezembro, a Trafigura já havia anunciado a reserva de US$ 127 milhões para cobrir uma possível multa do Departamento de Justiça dos Estados Unidos para encerrar uma investigação sobre ”pagamentos indevidos” feitos pela empresa no Brasil.

Em 2020, o Ministério Público Federal (MPF) propôs uma ação civil pública por improbidade administrativa contra empresas ligadas à Trafigura, executivos do grupo e ex-funcionários da Petrobras pelo pagamento de propinas.

O MPF apurava crimes que ocorreram entre maio de 2012 e outubro de 2013, em 31 operações de compra e venda internacional de petróleo e derivados, conhecida como trading.

Além da Trafigura, eram investigadas na 57ª fase da Lava Jato a Vitol e a Glencore. Juntas, elas seriam responsáveis por US$ 15 milhões em propinas. Os pagamentos estão relacionados a mais de 160 operações de compra e venda de derivados de petróleo e aluguel de tanques para estocagem.



Mercado

TAXA DE CÂMBIO

Moedas	Compra	Venda
Dólar Comercial	5,056	5,057
Dólar Turismo	5,081	5,261
Peso Argentino	0,0059	0,0059
Euro	5,441	5,442

Atualizado em: 02/04/2024 / Fechamento: 23h / Dados: Infomoney

SALÁRIO MÍNIMO

Nacional	Regional - Rio Grande do Sul	
R$ 1.412,00	Menor faixa: R$ 1.573,89	Maior faixa: R$ 1.994,56

Dados:Gov RS

INVESTIMENTOS

Bolsa de Valores	Pontuação	Variação
Ibovespa	127.549pts	+0.43%

Atualizado em 02/04/2024 Fechamento: 18h / Dados: Infomoney

Valor Taxa Selic 2024	10,75%

Variação Semestral Atualizada em 02/04/2024 / Dados: Banco Central do Brasil

INDICADORES DA INFLAÇÃO

MÊS	IPCA	IGP-M	INPC
ABR/2023	0,61	-0,95	0,53
MAI/2023	0,23	-1,84	0,36
JUN/2023	-0,08	-1,93	-0,10
JUL/2023	0,12	-0,72	-0,09
AGO/2023	0,23	-0,14	0,20
SET/2023	0,26	0,37	0,11
OUT/2023	0,24	0,50	0,12
NOV/2023	0,28	0,59	0,10
DEZ/2023	0,56	0,74	0,55
JAN/2024	0,42	0,07	0,57
FEV/2024	0,83	-0,52	0,81
MAR/2024	-	-0,47	-
EM 2024	1,25	-0,92	1,38
12 MESES	4,50	-4,26	3,86

Dados: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. FGV – Fundação Getulio Vargas.

COTAÇÕES - AGRONEGÓCIO

Pecuária	Unidade	02/04 (SEMANA ATUAL)	26/03 (SEMANA ANTERIOR)	02/03 (MÊS ANTERIOR)
Boi	1kg vivo	R$ 0,00	R$ 7.85	R$ 8.15
Vaca	1kg vivo	R$ 0,00	R$ 7.45	R$ 7.35
Suíno	1kg vivo	R$ 6,13	R$ 6,15	R$ 6,01
Cordeiro	1kg vivo	R$ 8,08	R$ 7,80	R$ 8,00
Agricultura	**Unidade**	**02/04** (SEMANA ATUAL)	**26/03** (SEMANA ANTERIOR)	**02/03** (MÊS ANTERIOR)
Soja	60kg	R$ 120,23	R$ 120,18	R$ 110,70
Arroz	50kg	R$ 99,40	R$ 99,28	R$ 104,40
Feijão	60kg	R$ 250,00	R$ 250,00	R$ 350,00
Milho	60kg	R$ 61,71	R$ 62,60	R$ 62,23
Trigo	1Ton	R$ 1.170,11	R$ 1.173,56	R$ 1.164,08

Atualizado em: 02/04/2024 / Dados: Canal Rural | CEPEA | Scot Consultoria | Portal Brasil.

Lula deu aval à medida provisória para baratear tarifas de energia.

O ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, afirmou em entrevista à CNN Brasil nessa terça-feira (2) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu aval a uma medida provisória (MP) formulada pela pasta para reduzir a tarifa de energia elétrica.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Segundo Alexandre Silveira, o texto enviado à Casa Civil tem "três focos".

"O presidente Lula deu o 'ok'. Essa medida provisória será enviada ao Congresso Nacional, com efeito imediato", disse Silveira, que se reuniu na última segunda-feira (1º) com o mandatário e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo Alexandre Silveira, o texto enviado à Casa Civil tem "três focos". O trecho mais relevante e definido como "estruturante" pelo ministro vai permitir securitizar os recebíveis da Eletrobras — cerca de R$ 25 bilhões ainda devidos até 2047 — e aplicar esses recursos na modicidade tarifária.

Os recursos serão usados para quitar antecipadamente dois empréstimos que hoje pesam sobre os consumidores de energia: a Conta Covid e a Conta Escassez Hídrica. O dinheiro será captado no mercado a taxas presumivelmente baixas, pois têm uma garantia bastante previsível de recebimento.

A Conta Covid foi uma operação de R$ 16 bilhões, tomado em junho de 2020 (auge da pandemia), com prazo de 60 meses para pagamento. Em vez de altas elevadas das tarifas para compensar as distribuidoras pela perda da demanda, o governo fez um empréstimo para diluir esse impacto ao longo dos anos seguintes.

A Conta Escassez Hídrica foi outro empréstimo, no valor de R$ 5,3 bilhões e com prazo de 54 meses para pagamento, em março de 2022. Naquele momento, o país vinha da pior seca em nove décadas.

"Teremos redução imediata . Eu acredito que assim que enviarmos a medida provisória — espero que seja, no mais tardar, semana que vem —, a gente já possa buscar no mercado financeiro securitizar recursos, pagar as contas e ter reflexos de redução de tarifas", disse o ministro.

Os outros dois "focos" da MP são segurar preços em estados com tarifas distorcidas e compatibilizar prazos de novas usinas de fontes renováveis (parques eólicos e fotovoltaicos), principalmente no Nordeste e no norte de Minas Gerais, com prazos para a entrada em funcionamento de linhas de transmissão.

Com o ajuste, o Ministério de Minas e Energia espera assegurar R$ 165 bilhões em investimentos e a geração de 400 mil empregos.

Governo estuda medidas para custear parte das tarifas e reduzir a conta de luz dos consumidores.

O governo federal estuda medidas para custear parte das tarifas de energia e reduzir a conta de luz para os consumidores. A afirmação é do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, depois de reunião na segunda-feira (1°). Ele se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com representantes da Casa Civil.

EBC



A afirmação é do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Segundo Silveira, o Ministério de Minas e Energia levou três sugestões para o governo:

– usar os recursos dos leilões de petróleo da estatal Pré-sal Petróleo SA (PPSA) – que administra a parcela de petróleo e gás a qual a União tem direito nos contratos do pré-sal;

– colocar essas despesas no Orçamento da União, retirando esses gastos do limite estabelecido pelo arcabouço fiscal;

– equalizar custos entre o mercado livre de energia e o mercado regulado.

Hoje, o mercado livre de energia pode ser acessado apenas por empresas que tenham consumo de cerca de R$ 10 mil mensais. Os consumidores residenciais e comércios menores, por exemplo, são obrigados a comprar das distribuidoras de energia.

"Sabemos que não é um assunto simples, muitas distorções foram criadas no setor elétrico ao longo da última década, muitos subsídios passaram a integrar a conta de energia no Brasil, sacrificando de forma muito rigorosa o consumidor regulado, que é aquele consumidor que recebe a conta de energia em casa, e nós procuramos como sempre sensibilizar o ministro Haddad, para que uma solução seja dada", declarou Silveira.

O ministro afirmou ainda que esta foi a primeira de outras reuniões para discutir a questão tarifária. Ele não detalhou como esses recursos serão usados para reduzir as tarifas e que parte dos custos serão cobertos pelo governo.

Especialistas citam três fatores que têm levado ao aumento na conta de luz:

– crescimento dos subsídios pagos pelos consumidores;

– custo da contratação de energia;

– investimentos em transmissão.

Em 2024, os subsídios devem representar 12,5% da conta de luz, em média. A projeção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é que a conta cresça em média 5,6% neste ano.

MP das tarifas

As sugestões apresentadas pelo ministro de Minas e Energia devem tratar de uma "solução estrutural" para o aumento nos reajustes das tarifas de energia.

O ministério tem outra medida, que pretende reduzir a conta em 2024 em cerca de 3,5% com o pagamento de empréstimos das distribuidoras de energia.

O rascunho de medida provisória está na Casa Civil e ainda aguarda publicação pelo governo.

Sobre a utilização dos recursos da Eletrobras, o ministro disse que não é necessário conversar com a empresa.

"Isso é uma dívida da Eletrobras com o Brasil, é uma dívida que está constando na lei que privatizou e quem tem que autorizar é apenas o Congresso Nacional, que a gente possa securitizar e pagar essas contas que foram assumidas irresponsavelmente pelo ministro da Economia do governo anterior em nome dos consumidores de energia do Brasil", afirmou. As informações são do portal de notícias G1.

Ministro de Lula culpa "irresponsabilidade" de ministro de Bolsonaro pela energia cara.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou na segunda-feira (1º) que parte da responsabilidade sobre as altas tarifas na conta de luz é do ex-ministro da Economia de Jair Bolsonaro (PL), Paulo Guedes. "Muitos subsídios passaram a integrar a conta de energia no Brasil, sacrificando de forma muito vigorosa o consumidor regulado, que é aquele consumidor que recebe a conta de energia em casa", afirmou Silveira.

"Muitos custos advindos da irresponsabilidade do ex-ministro da Fazenda Paulo Guedes, que contraiu empréstimos para poder, por exemplo, pagar a 'conta Covid' e para poder pagar a conta de escassez hídrica em nome do consumidor de energia do Brasil", complementou.

Segundo o ministro de Minas e Energia, as medidas são "bombas de efeito retardado", que agora cabe ao governo resolver.

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



O governo federal estuda medidas para custear parte das tarifas de energia e reduzir a conta de luz para os consumidores.

Medidas

O governo federal estuda medidas para custear parte das tarifas de energia e reduzir a conta de luz para os consumidores. A afirmação também foi feita pelo ministro Alexandre Silveira, depois de reunião na segunda-feira (1°). Ele se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com representantes da Casa Civil.

Segundo Silveira, o Ministério de Minas e Energia levou três sugestões para o governo:

– usar os recursos dos leilões de petróleo da estatal Pré-sal Petróleo SA (PPSA) – que administra a parcela de petróleo e gás a qual a União tem direito nos contratos do pré-sal;

– colocar essas despesas no Orçamento da União, retirando esses gastos do limite estabelecido pelo arcabouço fiscal;

– equalizar custos entre o mercado livre de energia e o mercado regulado.

Hoje, o mercado livre de energia pode ser acessado apenas por empresas que tenham consumo de cerca de R$ 10 mil mensais. Os consumidores residenciais e comércios menores, por exemplo, são obrigados a comprar das distribuidoras de energia.

"Sabemos que não é um assunto simples, muitas distorções foram criadas no setor elétrico ao longo da última década, muitos subsídios passaram a integrar a conta de energia no Brasil, sacrificando de forma muito rigorosa o consumidor regulado, que é aquele consumidor que recebe a conta de energia em casa, e nós procuramos como sempre sensibilizar o ministro Haddad, para que uma solução seja dada", declarou Silveira.

O ministro afirmou ainda que esta foi a primeira de outras reuniões para discutir a questão tarifária. Ele não detalhou como esses recursos serão usados para reduzir as tarifas e que parte dos custos serão cobertos pelo governo.

Especialistas citam três fatores que têm levado ao aumento na conta de luz:

– crescimento dos subsídios pagos pelos consumidores;

– custo da contratação de energia;

– investimentos em transmissão.

Em 2024, os subsídios devem representar 12,5% da conta de luz, em média. A projeção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é que a conta cresça em média 5,6% neste ano. As informações são do site Metrópoles e do portal de notícias G1.

Transição no Banco Central pode começar mais cedo e o atual presidente fala em processo suave e colaborativo.

As conversas sobre a sucessão no Banco Central já correm a passos largos e envolvem o presidente Roberto Campos Neto, que vem sugerindo nos bastidores mais tempo para se concretizar a troca de comando na instituição – ou seja, que o anúncio do novo nome seja feito mais cedo. O mandato dele se encerra em 31 de dezembro, na primeira substituição sob o sistema de mandatos fixos no BC, iniciado em 2021. A indicação cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em conversas reservadas, Campos Neto vem defendendo que o sucessor escolhido deve sair a tempo de as sabatinas, feitas pelo Senado, ocorrerem ainda em 2024, o que fixa como data limite os meses de outubro ou novembro. Seus interlocutores, porém, afirmam que o presidente do BC já trabalha com um prazo mais alongado e pretende dedicar todo o segundo semestre para uma transição “suave e colaborativa”.

Na Faria Lima, a troca de comando no BC já é assunto desde o ano passado, quando Lula abriu fogo contra Campos Neto pela elevada taxa de juros em vigor (13,75% ao ano, à época). O início do ciclo de cortes, em agosto, arrefeceu as críticas, que voltaram mais recentemente em falas da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e do ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

O temor dos analistas não se dá tanto pelos efeitos que isso poderia trazer ao atual presidente do BC, mas sobre capacidade do próximo ocupante do cargo de resistir às pressões do Palácio do Planalto e do PT. Campos Neto já demonstrou independência; restará ao sucessor provar a sua ao mercado.

O favorito à sucessão ainda é Gabriel Galípolo, economista que dirigiu o Banco Fator e que chegou à campanha eleitoral de Lula, em 2022, pelas mãos do PT – ele acompanhou Gleisi Hoffmann em eventos com investidores e analistas, como uma espécie de porta-voz econômico da petista.

Na montagem do governo, Galípolo acabou assumindo a posição de número 2 do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não sem antes ter sido cogitado para cargos em voo solo, como a presidência do BNDES.

O contato direto que estabeleceu com Lula, tanto na campanha quanto no governo, gabaritaram o economista para a indicação ao cargo de diretor de Política Monetária do BC, em maio do ano passado, ainda que sua trajetória profissional não tenha proximidade com o tema.

Pedro França/Agência Senado



O mandato de Roberto Campos Neto se encerra em 31 de dezembro.

Naquele momento, sedimentou-se em Brasília a análise de que o indicado foi colocado no posto por Lula com vistas à sucessão de Campos Neto. Mas não só isso: como um fiscal da conduta do atual presidente do BC – visto, pelos aliados de Lula, como um bolsonarista infiltrado.

Os acontecimentos que se sucederam – a concordância de Galípolo com as decisões de Campos Neto e da diretoria do BC – não passaram despercebidos aos olhos de setores do PT. Eles se perguntam como “um dos nossos homens” não se opôs ao projeto de autonomia financeira da instituição, que ganhou vida no Senado; nem registrou divergências sobre posições consideradas conservadoras na condução dos juros.

Em entrevista à Folha no início de março, Campos Neto revelou que o apoio à proposta de autonomia financeira do BC é unânime na diretoria. Boa parte do PT já demonstrou ser contra a ideia, que também enfrenta resistência no Tesouro Nacional e no Ministério da Gestão, de Esther Dweck – que veem obstáculos em questões técnicas, como o impacto na dívida pública e em como dar autonomia a uma autarquia com tantas atribuições de Estado.

Um relatório deverá ser apresentado pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM). Campos Neto se envolveu diretamente na discussão do texto, mas vem sendo aconselhado a se distanciar, uma vez que o debate não deve ser concluído no seu mandato. E os eventuais benefícios – ou seja, a capacidade de contratar e reter técnicos de boa qualidade – também ficarão para o próximo presidente. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Banco Central lança novo relatório sobre chaves Pix para evitar fraudes.

O Banco Central do Brasil anunciou nessa terça-feira (2) que as pessoas físicas e jurídicas já podem acessar diversas informações sobre suas chaves Pix em um único relatório. A medida busca prevenir fraudes com cadastrados realizados de forma irregular.

Esse documento informa as chaves ativas e bloqueadas por ordem judicial. Também apresenta as chaves em reivindicação de posse, quando o usuário reivindica o domínio de determinada chave que está cadastrada para outra pessoa, como o número de telefone. Outro status é a chave, como CPF, em portabilidade de um banco para outro.

O relatório também traz o histórico de todas as chaves já excluídas pelo usuário, informando a data e a hora de exclusão.

"Essas novidades possibilitam que o cidadão identifique eventuais tentativas de fraudes utilizando chaves criadas em seu nome", cita o BC, em nota.

Antes já era possível acessar um relatório no Registrado, mas apenas sobre as chaves atualmente cadastrados nos nomes dos usuários.

– Como acessar? A solicitação de acesso já pode ser feita pelo Registrato, sistema do Banco Central para consulta de empréstimos feitos pelos usuários, instituições bancárias cadastradas em seus nomes, ou dados de compra ou venda de moeda estrangeira, por exemplo.

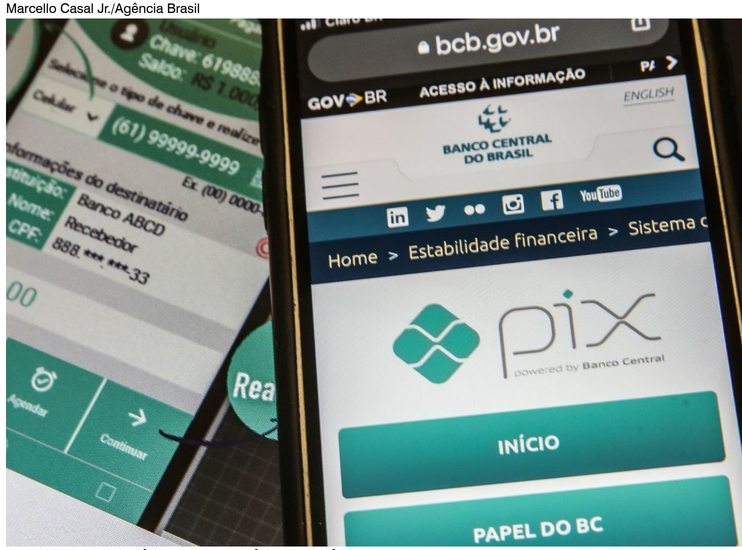
Toda pessoa física usuária do Pix pode conseguir esse relatório. O requisito para ter acesso ao Registrado é ter conta gov.br nível prata ou ouro.

Vazamento

Em outra frente, o Banco Central (BC) notificou recentemente dois casos de vazamento de dados cadastrais de cerca de 133 mil chaves Pix. Os episódios foram tornados públicos no final do mês passado. O Banco Central, contudo, informou que, em ambas as situações, não foram expostas informações sensíveis – e protegidas por sigilo bancário –, como senhas, movimentações e saldos das contas dos usuários do meio de pagamento.

No último caso revelado pelo BC, foram vazadas informações de 87.368 chaves sob a guarda da Sumup Sociedade de Crédito Direto S.A. (Sumup SCD). O problema ocorreu entre 28 de setembro de 2023

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



As pessoas físicas e jurídicas já podem acessar diversas informações sobre suas chaves Pix em um único relatório.

e 16 de março de 2024. Os dados expostos incluíam o nome do usuário, o CPF com máscara, a instituição de relacionamento, a agência e o número conta.

O outro incidente aconteceu entre 1º de janeiro a 22 de fevereiro, quando foram expostas informações cadastrais de 46.093 mil clientes da Fidúcia Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Limitada (Fidúcia). Os dados abrangiam o nome do usuário, o CPF, a instituição de relacionamento, a agência, o número e o tipo da conta.

Todas as pessoas que tiveram informações expostas serão avisadas, exclusivamente, por meio do aplicativo ou do internet banking. "Nem o BC nem as instituições participantes usarão quaisquer outros meios de comunicação aos usuários afetados, tais como aplicativos de mensagem, chamadas telefônicas, SMS ou e-mail", alertou o Banco Central.

O órgão observa que, apesar dos vazamentos, isso não quer dizer que todas as informações dos usuários do sistema foram expostas. Significa, porém, que elas ficaram visíveis para terceiros durante um período de tempo e podem ter sido capturadas. O BC informou que os dois últimos casos serão investigados e sanções poderão ser aplicadas. A legislação prevê multa, suspensão ou até exclusão do sistema do Pix, dependendo da gravidade da situação. As informações são do jornal O Globo.

Dólar fecha estável após intervenção do Banco Central para conter a alta da moeda no Brasil.

O dólar fechou a sessão dessa terça-feira (2) praticamente estável, após o Banco Central (BC) ter feito um leilão adicional de "swap cambial" para conter parte do avanço da moeda norte-americana no Brasil. Na prática, essa operação significa que o BC vende dólar no mercado futuro, sem envolver as reservas brasileiras da moeda.

É uma intervenção indireta da instituição no mercado de câmbio, que ocorre quando o dólar tem altas mais acentuadas.

Já o Ibovespa, principal índice de ações na bolsa de valores brasileira, a B3, encerrou em alta.

Dólar

Ao final da sessão, o dólar fechou em leve queda de 0,02%, cotado a R$ 5,0582. Com o resultado, a moeda americana acumula: alta de 0,86% na semana e no mês; e alta de 4,24% no ano.

Na segunda-feira, antes do anúncio do BC sobre o leilão cambial, a moeda havia fechado o dia em R$ 5,0591, no maior patamar desde outubro.

Ibovespa

O Ibovespa encerrou em alta de 0,44%, aos 127.549 pontos. Com o resultado, o índice acumula: queda de 0,44% na semana e no mês; e recuo de 4,95% no ano. Na véspera, o índice havia fechado em 126.990 pontos.

Mercados

– O que está mexendo com os mercados? O BC anunciou na noite de segunda-feira (1º) que faria nesta sessão um leilão adicional de swap cambial tradicional, no valor de US$ 1 bilhão. Essa foi a primeira intervenção sem fins de rolagem da autarquia no mercado de câmbio desde o final de 2022.

O BC justifica que fez o leilão para suprir a demanda pelo vencimento de NTN-A3, um título público indexado ao dólar que há anos não é negociado pelo Tesouro Nacional, mas ainda há no mercado brasileiro instituições que detêm o papel em suas carteiras.

Em meados deste mês vencerão um total de R$ 18,534 bilhões em NTN-A3s que foram negociadas em 1997. Em valores atuais, isso equivale a cerca de US$ 3,6 a US$ 3,7 bilhões, de acordo com participantes do mercado.

Como os detentores desses papéis no Brasil carregaram algumas posições vendidas em dólar ao longo dos anos para cobrir a exposição a estes títulos, agora que os papéis vão vencer é preciso encerrar estas posições vendidas – o que é feito por meio da compra de dólares.

Assim, o BC anunciou o leilão de swap tradicional, operação com efeito equivalente à venda de dólares no mercado futuro, para evitar pressões adicionais diante da demanda dos detentores das NTN-A3. No total, foram vendidos 20 mil contratos.

Freepik



Ao final da sessão, o dólar fechou em leve queda de 0,02%, cotado a R$ 5,0582.

Apesar da justificativa do BC, no entanto, parte dos analistas ainda atribui a ação apenas ao fato de o dólar ter saltado 0,86% na véspera, ao maior valor de fechamento desde 13 de outubro do ano passado. Na véspera, a moeda encerrou cotada em R$ 5,0591. A alta acumulada foi de 1,57% em dois dias úteis.

Enquanto isso, no exterior, o índice que compara o dólar a uma cesta de pares fortes tinha queda, perdendo fôlego depois de mais cedo tocar uma máxima em cinco anos, o que ajudou a dar alívio às divisas de países emergentes.

Na agenda, investidores voltaram atenções para mais dados econômicos norte-americanos, divulgados nessa terça-feira.

Segundo informações divulgadas pelo Departamento do Comércio dos EUA, as novas encomendas à indústria aumentaram 1,4% em fevereiro, após terem registrado queda de 3,8% em janeiro. O resultado veio acima do esperado pelo mercado, que projetava uma alta de 1,0% no mês.

Já o Departamento do Trabalho norte-americano informou que as vagas de emprego em aberto no país ficaram estáveis em níveis mais altos em fevereiro, enquanto o número de pessoas que deixaram seus empregos aumentou marginalmente.

Além disso, novos comentários de autoridades do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) também ficaram no radar, conforme investidores seguem em busca de novos sinais sobre os próximos passos da autarquia nos juros norte-americanos. As informações são do portal de notícias G1 e da agência de notícias Reuters.

Juro médio do empréstimo consignado para aposentados fica em 22,8% ao ano, menor patamar desde 2021.

Os beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que podem contratar o crédito consignado estão pagando no ano uma taxa média de juro de 22,8% na modalidade. É a menor desde novembro de 2021, que registrou um patamar anual de 21,29%.

Os dados são do Banco Central do Brasil, atualizados nessa terça-feira (2). No mês de fevereiro, o consignado do INSS ficou em 1,73%, na média, o menor nível mensal desde dezembro de 2021.

O limite dos juros para aposentados e pensionistas é objeto de impasse com o setor bancário. Desde março de 2023 o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) vem reduzindo o teto de juro para esse público. A justificativa é a queda da taxa básica de juros (Selic).

O colegiado é composto por representantes do governo federal, dos aposentados e pensionistas, trabalhadores em atividade e empregadores.

Com maioria no CNPS, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, tem conseguido com facilidade a redução. Na última decisão, o Conselho aprovou o novo limite de juros em 1,72% ao mês para essas operações do consignado.

Selic

O argumento central para contração do teto é taxa básica de juros, que saiu de 13,75% em agosto de 2023 para 10,75%, até a última decisão do Banco Central.

O argumento é contestado pela Febraban, que diz que não há relação direta entre a queda dos juros básicos da economia e a taxa do consignado para aposentados.

Como os contratos com empréstimo consignado são de médio ou longo prazo, o melhor parâmetro seriam as taxas de juros futuros, e não a Selic, que é de curto prazo, de acordo com a visão da entidade. As operações do consignado do INSS são de até 84 meses.

A queda de braço entre Carlos Lupi e as instituições bancárias começou antes mesmo de o BC iniciar o ciclo de queda da Selic.

Em março de 2023, o CNPS aprovou o corte no teto dos juros do consignado no INSS de 2,14% ao mês 1,70%. Mas teve que recuar para 1,97%, diante do fechamento da linha pelos bancos, incluindo Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Desde então, outras reduções foram ocorrendo.

Concessão

A oferta de crédito para aposentados e pensionistas do INSS foi de R$ 78,7 bilhões em 2023, baixa em relação aos R$ 81,4 bilhões de 2022. Porém, nos dois primeiros meses deste ano, houve alta.

Em janeiro e fevereiro de 2024 a concessão foi de R$ 20,5 bilhões, contra os R$ 15,7 bilhões no mesmo período do ano passado.

Marcos Santos/USP Imagens



No mês de fevereiro, o consignado do INSS ficou em 1,73%, na média, o menor nível mensal desde dezembro de 2021.

"O risco da operação e a inadimplência percebida não inviabilizam a operação, que segue vantajosa para as instituições que nela atuam, de modo que não se observa ameaça imediata ao volume de crédito disponível", avalia Diogo Moreira Carneiro, professor da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi).

Teto no rotativo

Outro tema objeto de debate em função da iniciativa do governo em buscar a limitação dos juros é o rotativo do cartão de crédito. A taxa média cobrada nessa modalidade ficou em 412,5% ao ano até fevereiro, conforme os dados do Banco Central. É o menor nível desde dezembro de 2022, quando estava em 411,93%.

A taxa anual, que considera os meses anteriores, ainda não reflete na totalidade da medida aprovada pelo Congresso que limita o juro nessas operações.

O teto de 100% para a taxa de juro no rotativo do cartão de crédito começou a valer em janeiro deste ano, conforme decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Ou seja, se a dívida for de R$ 1.000, por exemplo, a dívida total, com a cobrança de juros, não poderá em nenhum momento exceder R$ 2.000. Isso vale somente para débitos contraídos a partir da vigência desta regra.

"O consumidor brasileiro tem muita dependência do cartão de crédito e, por mais que um teto seja fixado no caso do rotativo, as dívidas das pessoas no cartão continuam se expandindo", avalia Luciano Bravo, economista e CEO da Inteligência Comercial. As informações são do jornal O Globo.

Juros do cartão de crédito caem em fevereiro no Brasil.

Pelo segundo mês seguido, a taxa média de juros do cartão de crédito rotativo teve redução para as famílias brasileiras, passando de 419,3% ao ano, em janeiro, para 412,5% ao ano em fevereiro deste ano. A queda é de 6,8 pontos percentuais no mês e de 7,9 pontos percentuais em 12 meses. Os dados estão nas Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nesta terça-feira (02) pelo BC (Banco Central).

O crédito rotativo dura 30 dias e é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

A modalidade tem as taxas mais altas do mercado. Mas, em janeiro deste ano, entrou em vigor a lei que limita os juros do rotativo 100% do valor da dívida, e não de mais de 400% ao ano como é cobrado atualmente. A medida, entretanto, vale apenas para novos financiamentos, por isso as estatísticas ainda estão em patamares altos.

Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida do cartão de crédito. No caso do cartão parcelado, os juros reduziram 3,3 pontos percentuais no mês e 7,3 pontos percentuais em 12 meses, para 184,5% ao ano.

Os juros praticados nas operações de cartão de crédito foram os que mais influenciaram a queda na taxa média de juros cobrada das famílias em fevereiro. Por outro lado, os juros do cheque especial tiveram alta de 6 pontos percentuais no mês e redução de 2,9 pontos percentuais em 12 meses (131,8% ao ano).

Considerando todas as modalidades de crédito com recursos livres às pessoas físicas, a taxa média de juros atingiu 52,5% ao ano, com diminuição mensal de 0,1 ponto percentual e de 6,0 pontos percentuais em 12 meses.

Nas operações com empresas, a taxa média alcançou 21,4% ao ano, declínio mensal de 0,9 ponto percentual e de 2,4 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. Basicamente, contribuíram para esse resultado as quedas mensais nas taxas médias das modalidades de desconto de duplicatas e outros recebíveis (1 ponto percentual), capital de giro com prazo superior a 365 dias (0,7 ponto percentual) e cartão de crédito rotativo (38,3 pontos percentuais).

Taxas médias

No total do crédito com recursos livres, considerando pessoas físicas e jurídicas, a taxa média de juros atingiu 40,2% ao ano em fevereiro, com decréscimos de 0,3 ponto percentual no mês e de 3,8 pontos percentuais em 12 meses. "A redução no mês foi resultado principalmente da efetiva redução nas taxas de juros (efeito taxa), com pequeno efeito contrário na composição da carteira (efeito saldo)", explicou o BC.

No crédito livre, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já no crédito direcionado, as regras são definidas pelo governo, e se destina, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

Reprodução



Taxas médias cobradas por bancos seguem em queda

No caso do crédito direcionado, a taxa média para pessoas físicas ficou em 9,4% ao ano em fevereiro, redução de 0,3 ponto percentual no mês e de 0,8 ponto percentual em 12 meses. Para as empresas, a taxa caiu 0,3 ponto percentual no mês e 1 ponto percentual em 12 meses, para 12,2% ao ano.

Com isso, a taxa média de juros das concessões de crédito segue desacelerando e alcançou 27,8% ao ano em fevereiro, redução de 0,4 ponto percentual no mês e de 3,3 pontos percentuais em 12 meses. O pico dos juros aconteceu em maio do ano passado, quando chegou a 32,3% ao ano.

O comportamento dos juros bancários médios ocorre em um momento em que a taxa básica de juros da economia, a Selic, também vem sendo reduzida. A Selic é o principal instrumento do BC para controlar a inflação e, com a queda dos preços, o BC já cortou a Selic por seis vezes consecutivas, definida em 10,75% ao ano pelo Copom (Comitê de Política Monetária).

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas, para conter a demanda aquecida.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Saiba como declarar bitcoin e outros criptoativos no Imposto de Renda de 2024.

Caso o contribuinte tenha criptoativos em sua posse com valor acima de R$ 5 mil reais, ele será obrigado a declará-los no informe do Imposto de Renda (IR) 2024. O investidor terá até o dia 31 de maio para prestar contas à Receita Federal.

Mesmo que o contribuinte não tenha realizado transações de criptoativos no ano, a posse dos ativos deve ser informada, tal qual o valor de aquisição.

Os criptoativos serão tributados apenas quando o investidor vendê-los, por meio do imposto sobre o ganho de capital. A alienação abaixo de R$ 35 mil será isenta.

As criptomoedas serão declaradas em códigos distintos dentro do setor "Bens e Direitos". O bitcoin (BTC), por exemplo, deve ser informado sob o código "01" na ficha, enquanto o ethereum (ETH) será colocado no "02" e as stablecoins – ativos que simulam a flutuação de uma moeda fiduciária – serão ditas no segmento "03".

Além disso, os valores de diferentes ativos não são cumulativos, com cada quantia sendo separada pelo "tipo" de criptomoeda. Ou seja, caso um contribuinte tenha, por exemplo, R$ 7 mil em bitcoins e R$ 4 mil em ethereum, ele apenas precisará declarar o valor em BTC.

Carlos Daniel Neto, advogado tributarista do Daniel & Diniz Advocacia Tributária, também atenta os investidores para a obrigatoriedade de entregar a declaração do Imposto de Renda pela regra de alienação de valores em bolsa, pontuados pela Instrução Normativa RFB Nº 2178 de 2024.

"Caso o contribuinte não tenha adquirido nem transacionado criptoativos, mas tenha um estoque deles em valor superior a R$ 800 mil, a entrega da declaração é obrigatória. O mesmo acontece caso ele venda seus ativos e a soma seja superior a R$ 40 mil", explicou o especialista.

Como é feita a tributação dos criptoativos? Os criptoativos não são tributados diretamente na fonte. Os investidores precisarão pagar manualmente um imposto sobre o ganho de capital – quando há lucro sobre a venda do ativo.

Essa conta pode ser realizada por meio do Programa de Ganhos de Capital (GCAP), disponibilizado pela própria Receita Federal. O tributo deve ser recolhido até o último dia útil do mês seguinte ao da operação, através do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF).

Ou seja, os criptoativos não serão tributados no informe do Imposto de Renda. Sua declaração na ficha de rendimentos é meramente informativa à Receita Federal. Além disso, os investidores não serão tributados pela valorização do ativo em sua posse.

O imposto sobre o ganho de capital só incidirá caso haja a venda dos ativos acima do valor de R$ 35 mil por mês. Veja as alíquotas abaixo:

– Valores abaixo de R$ 5 milhões: 15%;

– Valores entre R$ 5 milhões e R$ 10 milhões: 17,5%;

– Valores entre R$ 10 milhões e R$ 30 milhões: 20%;

– Valores acima de R$ 30 milhões: 22,5%.

Como declarar os criptoativos no Imposto de Renda 2024? Todos os criptoativos que superarem o valor de R$ 5 mil deverão ser declarados no Imposto de Renda 2024, mas sob códigos diferentes.

Caso a venda de criptoativos tenha valores inferiores a R$ 35 mil por mês, esses investimentos serão considerados isentos e deverão ser indicados na pasta "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis".

Caso os valores superem R$ 35 mil, os ativos deverão ser informados na ficha "Bens e Direitos", dentro do grupo "08 – Criptoativos". Confira abaixo os códigos para cada tipo de investimento:

Reprodução



Mesmo que o contribuinte não tenha realizado transações de criptoativos no ano, a posse dos ativos deve ser informada.

– 01 – Bitcoin;

– 02 – Outras criptomoedas (altcoins), como Ethereum, Ripple (XRP), Bitcoin Cash (BCH) e Litecoin (LTC);

– 03 – Criptoativos stablecoins, como Tether (USDT), USD Coin (USDC), Brazilian Digital Token (BRZ), Binance USD (BUSD), DAI, True USD (TUSD), Gemini USD (GUSD), Paxos USD (PAX), Paxos Gold (PAXG) etc;

– 10 – Non Fungible Tokens (NFTs);

– 99 – Outros criptoativos.

Em caso de venda de criptomoedas, é necessário detalhar a transação no espaço "Discriminação".

No campo "Situação em 31/12/2022", deverá ser colocado o valor do ativo ao final de 2022, enquanto no espaço "Situação em 31/12/2023" é necessário colocar o valor "0" ou "zero", no caso de vendas totais.

Investimentos em cripto no exterior: O especialista explica que, a partir deste ano, mas aplicado somente na declaração que será feita em 2025, os criptoativos custodiados ou negociados por instituições no exterior, e que sejam a representação digital de outra aplicação financeira no exterior, como as stablecoins, serão tributados como aplicações financeiras no exterior.

"Isso quer dizer que esses ativos deverão ser declarados na declaração de forma separada aos demais rendimentos e dos ganhos de capital. Eles estarão sujeitos a uma alíquota de 15% sobre o somatório anual dos rendimentos gerados, podendo esse valor ser compensado com as perdas sofridas também em aplicações financeiras", disse.

Por outro lado, caso o criptoativo seja operado em exchange estrangeira, mas não seja a representação digital de outra aplicação financeira, como o bitcoin, ele estará sujeito à tributação normal do ganho de capital no Brasil, com alíquotas progressivas, como já é feito hoje.

Dessa forma, todos os rendimentos provenientes da compra (acima de R$ 5 mil) e venda (acima de R$ 40 mil) de ativos deverão ser declarados em seus códigos específicos dentro da ficha Bens e Direitos. As informações são do jornal Valor Econômico.

Em um ano, 200 mil alunos com autismo foram matriculados em escolas comuns no Brasil: número representa um salto de 50%.

De 2022 a 2023, no Brasil, o número de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados em salas de aula comuns – ou seja, junto com alunos sem deficiência – aumentou 50%: saltou de 405.056 para 607.144, segundo dados do Censo de Educação Básica.

A presença desse grupo nas escolas vem crescendo a um ritmo acelerado. Em 2017, o total de alunos com TEA em escolas públicas e privadas não chegava nem a 100 mil, mostra o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Agora, de um ano para outro, surgiram 200 mil novas matrículas.

Há duas explicações principais para esse aumento:

– maior capacidade diagnóstica das equipes de saúde;

– conscientização sobre a importância e a obrigatoriedade de acolher as crianças com TEA

Cientistas e profissionais da educação reforçam que a convivência entre pessoas com e sem deficiência é benéfica para todos – tanto do ponto de vista social (compreensão das diferenças, cidadania, melhora na capacidade de comunicação) quanto do cognitivo (a escola deve apresentar os conteúdos de maneira que todos os estudantes possam aprender e desenvolver o pensamento lógico, o raciocínio matemático ou conhecimento histórico, por exemplo).

Reprodução



A presença desse grupo nas escolas vem crescendo a um ritmo acelerado.

O problema é que a matrícula é só o primeiro passo – e as etapas subsequentes ainda deixam a desejar. Não basta “permitir” a entrada da criança.

“Precisamos garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem. O aluno deve frequentar as aulas, aprender e participar das atividades. Incluir é muito mais do que colocar todo mundo na mesma sala”, afirma Renata Tibyriça, defensora pública do Estado de São Paulo.

No entanto, segundo informações do portal de notícias G1, professores, pesquisadores, defensores públicos, familiares de pessoas com autismo e os próprios indivíduos com TEA afirmam que ainda existem os seguintes obstáculos:

– formação frágil de docentes e funcionários, que acabam indo atrás de preparo por iniciativa própria, sem apoio da escola ou do governo;

– falta de adaptação de atividades e aulas;

– desconhecimento sobre como agir diante de surtos de agressividade e de outros possíveis sintomas;

– bullying;

– cobrança de taxas extras na mensalidade (prática ilegal);

– descumprimento do direito a um acompanhante contratado pelo colégio;

– evasão escolar e ausência de recursos para lidar com os diferentes tempos de aprendizagem. As informações são do portal de notícias G1.

Doadores de órgãos já podem manifestar sua decisão pela internet.

Quem deseja ser um doador de órgãos já pode manifestar e formalizar essa decisão por meio de um documento oficial feito digitalmente. O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luís Roberto Barroso, e o corregedor Nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, lançaram nessa terça-feira (2), durante a sessão plenária, a campanha "Um Só Coração: seja vida na vida de alguém." A iniciativa também marca a regulamentação do sistema de Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos (AEDO).

Quem desejar ser um doador de órgãos poderá manifestar e formalizar a sua vontade por meio de um documento oficial, feito digitalmente em qualquer um dos 8.344 cartórios de notas do Brasil. "Essa ação pretende fomentar ainda mais as doações. Em 2023, a cada mil pessoas que faleceram no país, das quais 14,5% poderiam ser potenciais doadores, apenas 2,6% efetivaram a doação," destacou. Segundo o ministro, a campanha visa estimular e contribuir para "transformar o luto dos que morreram, na alegria dos que podem se beneficiar desses órgãos"

O ministro Barroso reforçou a importância da doação e a segurança do sistema. "É um instrumento validado juridicamente e agiliza o processo de doação, além de facilitar a consulta de médicos e familiares sobre o desejo do paciente. É preciso conscientizar a população de que o processo está cada vez mais seguro e o efetivo engajamento de todos poderá salvar muitas vidas."

Desenvolvida pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), entidade que reúne os cartórios de notas de todo o país, e regulamentada pelo Provimento n. 164/2024 da Corregedoria Nacional de Justiça, a autorização eletrônica estará disponível gratuitamente pelo site aedo.org.br e por meio da Central Nacional de Doadores de Órgãos, que ficará disponível para consulta via CPF do falecido pelos responsáveis do Sistema Nacional de Transplantes, do Ministério da Saúde.

"O provimento que regulamenta o procedimento de doação de órgãos assegurou a importância de que todos os cidadãos tenham acesso gratuito a um mecanismo seguro que fomente e agregue o maior número de doadores de órgãos e tecidos com o objetivo de que seja respeitada a declaração de vontade do doador," assinalou o corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão.

Também presente na sessão, a presidente do CNB/CF, Giselle Oliveira de Barros, explicou que o procedimento agora fica simplificado, claro e seguro e que, em poucos cliques, a pessoa certifica sua vontade em ser doadora. "A AEDO soluciona importante demanda social que envolve a formalização da vontade de uma pessoa em ser doadora. Por meio de um documento oficial com plena validade jurídica, feito por um tabelião de notas, ela comprovará o desejo expressado em vida desta pessoa em salvar a vida de outra".

Pela legislação vigente, quem autoriza a doação em caso de morte encefálica é a família do cidadão, que precisava estar ciente da intenção da pessoa em doar seus órgãos e/ou tecidos. Com a AEDO, esta manifestação de vontade fica registrada em uma base de dados acessada pelos profissionais da Saúde, que terão em mãos a comprovação do desejo do falecido para apresentar a família no momento do óbito.

Reprodução



Atualmente, são mais de 42 mil pessoas que aguardam na fila por um transplante de órgãos no Brasil.

Presente à solenidade, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, assegurou o compromisso de incentivar as consultas ao sistema eletrônico de doação de órgãos por parte dos profissionais de saúde. "Vamos, sobretudo, divulgar essa importante iniciativa às unidades de saúde credenciadas pelo Sistema Nacional de Transplante", comprometeu-se. Ela destacou ainda que esse sistema é um dos mais robustos do mundo e com reconhecimento internacional, "mas ainda esbarramos em obstáculos, que são a rápida doação dos órgãos, o que esse instrumento vai agora favorecer por intermédio da manifestação expressa de vontade dos cidadãos e cidadãs", complementou.

Como funciona

Para realizar a Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, o interessado preenche um formulário diretamente no site aedo.org.br, que é recepcionado pelo cartório de notas selecionado. Em seguida, o tabelião agenda uma videoconferência para identificar o interessado e coletar a sua manifestação de vontade. Por fim, o solicitante e o notário assinam digitalmente a AEDO, que fica disponível para consulta pelos responsáveis do Sistema Nacional de Transplantes. A plataforma está acessível 24 horas por dia, sete dias por semana, de qualquer dispositivo com acesso à internet.

Atualmente, são mais de 42 mil pessoas que aguardam na fila por um transplante de órgãos no Brasil, 500 delas, são crianças. Somente no ano passado, três mil pessoas faleceram pela falta de doação de um órgão. Pelo sistema, o cidadão poderá escolher qual órgão deseja doar – medula, intestino, rim, pulmão, fígado, córnea, coração ou todos. A maioria das pessoas na fila única nacional de transplantes aguarda a doação de um rim, seguido por fígado, coração, pulmão e pâncreas.

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Corregedoria Nacional de Justiça, terá o papel de editar os atos normativos referentes à AEDO, monitorar a implementação da AEDO e divulgar a AEDO aos órgãos do Poder Judiciário e ao público em geral.

Brasil é o 11º país no ranking de mulheres na liderança.

O Brasil ocupa o 11º lugar no ranking dos países com maior presença de mulheres em cargos de liderança. Atualmente, as mulheres ocupam 37% dos cargos de liderança sênior das empresas no Brasil, de acordo com a 20ª edição do estudo Women in Business: Pathways to Parity, divulgado recentemente pela Grant Thornton.

A empresa global de consultoria elencou os países que mais se destacam nessa estrutura e o Brasil ficou atrás de países como África do Sul (2ª posição), Espanha (6ª) e França (9ª) e à frente do México (12ª), Irlanda (13ª) e Estados Unidos (16ª).

O ranking é liderado pelas Filipinas, seguido por África do Sul e Tailândia. Embora este ano tenha apresentado um aumento na porcentagem de cargos de liderança ocupados por mulheres a nível global, o Brasil recuou cerca de 2% em comparação com o último levantamento, em 2023.

Freepik



Atualmente, as mulheres ocupam 37% dos cargos de liderança sênior das empresas no Brasil.

O estudo avalia que mudanças culturais e legislativas ajudaram no progresso para a equidade de gênero, e todos os 18 países avaliados nos últimos 20 anos registraram progressos - uns mais do que outros. O Japão é o último colocado da lista, no entanto, o País mais do que duplicou a sua porcentagem, de 8% em 2004 para 19% em 2024. Embora abaixo do valor de referência global da Grant Thornton, ao longo das últimas duas décadas, algumas medidas significativas para aumentar a força de trabalho feminina foram introduzidas, como um apoio maior do governo para cuidados infantis e melhores políticas de licença-maternidade.

Para a sócia de Auditoria da Grant Thornton, Élica Martins, o caminho para o Brasil alcançar melhores resultados nos próximos anos é consolidar medidas não somente para mulheres atingirem os cargos de liderança, mas para mantê-las à frente dessas funções. "É fundamental contar com a adesão da alta administração, que deve contemplar mulheres como representantes, e definir maneiras de mensurar e garantir estratégias de diversidade e inclusão, para que não fique somente no discurso", completa.

A Grant Thornton é uma das maiores empresas globais de auditoria, consultoria e tributos. Está presente em mais de 147 países e conta com mais de 68.000 colaboradores. No Brasil, está posicionada nos 16 principais centros de negócios do país, contando com mais de 1.700 pessoas, atendendo empresas nas mais variadas etapas de crescimento, desde startups a companhias abertas. Com uma forma de trabalho customizada, auxilia empresas dinâmicas a atingirem seus potenciais de crescimento de forma sustentável, gerando a melhor proposta de valor para o negócio por meio de recomendações significativas, voltadas para o futuro. As informações são do portal de notícias Terra.

Brasileiro morre após passar mal enquanto ajudava amigo em obra nos Estados Unidos.

O goiano Alparício Gomes da Silva, de 58 anos, morreu após passar mal enquanto ajudava em uma obra em Holliston, nos Estados Unidos. Joscelina Gomes da Silva, irmã do brasileiro, disse que a suspeita é que ele teve um infarto fulminante.

"Meu irmão era uma pessoa maravilhosa, sempre ajudando a todos. Muito sonhador. Trabalhava muito para ajudar a todos", lamentou a irmã.

Alparício morava nos EUA desde 2001 e morreu no último sábado. Ele ajudava um amigo a construir um muro de pedras quando passou mal. Segundo a irmã, o laudo oficial com a causa da morte ainda não foi divulgado.

Conforme a família, o brasileiro é natural de Goiânia, trabalhava como motorista de caminhão e morava em Framingham, no estado de Massachusetts. Segundo a irmã, ele ajudava financeiramente a mãe de 81 anos.

"Para ele, a família sempre em primeiro lugar, sempre ajudou com as despesas de nossos pais, depois que nosso pai faleceu, passou a se esforçar cada vez mais para não deixar faltar nada para nossa mãe. Sempre muito carinhoso e cuidadoso com a mãe e com todos", desabafou.

Arquivo Pessoal/Família de Alparício Gomes



Alparício Gomes da Silva morreu após passar mal enquanto ajudava em uma obra nos Estados Unidos.

A irmã contou que o corpo deve ser trazido ao Brasil em, no mínimo, 15 dias. O Gabinete de Assuntos Internacionais de Goiás informou que não foi contatado pela família do goiano.

Traslado

Conforme publicado no site do Ministério das Relações Exteriores, em geral, as casas funerárias da jurisdição do Consulado conhecem e realizam todos os trâmites necessários para o traslado de corpo ou cinzas para o Brasil.

Caso seja manifestado interesse dos familiares ou amigos do falecido, o Setor de Assistência do Consulado pode transmitir informações de contato de casas funerárias existentes nesta jurisdição que realizam os procedimentos para o traslado.

A maior parte delas conta com atendimento em português. Para obter auxílio neste caso, assim como para verificar a possibilidade de atendimento emergencial, se necessário, escreva para o e-mail assistencia.boston@itamaraty.gov.br

Não há previsão legal ou orçamentária para que o Consulado ofereça qualquer tipo de apoio financeiro ou logístico para traslado de corpos ou cinzas para o Brasil.

No caso de traslado do corpo, as autoridades brasileiras requerem os seguintes documentos:

- Documento de "official disposition, removal or transportation permit";
- Original da certidão de óbito ("death certificate") americana, ainda que o registro consular de óbito tenha sido emitido;
- Certidão de embalsamento, assinada perante notário público e posteriormente apostilado;
- Atestado sanitário de "non-contagious disease", emitido pelas autoridades locais competentes, assinado perante notário público.

No caso de traslado das cinzas, as autoridades brasileiras requerem os seguintes documentos:

- Certidão de cremação, assinada pelo oficial do crematório perante notário público e posteriormente apostilada;
- Original da certidão de óbito ("death certificate") americana, ainda que o registro consular de óbito tenha sido emitido

Atenção: As autoridades brasileiras requerem que as cinzas sejam transportadas em urna impermeável e lacrada.

Como os Estados Unidos se preparam para uma guerra com a China.

O 3º Regimento Litorâneo do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos é uma nova formação que reflete a mais recente concepção das Forças Armadas americanas para combater adversários como a China – a partir de remotas ilhas estratégicas do Pacífico Ocidental. Essas unidades são projetadas para serem menores, mais leves e mais móveis.

E, argumentam seus comandantes, mais letais. Após 20 anos de combates terrestres no Oriente Médio, os marines enfrentam dificuldades para se adaptar ao combate naval que poderia irromper ao longo de milhares de quilômetros de arquipélagos e costas marítimas na Ásia.

Em vez de lançar ataques anfíbios tradicionais, esses grupos mais ágeis são projetados para possibilitar a atuação de uma força conjunta maior. Sua função é reunir informações de inteligência e dados sobre alvos e compartilhá-los rapidamente – assim como afundar navios ocasionalmente com mísseis de médio alcance – para ajudar a Frota do Pacífico e a Força Aérea dos EUA a repelir agressões contra os americanos e seus aliados e parceiros, como Taiwan, Japão e Filipinas.

Os novos regimentos são projetados como uma peça de uma estratégia mais ampla para sincronizar operações de soldados, marinheiros, marines e aviadores americanos, e em intercâmbios com as forças militares de aliados e parceiros dos Estados Unidos no Pacífico. Seu foco é uma faixa crucial de território entre o Japão e a Indonésia conhecida como Primeira Cadeia de Ilhas. A China considera que essa região, que abrange uma área equivalente a metade do território contíguo dos EUA, pertence à sua esfera de influência.

A estratégia genérica é promissora, afirmam analistas. Mas enfrenta dificuldades significativas, especialmente se uma guerra ocorrer: desafios logísticos em uma vasta região marítima, fornecimento oportuno de equipamentos e novas tecnologias dificultado por batalhas sobre o orçamento no Congresso, uma indústria de defesa sobrecarregada e incertezas a respeito de parceiros regionais, como o Japão, permitirem que forças americanas combatam a partir de ilhas que lhes pertencem. Esse último elemento é crítico. Pequim percebe a estratégia dos Estados Unidos de aprofundar alianças de segurança no Pacífico como um fator escalatório – o que inquieta algumas autoridades em nações parceiras que temem ver-se atraídas para um conflito entre duas potências.

Modernização chinesa

Esse jogo nunca foi tão arriscado como agora. A agressiva modernização militar colocada em prática por Pequim e o investimento chinês no setor ao longo das duas décadas recentes desafiam a capacidade dos EUA de controlar mares e céus em qualquer conflito no Pacífico Ocidental. A China expandiu vastamente seu alcance no Pacífico, construindo ilhas artificiais para instalar postos militares avançados no Mar do Sul da China e buscando expandir bases nos Oceanos Índico e Pacífico – incluindo uma instalação naval no Camboja que a inteligência americana afirma ser de uso exclusivo do Exército de Libertação Popular (ELP).

Sarah L. Voisin/The Washington Post



Fuzileiros navais americanos treinam em uma base no Havaí.

A China não apenas possui as maiores Forças Armadas da região, mas também conta com a vantagem de jogar em casa. Pequim mantém cerca de 1 milhão de soldados, mais de 3 mil aeronaves e aproximadamente 300 embarcações em atividade nos arredores para qualquer possível batalha. Enquanto isso, navios e aviões americanos têm de viajar milhares de quilômetros ou depender da boa-vontade de aliados para estacionar tropas e armamentos. O ELP também possui maior magnitude terrestre e mais mísseis de longo alcance que as forças americanas.

Taiwan, uma aliada próxima dos EUA, está mais diretamente na mira. O presidente Xi Jinping prometeu reincorporar, pela força se necessário, a ilha autogovernada à China continental. Uma invasão bem-sucedida não apenas resultaria em mortes e destruição generalizada em Taiwan, mas também ocasionaria consequências econômicas catastróficas em razão das perturbações sobre a indústria de semicondutores mais avançada do mundo e o tráfego em duas das vias marítimas mais movimentadas do planeta – o Estreito de Taiwan e o Mar do Sul da China. Isso criaria uma incerteza enorme para empresas e consumidores em todo o mundo.

"Nós passamos a maior parte dos últimos 20 anos olhando para um adversário terrorista sem armas sofisticadas, que não tinha acesso a um poder nacional em sua plenitude", afirmou o coronel John Lehane, comandante do 3º Regimento Litorâneo dos marines. "E agora temos de reorientar nossas formações para alguém que pode ter essa capacidade", completa.

Donald Trump paga fiança de 175 milhões de dólares em caso de fraude fiscal.

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump pagou, na última segunda-feira (1º), uma multa de US$ 175 milhões após ser condenado por fraude fiscal pela Justiça de Nova York. O valor pago impede que o republicano tenha seus bens confiscados pelas autoridades como forma de execução da multa de condenação, depois que a justiça aceitou uma apelação dos advogados de Trump para diminuir a multa em 60%.

Ou seja, a fiança suspende a enorme multa de 454 milhões de dólares que lhe foi aplicada por ter inflacionado o patrimônio das suas empresas para obter melhores condições junto de seguradoras e bancos.

A decisão do juiz de Nova York Arthur Engoron apontou que a soma representa os ganhos ilícitos obtidos pela fraude. Caso os recursos apresentados pela defesa de Trump não forem bem sucedidos, o ex-mandatário americano será obrigado a pagar a totalidade da multa que lhe foi imposta.

O magnata foi condenado em primeira instância em fevereiro passado por ter cometido fraude em balanços da Trump Organization, uma de suas empresas que atua no setor imobiliário. No entanto, ele nega as acusações.

O ex-presidente negou as irregularidades e afirmou que a ação é um caça às bruxas com motivação política.

O pagamento da multa impede que o ex-presidente tenha bens confiscados pela Justiça como forma de execução da multa de condenação.

Valores de ativos

A procuradora-geral de Nova York, Letitia James, processou Trump e a Organização Trump em setembro de 2022. Ela acusou o ex-presidente e a empresa de mentirem durante uma década sobre valores de ativos para obter melhores condições em empréstimos bancários e seguros.

Letitia também afirmou que o ex-presidente dos EUA inflou o patrimônio líquido dele em até 2,23 bilhões de dólares nas demonstrações financeiras anuais fornecidas a bancos e seguradoras.

A procuradora disse ainda que os ativos cujos valores foram inflacionados incluíam a propriedade de Trump em Mar-a-Lago, na Flórida, seu apartamento de cobertura na Trump Tower, em Manhattan, e vários edifícios de escritórios e campos de golfe.

Apelação

No dia 18 de março, Trump afirmou à Justiça que não conseguiria arrecadar o valor original da multa, de US$ 454 milhões. À época, o prazo para o pagamento terminaria no dia 25 de março.

O ex-presidente argumentou que não manipulou os balanços contábeis de suas empresas. Os advogados dele recorreram da decisão. Além disso, os advogados afirmaram que o ex-presidente não tinha o montante e propuseram depositar um valor menor, de US$ 100 milhões (R$ 501 milhões), ou a suspensão da cobrança, que eles consideraram ser excessiva.

Reprodução



O pagamento da multa impede que o ex-presidente tenha bens confiscados pela Justiça.

Os advogados também procuraram por 30 empresas que emprestam dinheiro para pagamento de fianças, além de quatro corretores, para tentar fechar um contrato pelo qual uma companhia ficaria responsável pelo depósito.

O ex-presidente americano contratou Gary Giulietti, um executivo especializado em seguros, para tentar conseguir um contrato com uma empresa do tipo.

Na prática, se Trump perder o recurso em uma instância superior da Justiça, esse contrato garante que a empresa de pagamentos de fiança quite o valor.

No entanto, Giulietti afirmou por escrito que conseguir um levantamento de US$ 454 milhões “é impossível nas atuais circunstâncias”, e que muitas empresas de pagamentos não emitem títulos de mais de US$ 100 milhões.

O executivo disse ainda que, nesses casos, as empresas não aceitam imóveis como garantias. Grande parte do patrimônio de Trump está em propriedades.

Estrela pornô

Aspirante a retornar à Casa Branca nas eleições de novembro, o ex-presidente terá que enfrentar a partir de 15 de abril outro processo judicial, neste caso penal, por supostamente ter pago 130 mil dólares (R$ 657 mil) a uma ex-estrela pornô em troca de em troca de seu silêncio no final da campanha eleitoral de 2016.

A Justiça de Nova York determinou que Trump pare de atacar a família do juiz que está analisando o caso. No dia 28 de março, em uma rede social, o ex-presidente chamou a filha do juiz Juan Merchan de ”odiadora raivosa de Trump” e pediu para que ele seja removido do caso.

Diante da publicação, procuradores alegaram que Trump estava tentando assustar possíveis testemunhas do caso.

A Justiça já havia expedido uma ordem de silêncio que proíbe Donald Trump de se manifestar sobre o processo criminal envolvendo Stormy Daniels.

Caso de gripe aviária em humano é confirmado no Texas.

Uma pessoa que trabalhava em uma fazenda de laticínios e tinha “contato direto com gado leiteiro” testou positivo para gripe aviária no Texas, de acordo com o Departamento de Serviços de Saúde do Estado, nesta segunda-feira. O caso foi confirmado pelos Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) no fim de semana, disse o departamento.

O CDC disse que o paciente está isolado e se recuperando do vírus H5N1. Seu único sintoma foi uma inflamação ocular. O paciente está sendo tratado com o remédio Oseltamivir, que é a versão genérica do medicamento antiviral Tamiflu.

“O caso não altera o risco para o público em geral, que permanece baixo”, disse o Departamento de Serviços de Saúde do Estado do Texas em um comunicado. O CDC também afirmou que o risco é baixo, mas disse que está monitorando a situação.

“Porque o vírus da gripe muda constantemente, os esforços contínuos da vigilância e da preparação são críticos, e o CDC está tomando medidas caso a avaliação de risco da saúde pública mude. Esta é uma situação em desenvolvimento, e o Centro compartilhará atualizações adicionais à medida que novas informações relevantes forem disponibilizadas”, disse a agência em um comunicado. Este é o primeiro caso de gripe H5N1 em uma pessoa ligada ao gado leiteiro e o segundo nos Estados Unidos.

Um homem do Colorado que teve exposição direta a aves e ao abate desses animais teve gripe aviária em 2022. Segundo o Departamento de Serviços de Saúde do Estado, não há risco para o fornecimento comercial de leite.

A gripe aviária é um vírus da gripe tipo A que vem das aves e foi detectado em centenas de espécies como gaivotas, corujas e patos nos EUA desde 2022. Muitos mamíferos, principalmente no oeste e no centro-oeste dos Estados Unidos, foram infectados com o vírus neste último surto.

Casos também foram relatados entre ursos, raposas, gambás e focas. Os cientistas dizem que esses animais provavelmente ficaram doentes quando comeram ou interagiram com aves infectadas. O vírus pode se espalhar por meio de fezes e saliva, além do contato com superfícies contaminadas.

A transmissão entre humanos da gripe aviária por contato próximo é “muito rara”, de acordo com o CDC. Os sintomas do vírus podem variar. Em casos leves a doença se manifesta como uma gripe comum ou com vermelhidão nos olhos. Já os pacientes graves, podem ter pneumonia.

AP Photo/Rodrigo Abd



Vacas em fazenda produtora de leite no estado do Novo México, no EUA.

No Rio Grande do Sul

A Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi), confirmou em fevereiro deste ano, a detecção de um foco de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (H5N1) em duas aves silvestres localizadas em um açude, no município de Rio Pardo.

O vírus foi identificado na espécie caraúna (Plegadis chihi, “maçarico”). A notificação não afeta o status sanitário do Estado e do País, nem impacta o comércio de produtos avícolas. Também não há risco no consumo de carne e ovos, porque a doença não é transmitida por meio do consumo.

O Serviço Veterinário Oficial (SVO-RS) atendeu a notificação, e a amostra foi enviada para o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de Campinas (LFDA-SP), unidade referência da Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA). Esse é o sexto foco de gripe aviária no Rio Grande do Sul, registrado em aves silvestres e mamíferos aquáticos (leões-marinhos e lobos-marinhos).

De acordo com a diretora do Departamento de Vigilância e Defesa Sanitária Animal (DDA), Rosane Collares, uma reunião técnica com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e com a Superintendência de Agricultura e Pecuária do Estado do RS (SFA/RS) foi realizada para nivelamento das informações e definição da estratégia de atuação.

“As equipes da Secretaria da Agricultura atuarão na vigilância ativa, monitorando inicialmente o raio de cinco quilômetros a partir do foco, a fim de evitar uma possível disseminação da doença e levar orientação aos criadores para manterem cuidados de biossegurança em suas propriedades, especialmente evitando a circulação de aves e, na medida do possível, impedindo ambientes de convívio entre aves silvestres e domésticas”, ressalta Rosane.

Notificação de casos

Todas as suspeitas de influenza aviária, que incluem sinais respiratórios, neurológicos ou mortalidade alta e súbita em animais, devem ser notificadas imediatamente à Seapi por meio da Inspetoria de Defesa Agropecuária do município, do Whatsapp (51) 98445-2033 ou do e-mail notifica@agricultura.rs.gov.br.

Alemanha libera o uso recreativo da maconha a maiores de 18 anos.

Sob oposição de conservadores e algumas associações médicas, entrou em vigor na Alemanha a lei que permite o uso da maconha para fins recreativos, nessa segunda-feira. A legislação, aprovada em fevereiro, estipula que pessoas com mais de 18 anos podem transportar 25 gramas de maconha em vias públicas, cultivar até 50 gramas e ter três plantas de cannabis por adulto em sua residência.

O governo do chanceler social-democrata Olaf Scholz, que está no poder em uma aliança com liberais e ecologistas, argumenta que a legalização vai ajudar a conter o crescimento do mercado clandestino da maconha. Mas as organizações de saúde alertaram que a legalização pode provocar o aumento do consumo entre os jovens.

O governo prometeu uma campanha sobre os riscos do consumo, destacando que a cannabis continua proibida para os menores de 18 anos e que o consumo é proibido a menos de 100 metros de escolas, creches e parques infantis.

A legalização é uma exceção, e a reforma coloca Berlim entre os mais permissivos com a maconha no mundo. Na União Europeia, Malta foi o primeiro país a legalizar a planta em 2021, seguido por Luxemburgo em 2023 e agora Alemanha. No resto do mundo, apenas o Uruguai, em 2013, e Canadá, em 2018, a legalizaram.

Apesar disso, a autorização do uso da cannabis psicotrópica com fins medicinais é muito mais comum e vigora em cerca de 50 países. Veja quais são e como funciona:

Uruguai e México

Em dezembro de 2013, o Uruguai se tornou o primeiro país do mundo a legalizar a produção, a distribuição e consumo da cannabis. Três formas de acesso são permitidas: o cultivo doméstico para consumo pessoal, fazer parte de um clube ou comprar em uma farmácia.

No México, a Corte Suprema descriminalizou em junho de 2021 seu uso recreativo antes de flexibilizar os critérios para a posse em maio de 2022.

Jamaica

Na Jamaica, a cannabis é ilegal, mas desde 2015, posse e cultivo de pequenas quantidades foram descriminalizados.

Canadá

Em outubro de 2018, o Canadá tornou-se o primeiro país do G7 a legalizar a cannabis recreativa. Sua legislação limita a posse pessoal a 30 gramas e quatro plantas por casa. Cabe às províncias organizar a venda em lojas autorizadas, públicas ou privadas.

Estados Unidos

Nos Estados Unidos, o uso, venda e posse de cannabis são proibidos pela lei federal, mas vários estados aprovaram isenções para o seu uso médico, e o seu uso recreativo está autorizado em vinte estados.

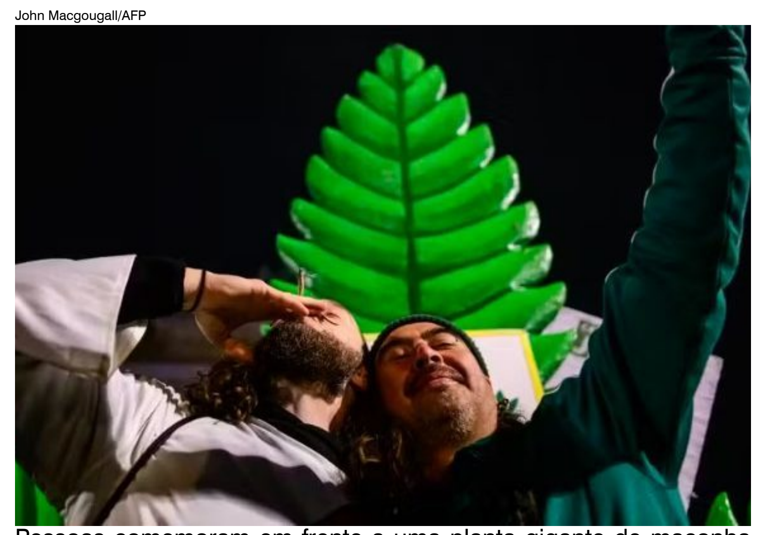
Malta

Malta foi o primeiro país europeu a legalizar o cultivo e consumo de maconha em espaços privados. A lei, aprovada em dezembro de 2021, autoriza a posse de sete gramas de cannabis e o cultivo de quatro plantas. O consumo em público ou na presença de menores continua proibido.

Luxemburgo e Alemanha

A lei de Luxemburgo autoriza desde julho de 2023 o cultivo de cannabis com um limite de quatro plantas por casa e permite o consumo em espaços privados.

John Macgougall/AFP



Pessoas comemoram em frente a uma planta gigante de maconha simulada em uma manifestação do lado de fora do Portão de Brandemburgo, em Berlim.

Na Alemanha, a partir de 1º de abril, maiores de 18 anos podem a associar-se a clubes sem fins lucrativos onde poderão comprar até 25 gramas de cannabis por dia e um máximo de 50 gramas por mês. Também poderão cultivar em casa até 50 gramas mensais e possuir até três plantas.

Holanda

A venda e consumo de haxixe e erva não são legais na Holanda, mas são tolerados e regulados, sobretudo nos coffeeshops, onde a venda é permitida inclusive para turistas. No final de 2023, duas cidades holandesas começaram um experimento para legalizar o cultivo e fornecimento de cannabis aos coffeeshops que, até agora, se abastecem de forma clandestina.

Brasil

O País pode seguir onda favorável nas Américas ao retomar debate sobre o tema.

Espanha

É tolerada a produção para consumo pessoal em espaços privados, mas a comercialização e o consumo em público são proibidos.

Portugal

O país descriminalizou a cannabis e as drogas pesadas em 2021. O consumo já não é ilegal e a posse para uso pessoal também não, mas o tráfico e a comercialização são proibidos.

Géorgia

Descriminalizou o consumo em 2018 por decisão do seu Tribunal Constitucional, mas sem levantar a proibição da venda e cultivo de cannabis.

África do Sul

A Corte Constitucional da África do Sul declarou em 2018 ”inconstitucional” uma lei que proibia o consumo privado de cannabis por adultos, e ordenou ao Parlamento elaborar uma lei para interpretar essa decisão.

Uruguai

País freia tráfico de maconha com legalização, mas mercado paralelo ainda predomina.

Tailândia

A Tailândia é uma exceção na Ásia: em junho de 2022 o país retirou a cannabis de sua lista de entorpecentes e descriminalizou seu cultivo, consumo e venda. Porém, o governo atual tentou recuar com o anúncio em fevereiro de um projeto de lei que voltaria a proibir o uso recreativo da maconha.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça, Jairo Jorge reassume pela terceira vez a prefeitura de Canoas.

De forma unânime, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou na tarde dessa terça-feira (2) a medida cautelar da Justiça Federal que mantinha Jairo Jorge novamente afastado da prefeitura de Canoas (Região Metropolitana de Porto Alegre) nos últimos quatro meses. O político do PSD reassumiu o comando do Executivo municipal no início da noite.

Ele já havia ficado 12 meses fora do cargo, entre março de 2022 e março de 2023, devido a suposto envolvimento em irregularidades. O prazo inicial de afastamento era de 180 dias e vinha sendo prorrogado por igual período mais de uma vez, até que o caso passou da Justiça Estadual à Federal por envolver denúncia de desvio de recursos nacionais.

Foi quando prevaleceu a tese de sua defesa sobre a inadequação legal das medidas cautelares adotadas até então pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS). No final de novembro do ano passado, porém, uma decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) o reconduziu ao à prefeitura.

Alisson Moura/Divulgação



Político do PSD havia sido alvo de denúncias sobre irregularidades em contratos.

No novo capítulo do imbróglio, o colegiado do STJ considerou que os fatos relatados na denúncia contra o prefeito são ”fatos passados” e sem necessidade de manutenção do afastamento para preservação de provas, pois estas já foram anexadas ao processo. Avaliou, ainda, que não houve novidade e que a medida cautelar se estendeu em demasia, do contrário equivaleriam a uma forma indireta de cassação.

Esta é a terceira vez na atual gestão em que Jairo retoma suas funções. O vai-e-vem jurídico tem na origem investigações do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) segundo as quais Jairo e outras 16 pessoas – incluindo agentes públicos e empresários – cometeram corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, peculato e falsidade ideológica em contratos de serviços de copa e limpeza nos dois primeiros anos da atual gestão (2020-2021).

Discurso

Em discurso para apoiadores na sede do Executivo de Canoas, Jairo definiu como prioridades no curto prazo o ajuste das contas públicas municipais e ações de combate à dengue. Também confirmou que promoverá mudanças em sua equipe de primeiro e segundo escalações, incluindo trocas de secretários já nesta semana.

Jairo Jorge, que completará 61 anos no dia 9 de maio, é também jornalista com passagens por veículos de comunicação como a TVE-RS e foi vereador de Canoas em 1989-1992, antes de comandar a prefeitura por dois mandatos consecutivos entre 2009 e 2016, quando ainda era filiado ao PT.

Em 2018, concorreu ao governo do Estado pelo PDT, ficando em quarto lugar – atrás do vencedor Eduardo Leite (PSDB), José Ivo Sartori (MDB) e Miguel Rossetto (PT). Durante os períodos de afastamento compulsório, sua cadeira foi ocupada interinamente pelo vice Nedy Marques (Avante), ex-aliado e hoje adversário político. Quem ”devolveu” o cargo ao titular nessa terça-feira foi o presidente da Câmara de Vereadores, Cris Moraes (PV). (Marcello Campos)

Homem que jogou bebê pela janela do carro e atropelou a ex-companheira vira réu na Justiça gaúcha.

Arquivo/O Sul



Agressor sofreu tentativa de linchamento por populares na ocasião.

A Justiça aceitou denúncia do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) contra um homem que jogou o filho de 11 meses pela janela de seu automóvel e atropelou a ex-companheira, em Novo Hamburgo (Vale do Sinos), após discussão do casal. O crime foi cometido na noite de 24 de fevereiro em uma rua do bairro Canudos.

Na ocasião do incidente, o agressor quase foi linchado por populares, sendo preso pela Brigada Militar (BM). Ele sofreu diversas lesões, precisando de atendimento médico.

São duas as acusações: tentativa de homicídio contra o bebê e tentativa de feminicídio. Ambas tem como agravantes motivo torpe, meio cruel e o fato de uma das vítimas ser menor de 14 anos. No caso da mulher, também foi levado em conta o uso de recurso que dificultou a defesa.

De acordo com o processo, que tramita sob segredo de Justiça, o réu é reincidente e possui histórico de violência doméstica contra a ex-companheira. O casal estava separado desde o início de 2023, após um relacionamento de nove anos e que resultou em outros dois filhos, de 3 e 8 anos.

O responsável pelo caso no MP-RS é o promotor de Justiça Robson Barreiro. Já a denúncia foi assinada por seu colega Sérgio Cunha de Aguiar Filho. Ainda não há uma data para o julgamento.

Caso Miguel

Começa nesta quinta-feira (4) em Tramandaí (Litoral Norte) o julgamento da mãe e da madrasta de Miguel dos Santos Rodrigues, 7 anos, desaparecido em julho de 2021 na cidade vizinha de Imbé. Elas foram denunciadas pelo MP-RS por torturar, matar e ocultar o cadáver da criança. A sessão deve durar dois dias.

No processo consta que o corpo do menino teria sido arremessado na água do rio Tramandaí, dentro de uma mala – jamais foi encontrado, mesmo após ampla realização de buscas na área. O óbito teria decorrido de uma sucessão de fatores, incluindo agressão física, insuficiência alimentar, uso de medicamento inadequado e omissão de socorro.

As duas companheiras também são acusadas de submetido a criança a castigos físicos e mentais que incluíam longas permanências sob imobilização dentro de um guarda-roupas na residência da família. ”Ele chegava a se alimentar e a fazer suas necessidades fisiológicas no interior do imóvel”, diz a promotoria.

Com as mãos amarradas por cordas, correntes e cadeados, ele sofria ameaças constantes de que, caso conseguisse se desvencilhar e deixasse o ”castigo”, era novamente trancafiado no cubículo.

Ainda conforme o MP-RS, Miguel era costumeiramente obrigado a escrever em um caderno frases depreciativas contra si, a exemplo de “Eu sou um idiota”, “Sou ladrão”, “Eu sou ruim”, “Sou cruel”, “Eu sou malvado” e “Não presto”, dentre outras. (Marcello Campos)

Mulher é presa em flagrante por maus-tratos a cães em residência na Zona Leste de Porto Alegre.

Uma mulher de 51 anos foi presa em flagrante no bairro Lomba do Pinheiro, Zona Leste de Porto Alegre, durante ação-conjunta contra maus-tratos aos animais. Ela havia sido alvo de denúncia anônima ao sistema municipal 156, por manter dois cães em condições precárias.

Ao realizarem a abordagem, agentes da Diretoria-Geral de Fiscalização, Gabinete da Causa Animal, Guarda Municipal e Polícia Civil confirmaram a situação relatada. Os bichos estavam excessivamente magros e cobertos de carrapatos, além de apresentar alterações na coloração de suas mucosas.

”Trata-se de mais uma resposta à comunidade, que contribui com o poder público”, ressalta o secretário-adjunto de Segurança da capital gaúcha, Comissário Zottis. ”Ações como esta possibilitam a redução do número de casos de violência contra animais, que precisam ser protegidos pela sociedade.”

Qualquer cidadão pode auxiliar no trabalho das forças municipais e estaduais de segurança pública e fiscalização, relatando esse ou qualquer tipo de crime, bem como atividades suspeitas. As denúncias podem ser encaminhadas à Guarda Municipal por meio do telefone 153 e do aplicativo 156+POA, além do tradicional 190 da Brigada Militar (BM).

A tutora dos cães foi encaminhada à 5ª Delegacia de Polícia Civil para a realização dos trâmites formais de registro da ocorrência e depois liberada. Ela responderá a processo por maus-tratos aos animais, crime cuja punição foi endurecida pela Lei Federal nº 14.064, de 2020.

Dentre as penas previstas estão prisão de até cinco anos (que não deve ser aplicada a esse caso) multa. Quem é condenado pode ficar proibido de manter animais domésticos.

Limitação para "pets"

Talvez muitos não saibam, mas em Porto Alegre a manutenção de seis ou mais cães e gatos em uma casa ou apartamento exige a obtenção de registro de canil ou gatil pelo proprietário do imóvel. É o que determina a Lei Complementar nº 694/2012.

Nestes casos, uma equipe da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Smams) vistoria os espaços de convívio dos animais, confere a documentação e repassa as informações aos veterinários da Diretoria-Geral de Direitos Animais, que emitem a autorização se não foram constatadas irregularidades. Ou então solicitam que o local seja adequado às normas sanitárias do município.

Divulgação/PMPA



Situação havia sido alvo de denúncia anônima.

Mais de 90% desses canis precários que recebem o sinal-verde da prefeitura foram criados após reclamações registradas via telefone 156. E mesmo entre as pessoas devotadas à causa animal, nem sempre a boa intenção é acompanhada do devido conhecimento sobre os cuidados e exigências básicas para a guarda de animais.

Os espaços domésticos com mais de um animal exigem dos tutores uma atenção especial com a alimentação, além de água em quantidades adequadas ao tamanho do cão ou gato, com recolhimento das sobras após cada refeição. Também deve ser evitada a circulação dos animais em áreas vizinhas e manter acompanhamento veterinário.

Também é importante ter sempre em mãos os atestados de saúde e vacinação. Por fim, boas condições de higiene exigem cuidados diários, fundamentais para os bichos e para que se evitem as queixas de vizinhos incomodados com o odor e ruído. O registro pode ser solicitado ao Protocolo Central. Informações em portoalegre.rs.gov.br.

Animais silvestres

Nos casos de animal silvestre ferido ou em situação de risco, a prefeitura orienta a população a acionar o mesmo canal 156 ou então o telefone (51) 3289-7517. Em apenas um ano, foram quase 800 chamados de resgate. É importante esclarecer que a equipe da Smams não atende denúncias sobre bichos domésticos. (Marcello Campos)

Atualização semanal amplia para 1.263 os casos de dengue em Porto Alegre desde janeiro.

Cristine Rochol/PMPA



Uma das estratégias de combate ao mosquito transmissor é a pulverização de inseticida, que nesta quarta contempla dois bairros da Zona Sul.

Desde o início do ano, Porto Alegre acumula ao menos 1.263 casos confirmados de dengue, a maioria (1.099) contraídos na própria cidade (autóctones). A estatística – incluindo uma morte, ocorrida em março – consta em boletim semanal atualizado nessa terça-feira (2) pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS), já com defasagem – os dados abrangem o período de 1º de janeiro a 30 de março.

O avanço da doença na capital gaúcha (e na maioria das cidades do País) pode ser percebido com nitidez ao se comparar a situação atual com os números do primeiro trimestre do ano passado. Naquele período, os testes positivos chegavam a 611 – houve, portanto, uma alta de quase 107%.

A faixa etária de 21 a 30 anos se mantém como de maior incidência, com 18,2% das confirmações. Já a segmentação por gênero aponta para uma ligeira maioria de pacientes do sexo feminino (54,5%).

No que se refere aos principais sintomas, o mais frequente é a febre alta (39º a 40º), relatado em 90,4% dos casos. Em seguida aparecem as dores no corpo, a dor de cabeça e as náuseas. Também são sintomas diarreia, manchas avermelhadas na pela (com ou sem coceira), dor atrás dos olhos e mal-estar generalizado.

As autoridades de saúde reforçam a importância de se procurar atendimento nos serviços de saúde assim que surgem os primeiros sinais. Com isso, evita-se o agravamento da doença e até mesmo a evolução para óbito.

Medidas preventivas contra a proliferação do mosquito transmissor, o Aedes aegypti, também são fundamentais. É o caso da eliminação de focos de água parada, a fim de cortar o ciclo de vida do inseto já na fase de larva. Também se recomenda o uso de repelente, telas nas janelas e sobre a cama, para maior proteção individual contra o inseto.

Há casos espalhados por toda cidade, mas com maior incidência nos bairros São João, Higienópolis (ambos na Zona Norte) e Pedra Redonda (Zona Sul). O índice de infestação pelo mosquito-vetor também é alto ou muito alto em 44 dos 46 bairros monitorados pela SMS por meio de armadilhas de captura.

Aplicação de inseticida

Uma das estratégias da prefeitura para amenizar esse quadro geral é a aplicação de inseticida em áreas da cidade onde há índices mais preocupantes no que se refere à infestação do mosquito e à ocorrência de casos da doença. A próxima escala no roteiro são os bairros Tristeza e Assunção (Zona Sul), que recebe o procedimento nesta quarta-feira (3).

A partir das 9h, uma equipe realizará o serviço nas ruas Copacabana, Chavantes, General Rondon e João Bergmann. O produto químico utilizado na pulverização ataca o inseto adulto, mas não elimina ovos e larvas: daí a importância de a população fazer a sua parte, eliminando focos de água parada, que funcionam como criadouros. (Marcello Campos)

A dengue já custou as vidas de 50 gaúchos neste ano.

A confirmação de mais três casos fatais, nessa terça-feira (2), elevou para 50 a mortes por dengue no Rio Grande do Sul desde janeiro. Conforme a Secretaria Estadual da Saúde (SES), as novas vítimas são da Região Noroeste e sofriam de doenças pré-existentes: uma mulher de 23 anos em Santa Rosa, um idoso de 80 anos em Três Passos e outro de 89 em Vicente Dutra.

Os óbitos ocorreram entre os dias 11 e 25 de março. Mas somente agora – como tem sido de praxe – os testes complementares puderam atribuir a doença os falecimentos.

Transcorridos pouco mais de três meses deste ano, 28 das 497 cidades gaúchas têm ao menos uma perda humana decorrente da infecção após picada da fêmea do mosquito Aedes aegypti. Confira o ranking estadual de óbitos, em ordem decrescente, conforme estatística disponível no site dengue.saude.rs.gov.br:

– São Leopoldo: 6 mortes. – Novo Hamburgo: 5 mortes. – Frederico Westphalen: 4 mortes. – Santa Rosa: 4 mortes. – Tenente Portela: 4 mortes. – Canoas: 2 mortes. – Cruz Alta: 2 mortes. – Giruá: 2 mortes. – Três Passos: 2 mortes. – Araricá: 1 morte. – Capão da Canoa: 1 morte. – Carazinho: 1 morte. – Cerro Largo: 1 morte. – Esteio: 1 morte. – Gravataí: 1 morte. – Independência: 1 morte. – Iraí: 1 morte. – Lajeado: 1 morte. – Palmitinho: 1 morte. – Porto Alegre: 1 morte. – Redentora: 1 morte. – Santa Cruz do Sul: 1 morte. – Santana do Livramento: 1 morte. – São Borja: 1 morte. – Três de Maio: 1 morte. – Vicente Dutra: 1 morte. – Vista Alegre: 1 morte. – Vista Gaúcha: 1 morte.

Perfil de risco

A exemplo do que ocorreu no ano passado (não só no Rio Grande do Sul), a maioria dos gaúchos mortos pela doença é de idosos (a partir dos 60 anos) e com comorbidades (doenças crônicas pré-existentes e potencialmente agravantes de quadros de dengue e covid, por exemplo). Ambos os segmentos populacionais estão entre os de maior risco em caso de contaminação pela picada do inseto transmissor – a fêmea do mosquito Aedes aegypti.

Em números arredondados, mais de 40 mil mil gaúchos já receberam teste positivo para a doença neste ano, dos quais aproximadamente 34,2 mil foram contaminados pelo inseto dentro do próprio Estado (casos conhecidos como "autóctones"). Outros 18 mil quadros suspeitos são investigados. Os números apresentam crescimento constante, conforme se verifica nos boletins diários da SES.

Santa Rosa concentra a maioria das notificações (5.100). Na sequência aparecem Novo Hamburgo (4.807), São Leopoldo (3.628), Tenente Portela (3.083), Três Passos (1.633), Frederico Westphalen (1.511) e Três de Maio (1.169).

Arquivo/EBC



Residentes no Noroeste do Estado, novas vítimas já sofriam de doenças pré-existentes.

A onda de casos da doença motivou o governo do Estado, no dia 12 de março, a decretar situação de emergência em saúde pública. O objetivo é reforçar ações de prevenção e controle, bem como o atendimento a pacientes em um cenário de risco epidemiológico.

Com a medida, a Secretaria Estadual da Saúde (SES) poderá destinar (e receber do governo federal) com maior agilidade os recursos necessários à compra de medicamentos e vacinas, dentre outros, sem os trâmites burocráticos de uma licitação, por exemplo.

Prevenção e sintomas

As autoridades estaduais reforçam a importância de se procurar atendimento nos serviços de saúde assim que surgirem os primeiros sintomas. Com isso, evita-se o agravamento da doença e uma possível evolução para óbito.

Medidas preventivas contra a proliferação do mosquito-vetor também são fundamentais. É o caso da eliminação de focos de água parada, a fim de cortar o ciclo de vida do inseto já na fase de larva. O uso de repelente também é recomendado para maior proteção individual contra a picada. Confira os sinais mais característicos da dengue:

– febre alta (39°C a 40°C), com duração de dois a sete dias.

– dor retro-orbital (atrás dos olhos).

– dor de cabeça.

– dor no corpo.

– dor nas articulações.

– mal-estar geral.

– náusea.

– vômito.

– diarreia.

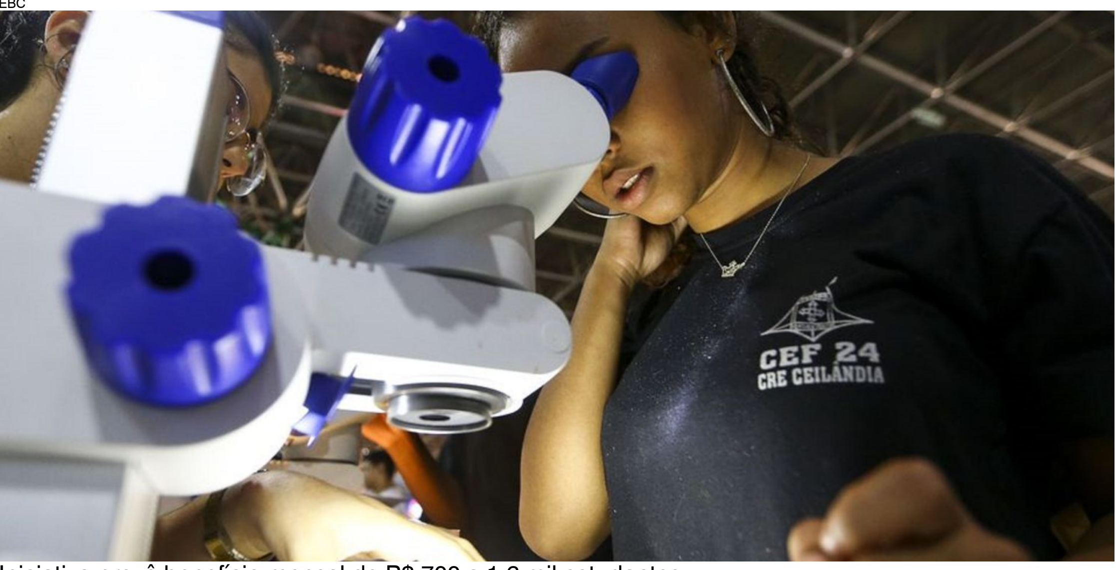
– manchas vermelhas na pele (com ou sem coceira).

(Marcello Campos)

Governo gaúcho investirá mais de R$ 13 milhões em bolsas de iniciação científica para universitários.

Vinculada à Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (Sict), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs) lançou nessa terça-feira (2) o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica e de Inovação (Probic-Probiti). O investimento previsto é de R$ 13,4 milhões em auxílios mensais de R$ 700 para alunos de graduação.

EBC



Iniciativa prevê benefício mensal de R$ 700 a 1,6 mil estudantes.

A iniciativa será colocada em prática a partir de setembro, com vigência de até 12 meses. O objetivo é estimular o aprimoramento de recursos humanos no Estado, por meio do engajamento de universitários a processos de investigação científica que complementem sua formação acadêmica e oportunizem intercâmbio de conhecimento com professores.

De acordo com o governo gaúcho, devem ser contemplados 1,6 mil graduandos. As instituições de ensino superior já podem submeter propostas a partir desta quarta-feira (3) no site fapergs.rs.gov.br. O prazo se encerrará no dia 22 de maio.

Fapergs

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs) foi a segunda do gênero no Brasil – depois da paulista Fapesp. Sua criação remonta à década de 1960, quando a área científica no Rio Grande do Sul carecia de uma instituição exclusivamente dedicada ao apoio financeiro a projetos de pesquisa, modelo amplamente praticado no Exterior.

Pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) iniciaram na época um esforço conjunto. Em 31 de dezembro de 1964, foi promulgada pelo então governador Ildo Meneghetti a Lei nº 4.920, autorizando a criação da entidade, incluindo o detalhamento de suas finalidades, fontes de recursos, estrutura e organização.

Em 24 de abril de 1965, a publicação do Decreto nº 17.280 concretizou a instituição da Fapergs. Décadas depois, a Lei nº 14.601/2014 definiu atualizações na estrutura, com modernização e flexibilidade na gestão e funcionamento da Fapergs. (Marcello Campos)


rede pampa de comunicação

Presidente: Alexandre Gadret

Vice-Presidente: Paulo Sérgio Pinto



Diretores: Rafael Gadret e Christina Gadret

Editores: Marcelo Warth Neto e Fernanda Mendes Baldini

Redação: Bárbara Paiva, Bruno Laux, Carolina Rodrigues, Elaine Barcellos de Araújo, Érik da Silva Pastoris, Fabricia Albuquerque, Laura Santos Rocha, Lorenzo Rivero, Marcello Campos, Pedro Marques e Tiago Thomé de Oliveira.

Empresa Jornalistica Pampa Ltda.
Rua Orfanotrófio, 711
CEP: 90840-440 - Porto Alegre - RS

Redação:
Fone: (51) 3218.2529/3218.2531
E-mail: portal@osul.com.br

Departamento Comercial:
Fone: (51) 3218.2588

IPVA ANTECIPADO OU PARCELADO: R$ 3,06 BILHÕES NO RS.

Dados da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) apontam que os pagamentos antecipados ou parcelados do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2024 resultaram no ingresso de R$ 3,06 bilhões aos cofres gaúchos. O valor representa 60% da receita esperada pelo governo gaúcho com o tributo, que é de R$ 5,1 bilhões.

CAPITAL TERÁ MAIS NOVE VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS.

A Defesa Civil de Porto Alegre contará com sete caminhões de combate a incêndio e dois caminhões-tanque de apoio a esse tipo de operação. Segundo a prefeitura, trata-se de uma compra em andamento e viabilizada por recursos do Fundo Municipal de Reaparelhamento dos Bombeiros (Fumrebom). Não foi informado um prazo de entrega dos veículos.

FALTARÁ ÁGUA EM 20 BAIRROS DA CAPITAL NESTA SEXTA.

A realização de serviços programados pelo Dmae deixará 20 bairros de Porto Alegre sem água nesta sexta-feira (5). Na listão Aberta dos Morros, Agronomia, Belém Novo, Cascata, Chapéu do Sol, Espírito Santo, Hípica, Ipanema, Lami, Lomba do Pinheiro, Restinga, São Caetano e Vila Nova, dentre outros. Em caso de dúvida, acione o whatsapp (51) 99332-8170.

FARMÁCIA MUNICIPAL PERMANECE FECHADA ATÉ SEXTA-FEIRA.

Localizada na avenida Bento Gonçalves nº 3. 722 (bairro Partenon), a Farmácia Distrital Murialdo foi fechada pela Secretaria da Saúde de Porto Alegre para uma reforma nas áreas de recepção e atendimento. A reabertura está prevista para esta sexta-feira (5. Enquanto isso, medicamentos podem ser retirados em outras unidades, informadas em prefeitura. poa. br.

ARI ENTREGARÁ HONRARIA A DEZ PROFISSIONAIS DE IMPRENSA.

Em solenidade marcada para as 10h da próxima terça-feira (9) em sua sede no Centro Histórico de Porto Alegre (avenida Borges de Medeiros nº 915), a Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI) entregará a Medalha Alberto André a dez profissionais do segmento. Também será lançada oficialmente a 4ª edição do Prêmio Ari de Assessoria de Imprensa.

ESTUDO MAPEARÁ PERFIS DE TURISTAS EM PORTO ALEGRE.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDet) de Porto Alegre iniciou um projeto de mapeamento de perfil dos turistas que visitam a cidade. Com uso de ferramenta de inteligência artificial e duração prevista de um ano, o estudo tem por finalidade obter dados para qualificar a prestação desse tipo de serviço.

34º SEMANA DE ENFERMAGEM SERÁ REALIZADA EM MAIO.

No período de 7 a 9 de maio (terça a quinta-feira), o anfiteatro do Hospital de Clínicas de Porto Alegre será palco da 34ª Semana de Enfermagem, com uma série de atividades. Esta edição do evento tem como pauta o cuidado com as mulheres em ciclos vitais. A programação e outros detalhes podem ser conferidos no site hcpa. edu. br.

PROGRAMA ESTADUAL PARA AUTISTAS COMPLETA TRÊS ANOS.

Prestes a completar três anos, o programa TEAcolhe da Secretaria Estadual da Saúde já realizou quase 11,3 mil atendimentos a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e familiares. A iniciativa conta com 28 centros regionais, cinco centros macrorregionais e 23 centros de atendimento em saúde (CAS) em todo o Rio Grande do Sul.

ESTUDO DO IECINE-RS MAPEIA FESTIVAIS DE CINEMA.

O Instituto Estadual de Cinema (Iecine) convida os realizadores de festivais do gênero no Rio Grande do Sul a cadastrarem seus eventos. Para isso, deve ser preenchido formulário disponível por meio de link informado na conta "Ieciners" da rede social Instagram e no site estado. rs. gov. br. A finalidade é mapear da atividade no Rio Grande do Sul.

PAÇO MUNICIPAL TEM EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA ATÉ MAIO.

Até o dia 31 de maio, o Paço Municipal de Porto Alegre (antiga sede da prefeitura, no Centro Histórico) hospeda a mostra de fotografias "Veracidade". Trata-se de uma exposição comemorativa dos 252 anos da cidade, com imagens produzidas por 35 fotógrafos convidados. A visitação é gratuita, de segunda a sexta-feira no período entre 9h e 17h.

FEIRA DA AUXILIADORA: INSCRIÇÕES ATÉ O FINAL DO MÊS.

Até 27 de abril, a Secretaria de Governança Local e Coordenação Política (SMGov) de Porto Alegre recebe inscrições para ocupação de dez espaços vagos na feira ecológica do bairro Auxiliadora (Travessa Lanceiros Negros, entre Coronel Bordini e Mata Bacelar). O edital de chamamento público está disponível na edição do Diário Oficial do Município do dia 18.

VEM AÍ MAIS UMA EDIÇÃO DA FENASUL-EXPOLEITE EM ESTEIO.

Está marcada para o período de 15 a 19 de maio no Parque Assis Brasil, em Esteio (Região Metropolitana de Porto Alegre), a 18ª Fenasul e 45ª Expoleite. Com público recorde de mais de 100 mil visitantes na edição de 2023, o evento é realizado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi), junto com entidades parceiras.

HADDAD DIZ QUE GOVERNO ESTÁ PREOCUPADO COM O CUSTO DA ENERGIA.

O custo da energia representa uma das principais preocupações atuais do governo, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O governo quer reduzir em 3,5% a conta de luz neste ano. Uma das medidas diz respeito ao atraso nos leilões de linhas de transmissão. Na semana passada, o primeiro leilão do tipo em 2024 levantou R$ 18,2 bilhões em investimentos.

SERVIDORES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO INICIAM GREVE NESTA QUARTA.

Servidores federais que atuam na área de educação iniciarão, a partir desta quarta (3), uma greve nacional por tempo indeterminado. Segundo o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), a paralisação contará com a adesão de mais de 230 unidades de ensino em pelo menos 18 unidades federativas.

MPRJ DENUNCIA OITO PESSOAS QUE ATACARAM DEPUTADA EM NOVA FRIBURGO.

A Promotoria de Investigação Penal de Nova Friburgo denunciou oito pessoas que proferiram ofensas verbais, empurraram e atacaram com garrafas, pedras e ovos, a deputada estadual Lucia Marina dos Santos (PT). Os crimes foram praticados em agosto de 2023, durante um encontro da parlamentar com a população de Lumiar, na região serrana do Rio.

CORREGEDORIA DIZ NÃO HAVER INDÍCIOS DE CORRUPÇÃO NA FUGA EM MOSSORÓ.

Após um mês e meio apurando as circunstâncias da fuga de dois detentos da Penitenciária Federal em Mossoró (RN), a corregedoria-geral da Secretaria Nacional de Políticas Penais informou não ter encontrado qualquer indício de corrupção. A corregedora-geral aponta indícios de “falhas” nos procedimentos carcerários de segurança, mas nenhuma evidência de que servidores tenham, intencionalmente, facilitado a fuga.

VÍRUS SINCICIAL RESPIRATÓRIO E INFLUENZA TÊM AUMENTO DE CASOS NO PAÍS.

O Brasil registrou, nas últimas semanas, um aumento no predomínio de casos de vírus sincicial respiratório (VSR) e de influenza, que corresponderam, respectivamente, a 35% e 21% dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Por outro lado, houve diminuição da relevância do vírus da covid, com 27% dos casos de SRAG.

CARTÓRIOS LANÇAM AUTORIZAÇÃO ELETRÔNICA PARA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS.

Os cartórios de todo o País lançaram um documento eletrônico que vai permitir a oficialização da vontade dos cidadãos que querem ser doadores de órgãos. A partir de agora, quem desejar se tornar doador de órgãos poderá preencher a Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos em qualquer um dos cartórios de notas do País. A emissão é gratuita.

GRUPO AFOXÉ FILHOS DE GANDHI É DECLARADO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA.

O Afoxé Filhos de Gandhi foi declarado nessa terça-feira (2) como um bem cultural dos cariocas, em decreto publicado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Fundado em 1951, o grupo promove e preserva elementos da cultura afro-brasileira por meio da música, religião e expressões artísticas. Além de ser conhecido pela presença constante nos desfiles de carnaval da cidade.

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS REABRE CASO RUBENS PAIVA.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) reabriu processo para investigar o assassinato do ex-deputado federal e engenheiro civil Rubens Paiva. Ele foi preso, torturado e morto pela ditadura militar em 1971. Tido como desaparecido por 40 anos, teve a morte confirmada em decorrência dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, concluída em 2014.

MEGA-SENA, CONCURSO 2. 707: PRÊMIO ACUMULA E VAI A R$ 13 MILHÕES.

Nenhuma aposta acertou as seis dezenas do concurso 2. 707 da Mega-Sena, sorteadas nessa terça-feira (2) e o prêmio acumulou em R$ 13 milhões para esta quinta (4). Os números contemplados foram: 07 - 09 - 11 - 39 - 54 - 57. As 43 apostas que acertaram a quina vão receber mais de R$ 47 mil cada. Os jogos podem ser feitos até as 19h, nas loterias ou pela internet, no site da Caixa.

BRASIL TEM AUMENTO DE 7% NAS RESERVAS PROVADAS DE PETRÓLEO EM 2023.

Em 2023, houve aumento de 6,98% nas reservas provadas de petróleo em comparação a 2022. Também houve aumento de 3,81% no volume relativo ao somatório de reservas provadas e prováveis e de 2,26% no somatório das provadas, prováveis e possíveis. Os dados são do Boletim Anual de Recursos e Reservas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

FUNDO CLIMA VAI FINANCIAR PROJETOS COM JUROS DE 1% A 8% AO ANO.

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o BNDES assinaram o contrato para execução de R$ 10,4 bilhões pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima). Trata-se do maior volume de recursos da história do fundo, criado em 2009, e que desde então possui uma carteira de contratos em vigor que soma R$ 2,5 bilhões.

BRASIL GARANTE MAIS QUATRO VAGAS NOS JOGOS PARALÍMPICOS.

O Brasil garantiu mais quatro representantes na próxima edição dos Jogos Paralímpicos, que serão disputados a partir do dia 28 de agosto em Paris (França). Cátia Oliveira, Joyce Oliveira, Bruna Alexandre e Evellyn Santos tiveram a participação no megaevento esportivo confirmada, nessa terça-feira (2), por meio da Federação Internacional de Tênis de Mesa.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DOS EUA CAI EM JANEIRO.

A produção de petróleo dos EUA caiu em janeiro para 12,53 milhões de barris por dia, um declínio de 6% em relação a dezembro, após o tempo frio que congelou parte da produção, mostraram dados da AIE (Agência Internacional de Energia). A produção de petróleo no Texas também caiu em janeiro, com uma queda de cerca de 5% em relação ao mês anterior.

NOVA YORK VAI COBRAR TAXA PARA CIRCULAÇÃO DE CARROS.

Motoristas terão que pagar uma taxa diariamente para dirigir no centro de Nova York, a partir de junho. O Conselho da Autoridade de Transporte de Nova York aprovou a implementação de pedágio urbano para reduzir o congestionamento e a poluição. Além de arrecadar cerca de US$ 1,5 bilhão até o final do ano. Para veículos de passageiros será cobrado taxa de US$ 15.

DISNEY CHEGA A ACORDO COM GOVERNO DA FLÓRIDA.

A Disney chegou a um acordo com o governador da Flórida, nos EUA, Ron DeSantis, para encerrar a disputa sobre a administração na região dos parques. As discussões se iniciaram em 2022. O acordo anula algumas disposições assinadas pela empresa logo antes da cessão do controle do distrito e agora poderá construir edifícios na região sem precisar de aprovação.

GOOGLE DESTRUIRÁ DADOS DE NAVEGAÇÃO PARA RESOLVER PROCESSO.

O Google destruirá bilhões de registros de dados para resolver um processo alegando que a empresa monitorou secretamente o uso da internet de pessoas que achavam que estavam navegando de forma privada no modo anônimo. Os termos do acordo foram enviados ao tribunal federal de Oakland (EUA), e exigem aprovação da juíza Yvonne Gonzalez Rogers.

ATIVIDADE INDUSTRIAL DA CHINA CRESCE.

A atividade industrial da China teve alta pela primeira vez em seis meses em março, de acordo com uma pesquisa oficial, oferecendo alívio às autoridades mesmo com a persistência da crise no setor imobiliário no país. O Índice de Gerentes de Compras oficial subiu para 50,8 em março, de 49,1 em fevereiro, acima da marca de 50 que separa crescimento da contração.

JAPÃO RELANÇA PROJETO DE AVIÃO MOVIDO A HIDROGÊNIO.

O Japão relançou oficialmente o projeto de construir um avião comercial de última geração, que potencialmente funcionará com hidrogênio, de acordo com a mídia japonesa, um ano após o abandono do programa de aeronaves comerciais SpaceJet, da Mitsubishi Heavy Industries (MHI). O novo projeto visa comercializar até 2035 uma aeronave de nova geração.

RÚSSIA TEM SEIS VEZES MAIS MUNIÇÃO DO QUE A UCRÂNIA.

O comandante-chefe das Forças Armadas da Ucrânia informou que a Rússia está superando o país, em proporção de seis para um, em relação aos armamentos. Oleksandr Syrskyi disse que enquanto as forças de defesa ucranianas realizam operações com pouca ou nenhuma munição na linha de frente, a Rússia aumentou significativamente a atividade de aviação, com bombas aéreas.

ALEMANHA LEGALIZA O CONSUMO RECREATIVO DA MACONHA.

A Alemanha legalizou o consumo recreativo de maconha, apesar da oposição persistente dos conservadores e de associações médicas que temem consequências negativas para os jovens. A lei estipula que pessoas com mais de 18 anos podem transportar até 25 gramas em vias públicas, cultivar até 50 gramas e ter três plantas de cannabis por adulto em sua residência.

TRAVESSIAS ILEGAIS NO CANAL DA MANCHA AUMENTAM 41,7%.

O número de pessoas que atravessaram clandestinamente o Canal da Mancha, que separa a França das ilhas Britânicas, aumentou 41,7% no primeiro trimestre deste ano, em comparação com o ano passado – um equivalente a 5. 373 pessoas. No domingo (31), 42 pessoas chegaram à costa inglesa a bordo de nove embarcações precárias e sobrecarregadas.

REATOR BATE RECORDE AO FICAR 7 VEZES MAIS QUENTE QUE O SOL.

O Instituto Coreano de Energia de Fusão (KFE), da Coreia do Sul, anunciou que seu “sol artificial”, nomeado KSTAR (sigla em inglês para Pesquisa Avançada de Tokamak Supercondutor da Coreia), sustentou uma temperatura iônica de 100 milhões de graus Celsius por 48 segundos – estabelecendo um recorde. Essa medida é sete vezes maior que a do Sol.

ARQUEÓLOGOS ESCAVAM CASTELO MEDIEVAL DO SÉCULO 14.

Uma equipe de arqueólogos escavou, na França, vestígios bem preservados de um castelo da Idade Média. Eles estavam enterrados a uma profundidade de 3 metros sob o Hotel Lagorce, que foi erguido entre os séculos 18 e 19. A descoberta divulgada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Arqueológicas Preventivas da França (Inrap).

CABEÇA DE 1,8 MIL ANOS DO DEUS APOLO É DESENTERRADA NA GRÉCIA.

Nas ruínas da histórica cidade de Filipos, na Grécia, arqueólogos desenterraram uma rara cabeça esculpida em mármore de Apolo, o antigo deus grego do Sol, da cura, da música, do arco e flecha e da profecia. A peça foi encontrada em 2023 em excelentes condições, e sua idade foi estimada em 1. 800 anos.

O SUL
O JORNAL DA REDE PAMPA

Pessoas



Foto: Leandro Araújo

Sara Ricciardi, Valerio Caruso, Paolo Trevisan e Gelson Castellan

Valerio Caruso, cônsul-geral da Itália em Porto Alegre, e **Gelson Castellan**, cônsul honorário em Caxias do Sul, promoveram o "Italian Design Day", que contou com a presença da designer multipremiada **Sara Ricciardi** e do arquiteto **Paolo Trevisan**, dois renomados profissionais do design italiano, na cidade da Serra Gaúcha. Os convidados tiveram a oportunidade de compartilhar seus conhecimentos sobre a temática principal desta edição, que foi "Fabricar valor: inclusividade, inovação e sustentabilidade".

pessoas@osul.com.br

Foto: João Mattos



O fotógrafo **Eurico Salis** é destaque na exposição "Veracidade", parte das celebrações dos 252 anos de Porto Alegre, que apresenta obras de mais de 30 artistas no porão do Paço Municipal. A mostra, em exibição até 31 de maio, conta com 43 trabalhos impressos em papel fotográfico fosco em preto e branco, destacando os tons de cinza para ressaltar a sensibilidade das imagens.

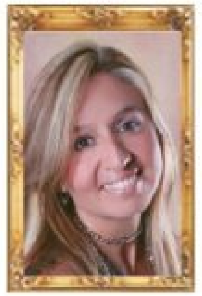
Foto: Divulgação

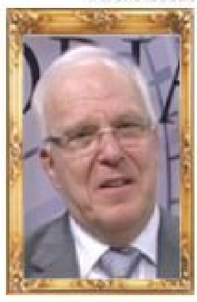


A artista plástica **Marta Penter** estará presente na 3ª edição do AHMI com Arte, promovido pela Associação dos Amigos do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e pelo Art Destination, que ocorre nesta quinta-feira (4), no Golf House do condomínio Terra Ville, em Porto Alegre. Durante o evento, a convidada compartilhará o funcionamento do seu processo criativo, dando destaque para as suas obras e trajetória internacional.

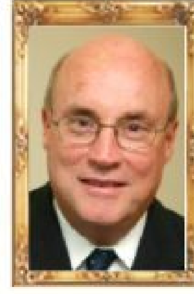
GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.
ANIVERSARIANTES DO DIA 03 DE ABRIL


Governador da Bahia Jerônimo Rodrigues


Procuradora Adriana Krieger de Mello


Carlos Alberto Bencke


Ana Luiza Mottin


Ricardo Antunes Sessegolo


Alessandra Heineck

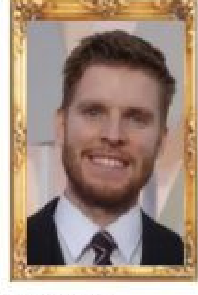

Osorio Victor Biazus


Aderlaine Sharzdach


Átila Zelinsky


Luciana SantAna


Roberto Britto


Tamara da Costa Bicca

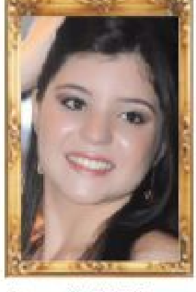

Waldemar Dalenogare Neto

Leona Lewis

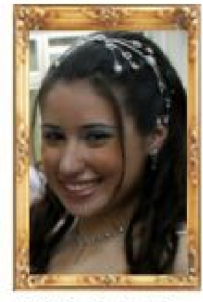

Claudio Hipólito


Neide Moreira Bitencourt


Jorge Darlei Wolf


Marcella Frioli

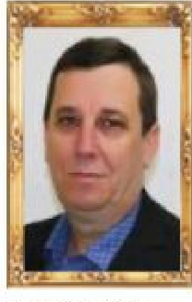

André Frandoloso Menegazzo


Patricia da Cunha Jardim


Michele Valensise

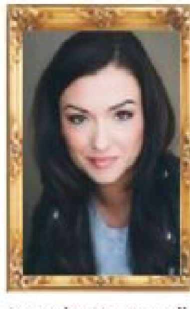

Eduardo Rocha


Aline Borges Pontin

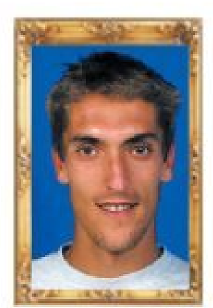

Roberto Paulo Albring Prediger


Dana Ivgy


Eddie Murphy


Natasha Negovanlis

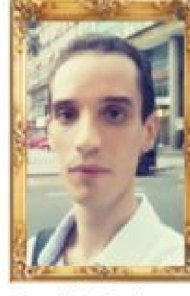

Miguel Alberto Stanislososki

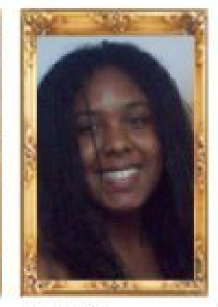

Nicolas Escudé


Julieta Monteiro


Rodrigo Rostirolla

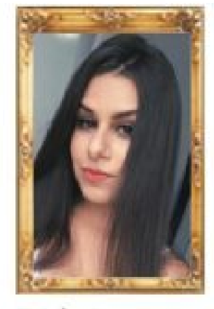

Juliana Muller

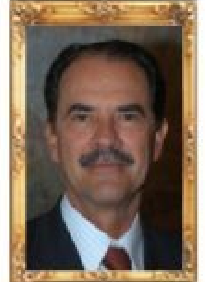

Mauricio Borda Lenard


Gisele Vargas

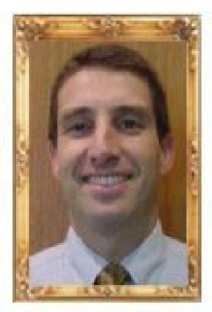

Trevor Moore

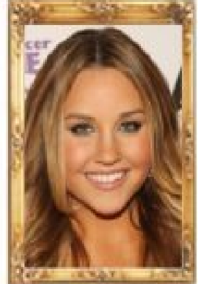
GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.
ANIVERSARIANTES DO DIA 03 DE ABRIL


Arinês Bresolin


Custódio Antônio de Mattos


Daniela Giacobbo

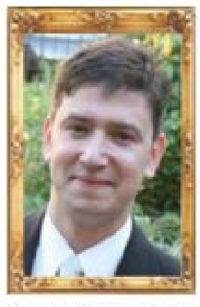

Celso Ricardo Folberg

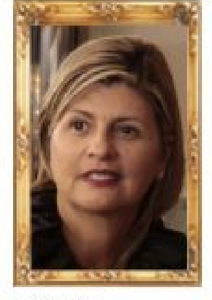

Amanda Bynes

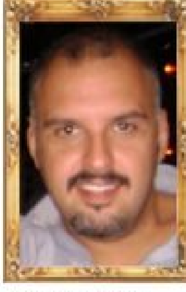

Raul Jungmann


Lauren Messias Silva


Mariana Smith


Leonardo Quadro Motta


Beth Paz


Francis Oliveira


Jennie Garth


Mauricio Mattar


Juliana Bertasso

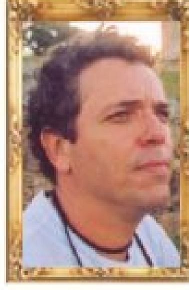

Marli Martins Pinto


Roberto Pérez Toledo


Hayley Kiyoko

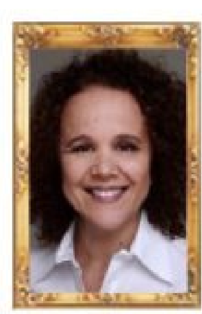

Cristi Puiu


Angela Featherstone


Paulo Nascimento


Sarah Woodward

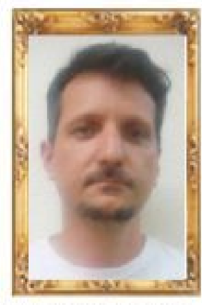

Júlio Lucena

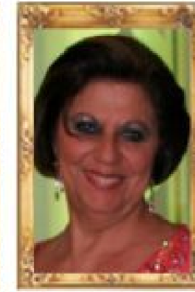

Mirna Spritzer


Rita Guerreiro Massignan

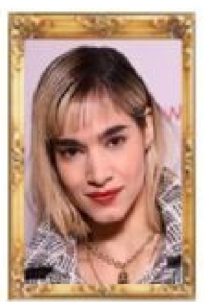

Anıl İlter


Mariana Guimarães


Eugênio Carlos da Silva Manique

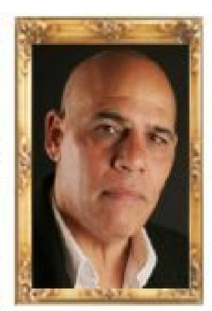

Elcira Bernardi

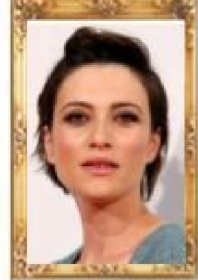

Yo Oizumi


Sofia Boutella


Péter Kerekes


Tayana Nummer do Canto


Uri Gavriel


Anna Foglietta


Sebastian Bach

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS



CLÁUDIO HUMBERTO

GOVERNO BUSCA UMA "SAÍDA HONROSA" PARA ANIELLE

Ao indicar Anielle Franco candidata a vice do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), a primeira-dama Janja parece cumprir tarefa na jogada de Lula (PT) para se livrar da ministra da Igualdade Racial. "Já deu", tem dito ele, segundo fontes do Planalto. Anielle foi nomeada por ser irmã de Marielle, cujo assassinato era útil ao PT et caterva para atribuir o crime à "direita", mas, para a Polícia Federal de Lula, o mandante foi Domingos Brazão, aliado do PT no Rio.

Ops, disfarça
Se a presença de Anielle fazia lembrar a "causa" de apontar o dedo para Bolsonaro, por exemplo, ela virou "problema" após o desfecho do caso.

Entregando pouco
Além de Anielle se ter transformado em "problema" para o governo, Lula acha que ela entrega muito pouco. Nem a recebe para despachos.

Melhor esquecer
Para Lula e parte do PT, Anielle no governo faz lembrar que todos usaram e abusaram do caso Marielle e mentiram muito sobre sua morte.

Não cola mais
A pergunta "quem matou Marielle?", insinuando a culpa de bolsonaristas, já não é feita sem ser ridicularizada em qualquer boteco carioca.

Izalci critica STF e considera fim da Justiça Eleitoral
Novo integrante do PL, principal partido de oposição ao governo Lula (PT), o senador Izalci Lucas (DF) defendeu "reação" do Congresso às interferências do Supremo Tribunal Federal (STF) no Poder Legislativo, além de também apoiar o fim da Justiça Eleitoral "quando for aprovada a unificação das eleições", disse o parlamentar em entrevista ao podcast Diário do Poder desta semana. "O TSE normatiza, executa, fiscaliza e julga. É tudo com ele", disse o senador, "a gente precisa reavaliar isso".

A cada 4 anos
Izalci defendeu a aprovação, que considera como certa no Senado, da proposta que vai unificar eleições municipais, estaduais e federais.

Eleição-prioridade
A unificação das disputas eleitorais impediria que o "Congresso pare a cada dois anos", disse Izalci, "como é o caso esta semana".

Planos futuros
O senador também garantiu que deixou o PSDB pelo PL, após 10 anos, porque quer disputar o governo do Distrito Federal em 2026.

Álbum de família
Viralizou desafio de neto de Lula, coitado, a provarem que o avô roubou. Não faltou quem recordasse algumas das 3 mil provas nos processos, incluindo... pedalinho com nomes dos netos no sítio em Atibaia.

Alô, ONGs de mulheres
Ex-mulher de Luís Cláudio, filho mais novo de Lula, Natália Schincariol prestou queixa na polícia acusando o valentão de agressões físicas, verbais e moral. Haverá ONG de mulheres defendendo a vítima?

Vergonha, Brasil
O Brasil passou vergonha novamente. Enquanto por aqui notórios ladrões são "descondenados" e até voltam a controlar a chave do cofre, nos Estados Unidos a empresa suíça Trafigura confessou à Justiça haver subornado integrantes do governo do PT entre 2013 e 2014.

Rejeição dispara
Tá feia a coisa para Lula em Rio das Ostras (RJ). Levantamento do Paraná Pesquisas, divulgado nesta terça-feira (2), mostra que a desaprovação ao petista chega aos 56,6% dos eleitores.

Bota o tubo
"Brasil não tem menor risco de dar certo", diz o deputado José Medeiros (PL-MT) ao citar o motivo: Zé Dirceu falando na tribuna do Senado, Lula na Presidência, Deltan e Moro acuados, Protógenes Queiroz preso.

Ideia fixa
Ausente do relatório de gestão do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro voltou a ser mencionado no extrato anual do TCU, que aprovou as contas da sua gestão.

Nem parece
Em incomum ato de coragem, o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mandou recado para o Planalto descartando medida provisória para tratar de desoneração.

Modelo aprovado
É um fiasco abaixo-assinado das aprovadíssimas escolas cívico-militares. Mesmo com a militância de parlamentares da esquerda incentivando assinatura, até ontem (2), eram menos de 900 adesões.

Pensando bem...
..."saída honrosa" na Saúde é a porta da rua.

PODER SEM PUDOR

Que bela derrota
O governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, impôs em 1953 a candidatura de Francisco Cardoso (PSP) à prefeitura paulistana. Adhemar de Barros não gostou, mas, se calou. Candidato a presidente, ele percebia a má escolha de Garcez, sempre que aparecia nos comícios de Cardoso. Jânio Quadros ganharia para prefeito, o que não seria lamentado pelos ademaristas. Erlindo Salzano, fiel seguidor de Adhemar, desabafou: "Foi a mais bela derrota entre todas as vitórias que tivemos."

Com Rodrigo Vilela e Tiago Vasconcelos

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS



LEANDRO MAZZINI

PROJETO ELEITORAL

O pedido de vista do desembargador do TRE do Paraná José Rodrigo Sade no processo que julga as contas eleitorais do senador Sergio Moro (União-PR) pode atingir em cheio projetos eleitorais de eventuais candidatos se ele for cassado, se não houver apresentação de voto e outros pedidos de vista até maio. O calendário da Justiça Eleitoral explica. Caso Moro seja cassado, a esposa Rosângela Moro – deputada federal eleita por São Paulo - e a ex-primeira dama Michelle Bolsonaro têm até dia 8 de maio para transferirem seus domicílios eleitorais para o Paraná a fim de disputarem a eleição suplementar. Aventa-se nos corredores de Brasília essa possibilidade para ambas. Mas se o processo ultrapassar dia 8 de maio, elas ficam fora da eventual disputa. Todavia, como notório nesta segunda-feira (1º), Moro ganhou um fôlego com o voto do desembargador-relator do processo no TRE, Luciano Falavinha, contra a sua cassação do mandato.

Jogo inverso

Enquanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), atua para enfraquecer o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), faz o jogo inverso. Dialogam como velhos amigos e alinhavam as pautas prioritárias - como o projeto que prevê isenção do Imposto de Renda -, que deve entrar na pauta nos próximos dias.

Pito palaciano

Preocupado com a queda na aprovação, o presidente Lula da Silva falou grosso com os 11 ministros do Governo – da Casa Civil ao Ministério do Combate à Fome – responsáveis pelo Programa Redução da Pobreza. As ações para atender pessoas em vulnerabilidade estão tímidas, reclama Lula, que vê no programa potencial de repercussão do Fome Zero, do seu 1º mandato.

Às moscas

As eleições municipais, que só acontecem em outubro, paralisaram a Câmara dos Deputados. No plenário, estão agendadas apenas sessões de homenagem. As comissões também estão de portas fechadas. Deputados aderiram ao recesso branco carimbado pelo presidente Arthur Lira para atuarem em suas bases na reta final da janela partidária – período que vereadores podem mudar de partido.

Lacônica

A rede de fast food Habib's posiciona – lacônica - à Coluna que não comenta casos judiciais que estão em andamento ao ser indagada sobre a condenação do TST por assédio político a empregados. A rede terá que pagar R$ 300 mil em indenização por incentivar a participação da população nos protestos de rua ocorridos em 2016.

Acadêmico

O ex-presidente José Sarney será o novo acadêmico do Instituto Histórico e Geográfico do DF. A posse na Cadeira Josué Montello está marcada para amanhã, em sua residência. Também são acadêmicos do Instituto, entre outros, o ex-reitor da UnB e ex-senador Cristovam Buarque e o ministro aposentado do STF Marco Aurélio Mello.

(Com Walmor Parente, Carol Purificação, Luiza Melo e Isabele Mendes)

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS

JAIRO JORGE REASSUME PREFEITURA DE CANOAS E DIZ QUE PRIORIDADE SERÁ CORRIGIR O CAOS NAS FINANÇAS



FLAVIO PEREIRA

O prefeito eleito de Canoas, Jairo Jorge, conversou ontem rapidamente com o colunista, ao tomar conhecimento da decisão do Supremo Tribunal de Justiça de reconduzi-lo ao cargo, após 492 dias de afastamento. Ele tomou posse no final da tarde, e disse que "a minha prioridade nos próximos 90 dias será colocar as finanças em ordem. Precisamos também de um esforço para melhorar a pasta da Saúde, com epidemia da dengue, a educação que agora está com falta de merenda". O prefeito anunciou ainda como prioridade, a troca do comando da Secretaria da Fazenda, e um foco especial na segurança pública, "principalmente para combater crime organizado dentro da Prefeitura". O prefeito também pediu desculpas à comunidade, por ter escolhido "um traidor", referindo-se ao seu vice-prefeito, Nedy Vargas.

Relator no STJ diz que afastamento prolongado seria "cassação indireta do mandato"

No seu voto, determinando o afastamento da medida cautelar de suspensão da função pública imposta a Jairo Jorge, o relator do processo na Sexta Turma do STJ, ministro Sebastião Reis, destacou que " a renovação da suspensão do exercício da função pública, já dura "por prazo exagerado", visto que sequer houve, até o momento, o recebimento da denúncia oferecida na data de 5/7/2022, sendo que o afastamento cautelar "não pode se eternizar no tempo", principalmente em relação ao exercício de mandato eletivo, sob pena de cassação indireta do mandato".

Advogado Adão Paiani diz que "STJ fez prevalecer a justiça"

O advogado Adão Paiani, que vinha acompanhando diuturnamente o andamento do recurso junto ao STJ, disse ontem que "respiramos aliviados por que o STJ manteve sua tradição e fez prevalecer a justiça no caso do prefeito Jairo Jorge".

Sem deslumbramento

Mostrando bom senso, a deputada estadual, delegada Nadine descartou qualquer possibilidade de disputar a prefeitura de Porto Alegre pelo PSDB. A deputada, que tem uma trajetória profissional importante: Delegada de Polícia, Chefe da Policia Civil e ex-presidente da Associação dos Delegados, priorizou seu trabalho como deputada estadual.

Candidaturas impostas por caciques

O hábito de caciques políticos, de ungirem candidatos tirados da cartola, parece que está com os dias contados. Nos últimos anos, os projetos vitoriosos têm sido construídos em dialogo com as bases. E isso vale tanto para a esquerda, para a direita, como para o centro, assim como para pequenos, médios e grandes municípios.

Cenário de Viamão aponta quatro candidatos a prefeito

Em Viamão, o PL está se movimentando para ter candidatura própria com a chegada do ex-vereador e secretário da fazenda do município, o empresário José Janes. Outro fato novo foi a saída do vereador Igor do PL e seu ingresso no Republicanos, por não concordar com o lançamento de uma candidatura própria do partido. Igor defende que o PL seja base para a candidatura a ser indicada pelo PSDB. Outras duas frentes estão em formação: o MDB/PDT/PRD/Avante, com uma candidatura de centro/esquerda, com Guto Lopes a prefeito; e uma candidatura de esquerda, com os partidos PT/PSB, PSOL, PV e PC do B, tendo como candidata a prefeita a vereadora Fátima, do PT. Assim, estariam se formando quatro candidaturas em Viamão:

- candidato do governo local pelo PSDB, ainda indefinido;
- José Janes, pelo PL;
- Guto Lopes, pelo PDT;
- Vereadora Fátima, pelo PT.

Receita de ICMS do Estado continua crescendo

Dados da Secretaria Estadual da Fazenda apontam para um crescimento nominal da receita do ICMS, de 22,3% no mês de março, o que corresponde a R$ 3,9 bilhões.

O crescimento elevado da receita nos últimos meses já foi apontado em estudo divulgado pela FIERGS, a Federação das Indústrias, para demonstrar que não existe a propalada urgência alardeada pelo governo, para impor um aumento de impostos aos gaúchos. No estudo, a FIERGS demonstrou que as alíquotas efetivas de ICMS sobre combustíveis já superam os limites estabelecidos nas Leis Complementares 192 e 194. "Dessa forma, é possível que a arrecadação atual de ICMS já esteja compensando as perdas previstas pela Secretaria da Fazenda", diz o documento.

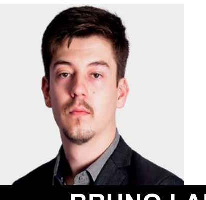
Vera Armando pré-candidata

A jornalista Vera Armando, profissional da Rede Pampa de Comunicação, filiou-se ao Progressista, após receber convite para integrar a lista de pré-candidatas do PP à Câmara de Porto Alegre.

Lamachia em favor dos hospitais

Teve o protagonismo do advogado Cláudio Lamachia o movimentação que agitou o setor da saúde, em favor dos hospitais no início desta semana. Lamachia foi contratado por um grande grupo de hospitais filantrópicos que se sentem prejudicados pelas novas tabelas aplicadas pelo IPE saúde e ajuizou uma ação questionando as instruções normativas que, segundo os hospitais, podem inviabilizar a operação visto que irão prestar serviço com margem negativa. A liminar foi concedida em favor do grupo de hospitais, e a PGE (Procuradoria-Geral do Estado) e o Ministério Publico agora tentam cassar a decisão. O Governo está mobilizado. Não resta dúvida que trata-se de um briga de peso, com pesos pesados atuando na ação.

CADERNO C COLUNISTAS



BRUNO LAUX

PANORAMA POLÍTICO

Reavaliação possível
A ministra do Planejamento, Simone Tebet, reconheceu nesta terça-feira a possibilidade do governo rediscutir a meta fiscal da União para 2024 e 2025. A chefe ministerial adiantou que o Executivo deve ponderar as necessidades de despesas frente à realidade de arrecadação, para então decidir o futuro do atual objetivo de zerar o déficit público.

Apoio do Congresso
Em meio às dificuldades de arrecadação do governo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a pedir apoio do Congresso e do Judiciário para atingir as metas fiscais da União. O líder da equipe econômica do Executivo afirma que decisões dos demais poderes sobre a prorrogação de incentivos fiscais e desoneração da folha têm impactado diretamente na gestão das contas públicas.

Agenda retomada
O vice-presidente Geraldo Alckmin retomou as agendas públicas nesta terça-feira, depois de um breve afastamento em função de uma infecção por covid-19. Após cumprir isolamento e passar por reavaliação médica, o sub-líder do Planalto foi autorizado a retornar aos compromissos oficiais.

Parecer aguardado
A Procuradoria-Geral da República deve se manifestar até o fim da semana sobre os esclarecimentos do ex-presidente Jair Bolsonaro em relação à hospedagem na embaixada húngara, em fevereiro. O parecer é aguardado pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, que seguirá com a análise do caso somente após receber o posicionamento do órgão.

Recusa à prisão
O ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou a pessoas do seu entorno que não aceitará ser preso. Ao comentar sobre a possibilidade de ser privado da liberdade em meio aos inquéritos em que é investigado, o ex-mandatário afirmou que prefere a morte do que a prisão.

Despolitização dos militares
O ministro da Previdência, Carlos Lupi, afirmou que o silêncio do governo federal sobre os 60 anos do golpe de 1964 ocorreu em paralelo a um movimento de “despolitização” do papel dos militares. O chefe ministerial salientou que não houve nenhum impedimento de manifestações por parte do governo, mas destacou que o presidente Lula não quis dar destaque à discussão de “quem é favor e quem é contra”.

Encontro de chanceleres
O chanceler brasileiro Mauro Vieira recebeu nesta semana, em Brasília, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Geórgia, Ilia Darchiashvili. Os diplomatas dialogaram sobre as prioridades do Brasil no G20, além de debater temáticas internacionais como a guerra na Ucrânia e no Oriente Médio.

Penalização rigorosa
A Câmara dos Deputados analisa um projeto de lei que pune com mais rigor o cônjuge que transmitir conscientemente uma doença incurável ao parceiro. A medida, protocolada pelo deputado Geraldo Resende (PSDB-MS), prevê o aumento em até dois terços da pena atual atribuída ao crime, de dois a oito anos de reclusão.

Monetização proibida
A Comissão de Administração e Serviços Públicos da Câmara deve analisar nos próximos dias o projeto de lei que proíbe a monetização de conteúdos relacionados ao exercício do mandato político. A restrição, que se estende também a materiais produzidos com recursos públicos, abrange membros de todos os cargos do Legislativo e Executivo do país.

Distribuição justa
A ministra da Cultura, Margareth Menezes, defendeu nesta terça-feira uma distribuição mais equilibrada dos recursos captados pela Lei Rouanet. Em oitiva na Comissão de Educação do Senado, a chefe ministerial relatou que a pasta constatou um histórico muito concentrado de recursos da iniciativa na região Sudeste e que vem trabalhando para que o fomento chegue em todas as regiões do país.

Potencial cinematográfico
Ainda no Senado, Margareth Menezes destacou o potencial do Brasil em ampliar a divulgação de obras cinematográficas nacionais no exterior. A ministra da Cultura afirmou que a pasta vem avançando com ações de fomento do setor, de modo a aproveitar participações internacionais do governo brasileiro para estender a visibilidade do segmento.

Ressarcimento dobrado
A Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou nesta terça-feira um projeto de lei que obriga infratores que desviarem dinheiro público a ressarcir o Estado em dobro. A proposta, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), segue para análise terminativa na Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Iniciação científica
A Fundação de Amparo à Pesquisa do RS lançou nesta terça-feira o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica e de Inovação. A ação, viabilizada através de um investimento de R$ 13,4 milhões, oferecerá auxílios de R$ 700 mensais para alunos de graduação, de modo a avançar com a qualificação de recursos humanos do Estado.

Estátua do Jango
O prefeito Sebastião Melo se reuniu nesta terça-feira com representantes de movimentos que solicitam a instalação de uma estátua do ex-presidente João Goulart na Capital. O líder porto-alegrense afirmou que a proposta transita com tranquilidade no governo municipal e que deve chegar a um consenso nos próximos dias para o transporte e fixação da peça de homenagem.

Troca de experiências
A Secretaria de Mobilidade Urbana de Porto Alegre recebeu nesta terça-feira uma comitiva da prefeitura de Porto Velho (RO) para uma troca de experiências sobre o setor. O líder da pasta porto-alegrense, Adão de Castro Júnior, apresentou aos visitantes os principais resultados do Programa Mais Transporte, voltado ao incremento de viagens e da qualidade dos terminais de ônibus.

Climatização das escolas
A Câmara de Vereadores de Canoas aprovou nesta terça-feira um projeto de lei que autoriza a implementação de sistemas de ar-condicionado nas salas de aula da rede municipal de ensino. A medida, proposta pelo vereador Abmael Almeida (PP), designa à Secretaria Municipal de Educação o poder de escolha do tipo de equipamento a ser instalado, levando em conta as particularidades climáticas da região.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS



BRUNO LAUX

NOTÍCIAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

Protesto na CEEE

A deputada Laura Sito (PT) repercutiu nas redes sociais um protesto realizado por produtores agropecuários de Arroio Grande, no Sul do Estado, que derramaram leite estragado na sede da CEEE Equatorial. A manifestação ocorreu em resposta a problemas recorrentes no abastecimento de energia elétrica na cidade, os quais causaram perdas significativas na produção leiteira. "Eles estão há quase 15 dias sofrendo com a falta de luz, sem respostas e com enormes prejuízos. Enquanto isso, Eduardo Leite e sua base na Assembleia Legislativa seguem protegendo a CEEE Equatorial", destacou a parlamentar.

Falta de fiscalização

O deputado Miguel Rossetto (PT) cobrou da tribuna da Assembleia nesta terça-feira a responsabilização do governo de Eduardo Leite sobre a falta de fiscalização das distribuidoras de energia no RS. O parlamentar mencionou o fim dos três contratos da Agergs com a Aneel no mês de março, o qual impactou no monitoramento e em eventuais aplicações de sanção de 20 concessionárias no Estado. "Nem a Agergs e nem a Aneel fiscalizam. De quem é essa irresponsabilidade e como pode chegarmos numa situação em que no momento de maior crise de abastecimento e fornecimento de energia elétrica com essas privatizações que não oferecem serviço de qualidade, onde está Eduardo Leite que desenvolve todos os esforços políticos para impedir a instalação de uma CPI, e onde estão as autoridades que deveriam proteger o povo gaúcho?", questiona o petista.

Controle de javalis

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia aprovou nesta terça-feira o projeto de lei que altera o Código Estadual do Meio Ambiente do RS para maior controle populacional e manejo de espécies exóticas à fauna gaúcha. De autoria conjunta dos deputados Capitão Martim e Delegado Zucco, do Republicanos, a proposta é focada na resolução da superpopulação de javalis no Estado, a qual os parlamentares afirmam que representa uma ameaça crescente ao meio ambiente, à agricultura, à pecuária e à saúde pública do território gaúcho.

Defesa Civil na Escola

A CCJ do Parlamento gaúcho aprovou também nesta terça-feira o projeto de lei do deputado Capitão Martim (Republicanos) que propõe a criação do Programa Defesa Civil na Escola. A iniciativa prevê o avanço de uma série de atividades educativas nas instituições escolares, que abordem temas como ações preventivas, evacuação segura e ajuda mútua em situações de emergência e desastres. "Uma medida essencial para garantir a formação integral e segura das futuras gerações", destaca Martim.

Frente Brasil/Itália

O Parlamento gaúcho instala na próxima segunda-feira a Frente Parlamentar Brasil/Itália, proposta pelo deputado Guilherme Pasin (PP). O colegiado deve fomentar ações e reforçar os laços entre as nações brasileira e italiana no RS, além de elaborar um calendário de atividades e eventos a fim de mobilizar a sociedade civil e os entes públicos para as comemorações dos 150 anos da imigração italiana no Estado. "Hoje, um terço da população gaúcha tem sangue italiano. É importante estreitar ainda mais os laços, fomentar ações, facilitar negócios e promover o intercâmbio cultural, social e educacional entre os países. Este é o objetivo da Frente", destaca Pasin.

Proposta semelhante

O plenário da Assembleia gaúcha rejeitou nesta terça-feira o recurso da bancada do PT para o arquivamento de solicitação para suspender os decretos do governador Eduardo Leite sobre a derrubada de incentivos fiscais a diferentes setores do RS. Com 24 votos contrários e 22 favoráveis, o requerimento dos petistas foi negado uma semana após a aprovação de um recurso da bancada do PL que trata da mesma temática.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS

INTERFERÊNCIA POLÍTICA E A DESVALORIZAÇÃO DA PETROBRAS



IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Recentemente, o presidente Lula chamou o mercado de voraz por causa das quedas no valor das ações da Petrobras equivalentes a aproximadamente 60 bilhões de reais. Evidentemente, tenderão a crescer novamente.

De qualquer modo, essa desvalorização da Petrobras em relação ao mercado, deve-se à interferência política em uma empresa que tem que concorrer com outras que, mesmo quando estatais, são empresas independentes.

É importante lembrar que a empresa petroleira estatal da Venezuela, apesar de ser hoje a maior reserve petrolífera do mundo, está com muitas e sérias dificuldades. Isso porque trata-se de uma empresa política, em que as potencialidades da economia venezuelana são diretamente prejudicadas pela interferência estatal.

Mas aqui no Brasil a interferência não foi apenas na Petrobras. Tivemos também ingerência na Vale. Enquanto o presidente Lula chama o mercado de voraz e diz que não tem que atendê-lo, os economistas repetem: o mercado é que não tem que atender à política.

Na verdade, a função do mercado é trabalhar a economia enquanto as empresas trabalham no mercado. Por essa razão, não cabe criticar algo que no mundo inteiro ocorre através do mercado: se uma empresa brasileira de petróleo tem que concorrer com outras empresas do mesmo ramo, é no mercado que o faz.

Ora, se uma empresa recebe uma interferência negativa, não para sua eficiência econômica e empresarial, mas para ser cabide de empregos políticos daqueles que detêm o poder, é evidente que ela perde condições no mercado. Afinal, os acionistas passam a ter medo de que essa empresa não tenha capacidade de concorrência. Esta é a razão da perda violenta de valor que as ações da Petrobras tiveram durante dois dias, muito embora, certamente, acionistas assustados e economistas mostrando os caminhos, ela tenderá a se recuperar.

Mas o que quero trazer para reflexão dos amigos leitores, é que se nós queremos dar competitividade ao Brasil, já que temos grandes empresas com acionistas privados e governamentais/ públicos, temos que compreender que o mundo é de competitividade. Vale dizer, se queremos crescer, não poderemos nunca tornar uma empresa estatal cabide de empregos.

Esta é a razão pela qual, creio que o alerta de economistas e do próprio mercado, mediante a queda violenta do valor das ações durante dois dias, leve o presidente Lula a raciocinar um pouco. Ele pode ser presidente político, mas não é um especialista em administração de empresas.

A esta altura, o presidente deve ter percebido que o mercado que ele criticou é aquele onde atua a Petrobras, e ao qual ele terá que se adaptar, se pretender que ela continue sendo uma empresa de primeiro mundo e não uma empresa política, como é a do seu queridíssimo ditador e amigo Nicolás Maduro, que praticamente destruiu uma empresa estatal de petróleo, mesmo tendo a maior reserva de petróleo do mundo. Ives Gandra da Silva Martins

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS



LUIZ CARLOS SANFELICE

LEMBRANÇAS QUE FICARAM (16)

Assim conheci o advogado do diabo

LEOPOLDO HEITOR DE ANDRADE MENDES era o nome do ADVOGADO DO DIABO. Personagem famoso, advogado brilhante, criminalista disputado no RIO, SP e MG. Imagem impactante, pinta de galã "a la Clark Gable", com enorme preparo. Graduou-se "Summa Cum Laude" e fez doutorado na Sorbonne em Paris, falando fluentemente Inglês e Francês, além de profunda cultura jurídica. Este sim, podia dizer, tinha "notável saber jurídico". Em abril de 52 acontece no Rio, o crime da Ladeira de Sacopã, em torno da Lagoa, que acabou por envolver um militar (Tenente Bandeira), um Político 'dos brabos' (Tenório Cavalcanti"- o "home da 'Lurdinha e da Capa Preta"- A então super lida revista Manchete e a Cruzeiro, disputavam 'a facão' manchetes trepidantes. Heitor absolve o acusado, condena Bandeira e 'deixa louco' o Tenório, e ganha enorme fama. Mas eis que chega ao Brasil uma socialite internacional de nome Dana de Teffé. Nascida na Tchecoslováquia, comunista, Dana Edita Fischerova, lindíssima, charmosa, rica, fugiu para Itália e casou com o fascista Ettore Mutti, donde se 'bandiou' para a Espanha e casou com Alberto Dias Lopez e dali para o México onde casou com Carlos De Negri. Consta ter sido espiã de alemães, de russos, ingleses e mexicanos. Trajava com perfeição, usava joias de alto valor e era fluente em 6 idiomas além de presença exuberante em qualquer ambiente. No Brasil, casa-se com o Diplomata Manoel de Teffé, neto do Barão de Teffé e bisneto do Conde Von Hoonholtz. Não demora e ela quer se separar de Teffé, mas manter o nome. Sempre dizendo ser perseguida pela contra-espionagem da NKGB. Para cuidar de seu divórcio e de seus interesses, contrata o nome do momento. Leopoldo Heitor, já sob o apelido de Advogado do Diabo.

Viajando de carro para SP onde Heitor havia - lhe conseguido uma posição que lhe daria proteção e segurança, conta Heitor que "foram atacados", e sob tiros, raptaram Dana, acertaram-lhe um tiro no fêmur direito e sumiram, deixando-o, no escuro, na estrada, sem socorro", na Via Dutra, em terras do município de Rio Claro.

Começa aí a mais rocambolesca narrativa de marchas e contra marchas, histórias e estórias. Socorrido, a Polícia o acusou e o prendeu, ele alegando ter sido sequestro da contraespionagem; não tinha corpo, sangue só o de sua perna, e acabou tudo virando as mais estrambólicas manchetes na Cruzeiro e na Manchete, sequiosas 'por sangue'. Os anos vão passando, um pouco preso um pouco solto e Heitor escreve 2 livros que viram autênticos best-sellers na época: "A Cruz do Advogado do Diabo" e "Do Inferno Verde à Cortina de Ferro", neste narrando sua aventura-fuga atrás de Dana na Tchecoslováquia e sua épica e rocambolesca volta ao Brasil, que incluiu o naufrágio de um veleiro alugado, na costa Uruguaia na altura dos baixios de Punta del Diablo.

O assunto fervilhava. Em Dez 69 início de 70, tinha na Rádio e TV Gaúcha, um programa noturno aos fins de semana, chamado "Quem Tem Medo da Verdade" - atrevido, polêmico, debochado, sem 'papas na língua', verdadeiro cemitério de ilusões notáveis. Os coitados dos entrevistados saíam de lá, arrasados. Pois para uns desses programas convidaram o "Advogado do Diabo" acusado da morte de Dana de Teffé. Eu e família, morávamos na rua Pinheiro Borda e naquela noite estava conosco minha cunhada, solteira, 24 anos, e o médico Dr. Sérgio, primo, que nos visitava e juntos começamos a assistir da entrevista do Leopoldo Heitor de Andrade Mendes, o Advogado do Diabo. Começamos a ficar encantados com o cara: a altíssima qualidade do vocabulário, a infinita riqueza de palavras e expressões, a calma e serenidade dos que tentavam encurralá-lo. Até que não aguentei mais e disse: preciso conhecer esse cara. Pegamos o carro e minha mulher, eu, minha cunhada e o Dr. Sérgio, nos tocamos para a TV Gaúcha. Entramos. Esperamos terminar o programa e abordei 'O homem". Dono de uma finíssima e requintada educação, nos atendeu e ficamos conversando. Então convidei-o para estender à noite e fomos à um dos então points de POA, na época a Protásio, acima do Ritz e até a Sherazade, no Bar "Vyscaia" onde entramos madrugada. Encantado em falar com ele, eu não vi, mas "Cupido" flechou o coração dele e de minha cunhada. No dia seguinte ele voltou pro Rio, mas, depois por 3 vezes veio nos visitar sendo que na terceira vez veio num flamante Karmann Ghia, quis conhecer e visitar, respeitosamente, meus sogros e dizer-lhes que estava "roubando-lhes" a filha mais nova. E foi o que aconteceu.

Foram morar no Rio, construíram um enorme e lindo casarão, tiveram 4 filhos. Ele foi à Júri 3 vezes acusado da morte 'sem corpo' e 'sem provas' e por 3 vezes absolvido. Morreu aos 78 anos, e seus filhos que cursaram Direito herdaram um pujante negócio altamente rentável até hoje. Assim, calmo, em paz, longe dos atropelos que marcaram o início de sua carreira, o "Advogado do Diabo", partiu serenamente em 2001. Conhecê-lo e conviver com ele foi bom e me deixou um pouco mais culto.

Luiz Carlos Sanfelice, advogado
(e-mail: lcsanfelice@gmail.com)

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

FATOS HISTÓRICOS DO DIA 3 DE ABRIL

EFEMÉRIDES

Eventos

1493 — Cristóvão Colombo é recebido em Barcelona pelos Reis Católicos após a viagem de descoberta da América.
1862 — É publicado o livro Os Miseráveis do escritor francês Victor Hugo.
1882 — Velho Oeste: Jesse James é morto por Robert Ford.
1885 — É concedido uma patente alemã a Gottlieb Daimler por seu projeto do motor.
1942 — Segunda Guerra Mundial: as forças japonesas começam um ataque contra os Estados Unidos e as tropas filipinas na Península de Bataan.
1946 — O tenente-general japonês Masaharu Homma é executado nas Filipinas por liderar a Marcha da Morte de Bataan.
1948 — O presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman assina o Plano Marshall, que autoriza 5 bilhões de dólares em ajuda para 16 países.
1955 — A União Americana pelas Liberdades Civis anuncia que defenderá o livro Howl, de Allen Ginsberg, contra a acusação de obscenidade.
1968 — Martin Luther King Jr. profere seu discurso I've Been to the Mountaintop (Eu Estive no Topo da Montanha, em tradução livre).
1973 — Martin Cooper da Motorola faz a primeira chamada de telefone móvel portátil para Joel S. Engel da Bell Labs, apesar de ainda levar mais dez anos para que o Motorola DynaTAC se tornasse o primeiro telefone a ser lançado comercialmente.
1975 — Bobby Fischer se recusa a jogar em uma partida de xadrez contra Anatoly Karpov, dando a Karpov o título de Campeão do Mundo por desistência.
1981 — O Osborne 1, o primeiro microcomputador portátil comercialmente bem-sucedido, é lançado pela Osborne Computer Corporation.
2004 — Terroristas islâmicos envolvidos nos atentados de 11 de Março de 2004 em Madrid são cercados pela polícia num apartamento e suicidam-se com explosivos.
2007 — O TGV atinge a velocidade de 574,8 quilômetros por hora, batendo o recorde mundial de velocidade de trens sobre linhas.
2010 — Eugène Terre'Blanche, líder do Movimento de Resistência Africâner, é assassinado em sua fazenda na África do Sul.
2014 — Papa Francisco assina o decreto que proclama a santidade do Padre Anchieta.
2016 — Panama Papers, um vazamento de documentos legais, revela informações sobre 214.488 empresas offshore.
2017 — Uma bomba explode no sistema de metrô de São Petersburgo, matando 14 pessoas e ferindo várias outras.
2018 — Tiroteio na sede do YouTube.

Nascimentos

1921 — Maria Clara Machado, escritora, diretora de teatro e atriz brasileira (m. 2001).
1922 — Doris Day, atriz estadunidense.
1924 — Marlon Brando, ator norte-americano (m. 2004).
1926 — Virgil Grissom, astronauta estadunidense (m. 1967).
1936 — Scott LaFaro, músico norte-americano (m. 1961).
1947 — Clarisse Abujamra, atriz brasileira.
1958 — Alec Baldwin, ator estadunidense.
1961 — Eddie Murphy, ator estadunidense.
1964 — Maurício Mattar, cantor e ator brasileiro.
1971 — Fábio de Melo, padre, cantor e apresentador brasileiro.
1972 — Jennie Garth, atriz estadunidense.
1973 — Sabotage, compositor, cantor e ator brasileiro (m. 2003).
1976 — Cristina Lyra, jornalista brasileira.
1978 — Tommy Haas, tenista alemão.
1984 — Maxi López, futebolista argentino.
1985 — Leona Lewis, cantora britânica.
1986 — Amanda Bynes, atriz estadunidense.
1997 — Gabriel Jesus, futebolista brasileiro.
1998 — Paris Jackson, atriz norte-americana.

Falecimentos

1682 — Bartolomé Esteban Murillo, pintor espanhol (n. 1617).
1879 — Tomás José da Anunciação, pintor português (n. 1818).
1882 — Jesse James, criminoso norte-americano (n. 1847).
1900 — Joseph Bertrand, matemático francês (n. 1822).
1930 — Emma Albani, cantora lírica canadense (n. 1847).
1965 — Ray Enright, cineasta estadunidense (n. 1896).
1971 — Manfred B. Lee, escritor norte-americano (n. 1905).
1973 — Theo Dutra, jornalista, poeta e advogado brasileiro (n. 1948).
1990 — Sarah Vaughan, cantora norte-americana (n. 1924).
1991 — Graham Greene, escritor britânico (n 1904).
2000 — Terence McKenna, escritor, filósofo, e historiador de arte norte-americano (n. 1946).
2004 — Bibi Vogel, atriz brasileira (n. 1942).
2005 — Régis Cardoso, ator e diretor de televisão brasileiro (n. 1934).
2009 — Márcio Moreira Alves, jornalista e político brasileiro (n. 1936).
2010 — Buza Ferraz, ator brasileiro (n. 1950).
2012 — Antonio Mingote, cartunista e jornalista espanhol (n. 1919).
2015 — Bob Burns, baterista e compositor americano (n. 1950).
2016 — Cesare Maldini, futebolista e treinador italiano (n. 1932).
2021 — Agnaldo Timóteo, cantor, compositor, escritor e político brasileiro (n. 1936); Stan Stephens, político canadense-americano, 20º governador de Montana (n. 1929).
2022 — June Brown, atriz britânica (n. 1927).

Fora de casa, Inter empata em 0 a 0 com o Belgrano na estreia da Copa Sul-Americana.

Em sua estreia na Copa Sul-Americana de 2024, o Inter empatou em 0 a 0 com o Belgrano-ARG na noite dessa terça-feira (2). Disputado no Estádio Mario Alberto Kempes, em Córdoba, o duelo foi válido pela 1ª rodada do Grupo C. O próximo confronto do Colorado pela competição será na quarta-feira (10), no Beira-Rio, contra o Real Tomayapo, da Bolívia.

Ricardo Duarte/S.C. Internacional



Disputado no Estádio Mario Alberto Kempes, em Córdoba, o duelo foi válido pela 1ª rodada do Grupo C.

O jogo

A partida, que também marcou a estreia do atacante colombiano Borré entre os titulares, foi morna nos primeiros 45 minutos. Mesmo fora de casa, o Colorado iniciou o jogo pressionando o Belgrano na Argentina.

Aos 11 minutos surgiu a grande oportunidade do jogo. Borré perdeu uma grande oportunidade de abrir o placar quando o goleiro Chicco saiu errado do gol e chutou a bola na direção de Bustos. Ao tocar no corpo do lateral, a bola foi em direção ao atacante, que, sem goleiro não conseguiu dominar, e o zagueiro Meriano teve tempo suficiente para se recuperar e afastar o que seria o primeiro gol da noite.

Depois da tentativa de Borré, o Inter seguiu tentando achar uma jogada no campo de ataque, mas era interceptado pela defesa argentina, que não cedia espaços ao Colorado.

O jogo não evoluiu até o final do primeiro tempo e para piorar os jogadores ainda protagonizaram um princípio de confusão. Aos 47, Passerini e Wanderson começaram a se empurrar. O atacante colorado deu uma cabeçada no adversário. Ambos foram punidos pela arbitragem com cartão amarelo.

A segunda etapa começou com o Belgrano agredindo a defesa do Inter e sendo mais incisivo no campo adversário. No primeiro minuto, Passerini recebeu pela direita, passou bem por Renê e finalizou por cima do gol. Porém, aos seis minutos, Borré teve mais uma oportunidade de gol. Após vacilo da zaga, o colombiano invadiu a área, hesitou para finalizar e acabou chutando em cima do goleiro Chicco.

Aos 14, Borré entrou na área do Belgrano numa disputa de bola e levou um tapa na cara do zagueiro Moreno. Os jogadores do Inter pediram penalidade mas o jogo seguiu.

Aos 23, Bustos foi lançado livre pela direita, foi atropelado por Reyna, mas o juiz e o VAR não entenderam como pênalti, causando nova revolta no Colorado.

Na sequência, de frente para o gol após cruzamento de Wesley, Borré cabeceou mas o goleiro Chicco defendeu.

O jogo seguiu com o Inter pressionando mas sem conseguir acertar o alvo adversário.

Ficha técnica

– Inter: Rochet; Bustos (Igor Gomes, 40min 2T), Vitão, Fernando e Renê; Thiago Maia, Mauricio (Gustavo Prado, 13min 2T), Bruno Gomes (Bruno Henrique, 13min 2T)e Wanderson (Wesley, 26min 2T); Alan Patrick (Lucca, 40min 2T) e Borré. Técnico: Eduardo Coudet.

– Belgrano: Ignacio Chicco; Juan Barinaga, Matías Moreno, Troilo e Nicolás Meriano; Ariel Rojar (Heredia), Longo, González Metilli, Lucco (Reyna), Matías Suárez (Matías Marín) e Passerini. Técnico: Juan Cruz Real.

– Arbitragem: Kevin Ortega, Michael Orue, Jesus Sanchez e Diego Haro.

Jogando na altitude de La Paz, Grêmio perde por 2 a 0 para o The Strongest pela Libertadores.

Jogando na altitude de La Paz, na Bolívia, o Grêmio perdeu por 2 a 0 para o The Strongest. A partida dessa terça-feira (2) foi válida pela primeira rodada da Libertadores 2024. O Tricolor poupou titulares para a final do Campeonato Gaúcho contra o Juventude, no próximo sábado (6), na Arena. O primeiro duelo, em Caxias do Sul, na Serra, terminou empatado sem gols.

O jogo

Os primeiros instantes da partida foram de muita disputa entre as duas equipes. Os donos da casa começaram pressionando nos minutos iniciais, criando melhores oportunidades. Mesmo assim, o Tricolor tentou investir no campo de ataque por jogadas pela esquerda com Nathan Fernandes.

O The Strongest levou perigo por mais vezes, até conseguir a efetividade: passados 11 minutos, Daniel Lino tentou fazer um cruzamento da esquerda, mandando direto à meta – a bola bateu na trave e saiu, quase enganando o arqueiro gremista. Logo em sequência, Triverio recebeu dentro da área e livre tentou a finalização – a bola explodiu na zaga. Mas quando o relógio marcava 15 minutos, o time boliviano conseguiu abrir o marcador com Ursino. Depois da bola colocada na área, o volante mergulhou e mandou de cabeça no ângulo da meta tricolor.

O Grêmio não se abalou e buscou criar chances na tentativa de reverter o placar. Outra das oportunidades saiu em bola parada, da intermediária de ataque, em que de perna esquerda, Galdino arrematou em direção ao gol, mas a bola tocou no pé de Ramalho e saiu pela linha de fundo. Em seguida, em um lance pela direita, a bola foi colocada na marca penal para Nathan, que tentou de cabeça, mas não alcançou para finalizar.

Passados 29 minutos, o Tricolor criou uma das melhores chances até então. Galdino acionou JP Galvão invadindo a área. O atacante recebeu e finalizou, obrigando o goleiro Viscarra a fazer a defesa em dois tempos. Já com 36 minutos, foi a vez de Nathan Fernandes trabalhar pela esquerda, batendo colocado – a bola passou perto do canto esquerdo da meta adversária, mas acabou saindo pela linha de fundo.

Na reta final da primeira etapa, os donos da casa quase ampliaram a contagem quando Ortega recebeu dentro da área e finalizou, mas parou em Marchesín, que operou grande defesa, aos 43 minutos.

O Tricolor voltou pressionando na etapa complementar. Logo aos 2 minutos, chegou com perigo e quase igualou a contagem em chance criada por Galdino. JP Galvão mandou a gol escanteio, o goleiro adversário defendeu e a bola sobrou para Everton G., que chutou, mas mais uma vez Viscarro apareceu para fazer a defesa.

Lucas Uebel/Grêmio FBPA



Com time recheado de reservas, Grêmio não ameaçou o time boliviano.

Já aos 7 minutos, foi a vez dos bolivianos ameaçarem com um lance pela direita: a bola foi cruzada na área e Triverio tentou o desvio, mas por sorte, não finalizou bem. De imediato, os gremistas arriscaram novamente com Galdino de fora da área, mas o arqueiro caiu para defender no canto da meta.

Passados 19 minutos, o Grêmio tentou com um cruzamento da esquerda feito por José Guilherme, mas a zaga conseguiu antecipar e cortou o lance. Respondendo as investidas gremistas, o The Strongest chegou novamente com um cruzamento feito da direita na marca penal, mas Fabio estava lá para afastar o perigo do campo de defesa.

Os donos da casa tiveram uma falta perigosa a seu favor. Ursino bateu, Marchesín fez grande defesa, a bola bateu na trave e voltou para os bolivianos, que cruzaram na pequena área e Triverio desviou para o fundo do gol, marcando o segundo gol, aos 27 minutos.

Com 35 minutos, o Tricolor ameaçou com Cheron, que tentou desarmar Viscarra em um recuo de bola. Na dividida, o gremista sentiu o tornozelo e precisou ser substituído.

Ficha técnica

– The Strongest: Viscarra; Rojas (Aimar), Jusino, Caire e Lino; Ursino, Wayar, Ortega (Cuellar), Ramallo (Amoroso) e Arrascaita (Sotomayor); Triverio (Bruno Miranda). Técnico: Pablo Lavallén.

– Grêmio: Marchesín; Fabio, Gustavo Martins, Natã e Wesley Costa (Zé Guilherme); Dodi e Du Queiroz; Galdino (Besozzi), Nathan (Bruno Cheron) e Nathan Fernandes (Riquelme); João Pedro Galvão. Técnico: Renato Portaluppi.

– Arbitragem: Juan Gabriel Benítez, auxiliado por Eduardo Cardozo e Eduardo Britos. VAR: Derlis López (todos do Paraguai).

Defesa de Robinho faz novo recurso ao Supremo e pede liberdade do ex-jogador.

A defesa do ex-jogador Robinho recorreu nessa terça-feira (2) ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a revogação da prisão do atleta. Os advogados pedem que o Supremo autorize que ele possa aguardar em liberdade a análise dos recursos contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou a execução imediata da pena de nove anos pela condenação por estupro na Justiça da Itália.

Os advogados questionam decisão do ministro Luiz Fux, que negou um habeas corpus e autorizou o início do cumprimento da pena, como determinou o Superior Tribunal de Justiça. Para a defesa, como ainda cabe recurso contra decisão do STJ, não é possível determinar a prisão do ex-jogador.

"Pelo mesmo princípio da presunção da inocência, não se pode determinar a execução da pena estabelecida em sentença estrangeira se não está assentado de forma definitiva o seu cumprimento no Brasil", alegam. Os advogados afirmam

Reprodução



Prisão de Robinho foi baseada na decisão da Corte Especial do Supremo, que atendeu a um pedido da Justiça italiana para que ele cumprisse a pena no Brasil.

que a prisão é ilegal . "Para que se tenha o respeito ao devido processo legal com o cumprimento da pena imposta por país estrangeiro, é necessário assegurar a ampla defesa e o devido processo legal com o trânsito em julgado da decisão de homologação da sentença estrangeira", complementam.

Estupro coletivo

Robinho foi detido no dia 21 de março, em Santos (SP), para começar a cumprir uma pena de 9 anos de reclusão, por um estupro coletivo cometido e julgado na Itália. A prisão foi possibilitada por uma decisão da Corte Especial do STJ, que atendeu a um pedido da Justiça italiana e determinou que o ex-jogador cumpra a pena pelo crime no Brasil.

Depois da decisão do Superior Tribunal de Justiça e antes da prisão do ex-jogador, os advogados de Robinho já tinham apresentado ao Supremo um pedido para suspender a ordem. No entanto, a solicitação foi negada pelo relator, ministro Luiz Fux. A decisão do STJ que determinou o cumprimento da pena do ex-jogador no Brasil foi tomada por 9 votos a 2.

A Constituição brasileira impede a extradição de brasileiros natos para cumprimento de penas no exterior. Como Robinho está no Brasil, a Itália requereu o cumprimento aqui. O STJ não julgou novamente a acusação contra o ex-jogador, ou seja, não revisitou o caso, avaliando fatos e provas. Simplesmente se manifestou se Robinho poderia ou não ser preso no Brasil.

O crime de violência sexual em grupo ocorreu em 2013, quando Robinho era um dos principais jogadores do Milan, clube de Milão, na Itália. Robinho foi condenado, junto com outros cinco homens, pelo estupro de uma mulher albanesa em uma boate da cidade italiana. No momento do crime, a vítima estava inconsciente devido ao grande consumo de álcool. Os condenados alegam que a relação foi consensual.

A sentença condenatório veio em 19 de janeiro de 2022, nove anos após o caso.

Crianças brasileiras estão ficando mais altas e mais obesas.

As crianças brasileiras estão mais altas e mais obesas. É o que mostra estudo conduzido por pesquisadores do Centro de Integração de Dados e Conhecimento para Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Cidacs/Fiocruz Bahia), em colaboração com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a University College London.

Os resultados do estudo indicaram que, entre 2001 e 2014, a estatura infantil, em média, aumentou 1 centímetro. A prevalência de excesso de peso e obesidade também teve aumento considerável entre os dados analisados. A prevalência de obesidade entre os grupos analisados subiu até cerca de 3%.

A pesquisa foi publicada na revista The Lancet Regional Health – America e baseou-se na observação das medidas de mais de 5 milhões de crianças brasileiras. Segundo os pesquisadores, tais resultados indicam que o Brasil, assim como os demais países em todo o mundo, está longe de atingir a meta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de deter o aumento da prevalência da obesidade até 2030.

De acordo com a pesquisadora associada ao Cidacs/Fiocruz Bahia e líder da investigação, Carolina Vieira, a obesidade infantil é preocupante. O Ministério da Saúde explica que tanto o sobrepeso quanto a obesidade referem-se ao acúmulo excessivo de gordura corporal. A obesidade é fator de risco para enfermidades como doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão e alguns tipos de câncer.

"Tem estudos que indicam que a criança que vive com obesidade aumenta a chance de persistir com essa doença durante todo o ciclo da vida dela", diz Carolina. "Em termos de saúde pública, pensamos que a carga dessas doenças crônicas não transmissíveis e os custos associados à obesidade aumentam ao longo do tempo. Então, é necessária uma ação efetiva e coordenada, porque senão as repercussões dessa doença para a saúde pública nos próximos anos serão bem alarmantes."

Pesquisa

O estudo analisou dados de 5.750.214 crianças, de 3 a 10 anos, que constam em três sistemas administrativos: o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o Sistema de Informação de Nascidos Vivos (Sinasc) e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan). Isso possibilitou uma análise longitudinal, ou seja, ao longo da vida de cada uma das crianças, por meio de informações coletados ao longo dos anos.

Os dados analisados foram divididos em dois grupos: nascidos de 2001 a 2007 e nascidos de 2008 a 2014. Foram levadas em conta também as diferenças entre os sexos declarados. Com isso, estimou-se uma trajetória média de índice de massa corporal (IMC) – indicador usado para determinar o peso ideal e variações que indicam magreza, sobrepeso ou obesidade – e altura para as meninas, e outra para os meninos.

Reprodução



A prevalência de obesidade entre os grupos analisados subiu até cerca de 3%.

Na comparação entre os dois grupos, ou seja, dos nascidos até 2007 e dos nascidos até 2014, considerados aqueles com idades de 5 a 10 anos, a prevalência de excesso de peso aumentou 3,2% entre os meninos e 2,7% entre as meninas. No caso da obesidade, a prevalência entre os meninos passou de 11,1% no primeiro grupo (nascidos até 2007) para 13,8% no segundo grupo (nascidos até 2014) o que significa aumento de 2,7%. Entre as meninas, a taxa passou de 9,1% para 11,2%, aumento de 2,1%.

Na faixa etária de 3 e 4 anos, o aumento foi menor na comparação entre os dois grupos. Quanto ao excesso de peso, houve alta de 0,9% entre os meninos e de 0,8% entre as meninas. Em termos de obesidade, a prevalência passou de 4% para 4,5% entre os meninos e de 3,6% para 3,9% entre as meninas, ou seja, houve crescimento de 0,5% e 0,3%, respectivamente.

O estudo constatou ainda o aumento na trajetória média de altura do grupo de nascidos entre 2008 e 2014 de aproximadamente 1 centímetro em ambos os sexos. De acordo com Carolina Vieira, tal crescimento reflete a melhoria nas condições de vida e de saúde.

"Os estudos demonstram que ter mais altura tem sido associado a alguns desfechos positivos na saúde, como menor probabilidade de doenças cardíacas e derrames e mais longevidade. Mas a altura do indivíduo, a altura da criança, reflete muito o desenvolvimento econômico, a melhoria das condições de vida. Maior escolaridade materna, mais pessoas vivendo na área urbana, são alguns dos exemplos de melhoria dessas condições no Brasil nos últimos anos", diz a pesquisadora. As informações são da Agência Brasil.

Medicina do futuro: tecnologia será voltada para a prevenção.

"Prevenir é melhor do que remediar", já diz o antigo e conhecido ditado. E quando se fala sobre a medicina do futuro, tudo indica que o avanço da tecnologia na área da saúde confirma a antiga sabedoria.

Embora existam notórios avanços em termos de tratamentos e medicamentos, com inovações que ajudam médicos e pacientes a obter resultados cada vez mais animadores, profissionais das áreas são unânimes em dizer que a melhor forma de cuidar da saúde ainda será através de medidas preventivas, que evitam ou atenuam o aparecimento de problemas.

E a tecnologia, claro, também se move nesse sentido, com recursos cada vez mais avançados, que permitem prever possíveis doenças e oferecem alternativas preventivas para evitar que se desenvolvam.

"Agir antes que os problemas se instalem é mais inteligente, mais barato e mais eficiente. É a melhor solução para o paciente e para o sistema de saúde como um todo", afirma o Dr. Helder Polido, urologista e diretor médico do Instituto Helder Polido, centro de saúde que é referência em São Carlos e região, em São Paulo.

O especialista explica que os principais investimentos das empresas de aparelhos e soluções médicas têm sido nesse sentido, apostando em novas tecnologias de exames e investigação médica para detectar possíveis problemas o quanto antes.

"Na quase totalidade dos casos, identificar precocemente a patologia aumenta significativamente a chance de cura", diz.

Dr Helder também aponta outra vantagem do diagnóstico precoce: tratamentos menos agressivos. "Iniciar as ações de tratamento quando a patologia está em estágio inicial envolve menos sofrimento para o paciente, pois o quadro não está avançado, e sua experiência, como um todo, é muito mais positiva", aponta.

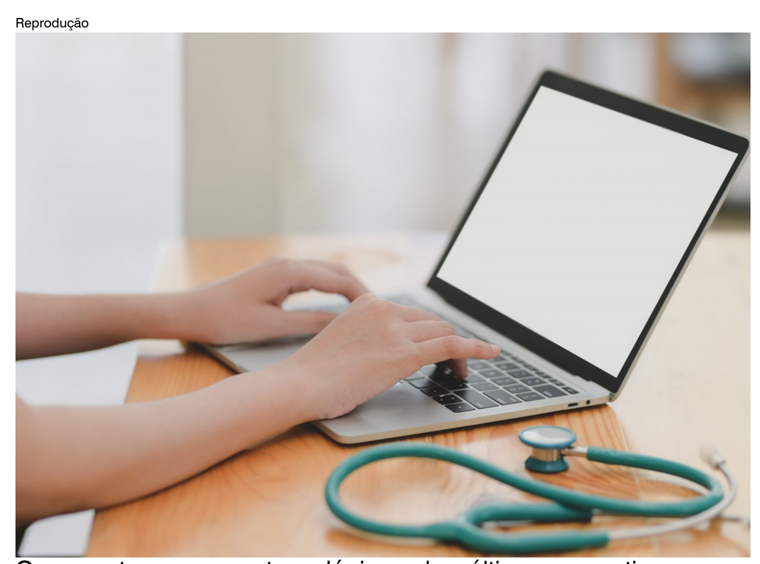
Os recentes avanços tecnológicos dos últimos anos tiveram um grande impacto na área da saúde, permitindo que médicos e outros profissionais tenham novas ferramentas de prevenção e cuidado ao seu dispor. As novidades abrangem desde sistemas digitais de agendamento e atendimento até exames avançados e mais precisos, que conseguem detectar focos de atenção que antes não eram identificados.

"A medicina do futuro é preditiva e analítica. Com os recursos que existem hoje em dia, e com os que surgirão no futuro, será cada vez mais possível monitorar em tempo real as condições de saúde das pessoas e prever possíveis problemas antes que causem prejuízos", destaca Helder.

O profissional cita como exemplos práticos alguns dispositivos móveis comuns, como os relógios inteligentes, que são capazes de analisar a pressão arterial e os batimentos cardíacos do usuário, indicando alterações que podem ser preocupantes e recomendando a visita a um médico. Além disso, fones de ouvido com sensores médicos podem captar problemas auditivos, e lentes de contato conectadas conseguem detectar indicadores de enfermidades a partir do fluido lacrimal.

Avançando ainda mais, o estudo das características hereditárias de cada pessoa também deverá contribuir para uma medicina cada vez mais preventiva e precisa. O mapeamento genético, técnica que já é utilizada no Instituto Hélder Polido, consegue indicar alterações cromossômicas do paciente com potencial nocivo, e mostra aos profissionais de saúde quais são as melhores ações de precaução para evitar que doenças hereditárias se desenvolvam.

Reprodução



Os recentes avanços tecnológicos dos últimos anos tiveram um grande impacto na área da saúde.

"Várias tipos de câncer, doenças do coração, síndromes neurológicas e até mesmo tendência à obesidade podem estar associados a fatores genéticos. Com o estudo do mapa de DNA do paciente, é possível agir com antecedência e tomar medidas profiláticas para inibir a patologia ou, em último caso, preparar a pessoa para reagir da melhor forma possível aos sintomas da doença", pontua o médico.

Além disso, Dr. Hélder também menciona inovações como a telemedicina, que amplia o acesso da população a consultas médicas – mesmo que a distância – e facilita o processo de orientação especializada aos pacientes, colaborando para um atendimento preventivo mais rápido e eficaz. No Instituto Hélder Polido, recursos como agendamento online, atendimento automatizado ao paciente, envio de receitas digitais e teleconsultas já fazem parte da rotina da equipe médica.

"Nada substitui o atendimento presencial, claro, mas as consultas online podem ser importantes em situações específicas. É uma forma rápida e dinâmica de agilizar o andamento do tratamento e transmitir informações necessárias para o paciente, quando existem algum impedimento para a visita ao consultório", ressalta.

Nesse sentido, o profissional reafirma a importância de uma relação de confiança e parceria entre médico e paciente. Independente da maneira como esse diálogo ocorre, seja de forma presencial ou digital, estabelecer esse elo é fundamental para a promoção de mais saúde e qualidade de vida para as pessoas.

"Os avanços tecnológicos irão fornecer cada vez mais dados cruciais sobre o estado de saúde dos pacientes, e isso é ótimo. Mas uma das principais medidas de prevenção é manter uma rotina de visitas ao médico para realizar exames periódicos, avaliar resultados, receber orientações e atualizar o profissional sobre como a pessoa se sente", esclarece. As informações são do portal de notícias G1.

Máquina de ressonância "mais poderosa do mundo" divulga primeira imagem de cérebro humano.

O scanner de ressonância magnética mais poderoso do mundo forneceu as primeiras imagens de cérebros humanos, atingindo um novo nível de precisão que, para os especialistas, pode lançar luz sobre os mistérios das mentes – e as doenças que as assombram.

Pesquisadores da Comissão de Energia Atômica da França (CEA) usaram a máquina pela primeira vez para escanear uma abóbora em 2021. Mas as autoridades de saúde recentemente deram a eles luz verde para escanear cérebros humanos.

Nos últimos meses, cerca de 20 voluntários saudáveis foram os primeiros a entrar na máquina de ressonância magnética (MRI), localizada na área do Plateau de Saclay, ao sul de Paris, sede de muitas empresas de tecnologia e universidades.

"Vimos m nível de precisão nunca alcançado antes no CEA", disse Alexandre Vignaud, físico que trabalha no projeto.

O campo magnético criado pelo scanner é de impressionantes 11,7 teslas, uma unidade de medida que leva o nome do inventor Nikola Tesla.

Essa potência permite que o aparelho escaneie imagens com 10 vezes mais precisão do que as ressonâncias magnéticas comumente utilizadas em hospitais, cuja potência normalmente não ultrapassa três teslas.

Na tela do computador, Vignaud comparou imagens obtidas por esse poderoso scanner, apelidado de Iseult, com imagens de uma ressonância magnética normal.

"Com esta máquina podemos ver os minúsculos vasos que alimentam o córtex cerebral, ou detalhes do cerebelo que eram quase invisíveis até agora", explica ele.

A ministra da Pesquisa da França, Sylvie Retailleau, ela mesma física, disse que a precisão da tecnologia é tanta que é até "difícil de acreditar".

"Esta inovação mundial permitirá uma melhor detecção e tratamento de patologias cerebrais", disse ela em comunicado à AFP.

Dentro de um cilindro de cinco metros de comprimento e altura, a máquina abriga um ímã de 132 toneladas alimentado por uma bobina que transporta uma corrente de 1.500 amperes. Há uma abertura de 90 centímetros para os humanos "deslizarem".

O projeto é o resultado de duas décadas de pesquisas realizadas por uma parceria entre engenheiros franceses e alemães.

Os Estados Unidos e a Coreia do Sul estão trabalhando em máquinas de ressonância magnética igualmente poderosas, mas ainda não começaram a digitalizar imagens de seres humanos.

Divulgação/Comissão de Energia Atômica da França

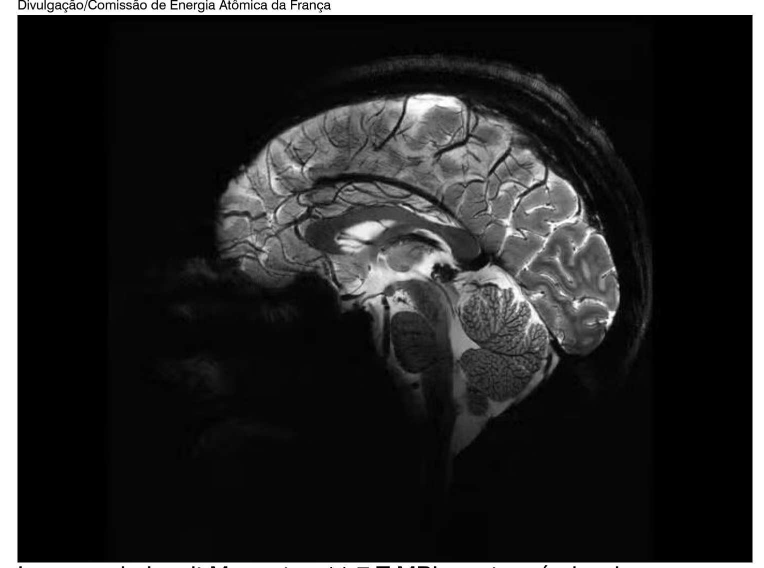


Imagem do Iseult Magneton 11.7 T MRI mostra cérebro humano.

Um dos principais objetivos de um scanner tão poderoso é refinar a compreensão da anatomia do cérebro e de quais áreas são ativadas quando ele realiza tarefas específicas.

Os cientistas já usaram ressonâncias magnéticas para mostrar que quando o cérebro reconhece coisas específicas – como rostos, lugares ou palavras – regiões distintas do córtex cerebral entram em ação.

Aproveitar o poder de 11,7 teslas ajudará Iseult a "compreender melhor a relação entre a estrutura do cérebro e as funções cognitivas, por exemplo, quando lemos um livro ou realizamos um cálculo mental", disse Nicolas Boulant, diretor científico do projeto.

Os pesquisadores esperam que o poder do scanner também possa esclarecer os mecanismos indescritíveis por trás de doenças neurodegenerativas, como Parkinson ou Alzheimer - ou condições psicológicas como depressão ou esquizofrenia.

"Por exemplo, sabemos que uma área específica do cérebro, o hipocampo, está implicada na doença de Alzheimer, por isso esperamos poder descobrir como funcionam as células nesta parte do córtex cerebral", disse a pesquisadora do CEA Anne-Isabelle Étienvre. As informações são da agência de notícias AFP.

Em paz com o corpo: famosas retiram próteses de silicone e valorizam seios naturais; veja quando a cirurgia é indicada.

O movimento de retorno aos seios naturais vem ganhando novas adeptas. Seja por estética ou por saúde, cada vez mais famosas se submetem ao explante de silicone. Carolina Dieckmann, por exemplo, realizou a cirurgia e explicou o motivo da remoção. "Me olhei no espelho e não reconheci meu corpo. Mais precisamente, meus seios", disse em depoimento escrito por ela mesma para o portal "Mina Bem-Estar".

Carolina, que colocou prótese para interpretar uma surfista na novela "Alto Astral", também refletiu sobre pressão estética: "Até quando as pressões estéticas externas vão ditar os nossos processos? Será que é mesmo sobre o que achamos bonito ou é justo sobre aceitação? E até onde (e por que) nos permitimos ir numa busca de algo que talvez acalante os olhos, mas nunca o coração?."

Ícone de beleza, Isabeli Fontana alertou sobre sintomas pouco divulgados. "Eu acordava de madrugada com uma dor no peito... Uma sensação de peso", comentou nas redes. Já a apresentadora Rafa Brites avaliou os dois lados da vaidade.

"O meu corpo não precisa estar a serviço da sociedade. Precisa estar a serviço do meu bem-estar. Essa luta (pela vaidade) a gente nunca vence, a gente nunca descansa. A nossa valia vem pela beleza, pela juventude, porque a gente ainda não tinha o poder econômico e político", declarou ao "Globo Repórter".

Retirada de silicone: quando o explante é indicado

Em conversa com a Ela, Dr. Jairo Casali fala que o procedimento é feito prezando a saúde da mulher. "A remoção de implantes mamários de silicone, chamada de explante mamário, é uma cirurgia plástica que pode ser realizada por motivações estéticas, quando a mulher já não deseja ter mamas com aquela forma, ou por indicação médica específicas, quando há implicações comprovadas na saúde da paciente relacionadas ao uso do implante", diz.

O cirurgião plástico salienta que, na ampla maioria dos casos, a questão estética ainda predomina, já que as complicações médicas do uso do silicone são estatisticamente muito pequenas.

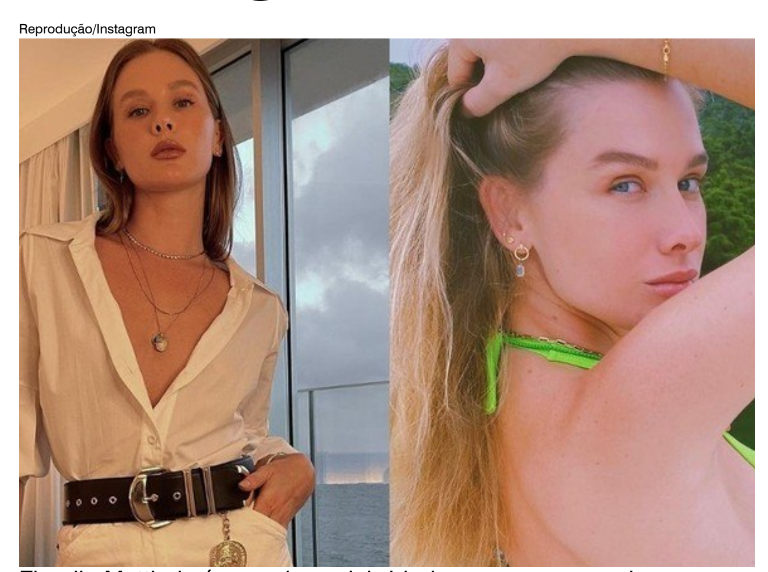
Giovanna Antonelli, Manu Gavassi, Fiorella Mattheis, Amanda Djehdian e Monica Benini também são algumas das celebridades que passaram pelo processo de retirada.

Quanto tempo dura a cirurgia e como é sua recuperação

Dr. Jairo conta que a cirurgia de explante mamário consiste em duas partes: a remoção do implante de silicone e de sua cápsula e, em seguida, a reconstrução daquela mama, com pele, glândula e, muitas vezes, com enxertia de gordura da paciente, coletada por lipoaspiração.

"É uma cirurgia que pode durar em torno de 3h, com variações específicas de cada caso. Uma internação hospitalar de um dia costuma ser suficiente para se conduzir este tipo de caso. A recuperação costuma ser tranquila, com pouca dor e com cuidados mais intensos com a mama na primeira semana. A paciente pode voltar ao trabalho por volta do décimo dia de pós-operatório e voltar a ter atividades físicas após cerca de 30 dias", detalha.

Reprodução/Instagram



Fiorella Mattheis é uma das celebridades que passou pelo processo de retirada.

Como fica a mama após o explante

O volume da nova mama, segundo Dr. Jairo, certamente será menor, mas vai depender do quanto de glândula própria e de gordura mamária a mulher tinha antes do explante. "Casos em que o silicone respondia por grande parte do volume anterior das mamas são muito desafiadores", afirma.

"É crucial que a paciente entenda que a mama provavelmente ficará muito menor, pois mesmo com uso de gordura, não se consegue chegar a volumes elevados por razões técnicas. No entanto, as mulheres que buscam essa cirurgia costumam ter essa expectativa já bem trabalhada. Geralmente, as cicatrizes mamárias resultantes são semelhantes às da cirurgia de mastopexia, ou seja, em formato de T ou ou L, e podem ter ótimo aspecto ao final, se bem cuidadas", pontua.

Possíveis riscos da cirurgia

De acordo com Dr. Jairo, os riscos de uma cirurgia de explante, no geral, são os mesmos que todas as cirurgias das mamas.

"Pequenas intercorrências relacionadas à cicatrização são pouco frequentes. Já repercussões maiores à saúde da paciente podem ser prevenidas com um pré-operatório meticuloso, conduzido por um cirurgião plástico habilitado e experiente em instituições hospitalares com porte adequado. Preparo e planejamento sempre são fatores que diminuem riscos cirúrgicos", destaca.

Análises arqueológicas lançam nova hipótese sobre ocupação do litoral de Santa Catarina.

Um importante capítulo da história da ocupação do litoral brasileiro está sendo reescrito por pesquisadores do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (Fapesp).

Em estudo publicado na revista PLOS ONE, o grupo, que inclui ainda autores de Santa Catarina, Estados Unidos, Bélgica e França, mostra que os povos construtores de sambaquis do sítio Galheta IV, na cidade catarinense de Laguna, não foram substituídos por ancestrais dos povos Jê do Sul, como se aventou no passado.

"A interação dos sambaquieiros com os povos proto-Jê, como chamamos, foi muito menor do que se imaginava. As práticas funerárias e a cerâmica eram diferentes. Além disso, os sambaquieiros viveram ali desde a infância e eram descendentes de outros que viveram naquele mesmo lugar", resume André Strauss, professor do MAE-USP e coordenador do estudo.

A hipótese da substituição de um povo pelo outro se deu, em parte, porque sítios como Galheta IV marcam o fim da prática de construção de sambaquis.

Monumentos mais emblemáticos da arqueologia da costa sul-americana, os sambaquis são grandes montes de conchas e ossos de peixes erguidos intencionalmente. Foram usados tanto como habitação quanto como cemitérios e para demarcar território.

Nas camadas mais recentes desses montes, são encontrados restos de cerâmica semelhante à dos ancestrais dos povos indígenas Jê do Sul (Kaingang e Laklãnõ-Xokleng). Esse foi outro motivo pelo qual se aventou, por muito tempo, que as populações do planalto catarinense tenham substituído os construtores de sambaquis, o que foi refutado agora.

"Não se sabe por que os sambaquis pararam de ser construídos. Algumas hipóteses vão do contato com outras culturas até mudanças ambientais, como a alteração da salinidade e do nível do mar, que pode ter diminuído a disponibilidade de moluscos que eram matéria-prima para a construção desses sítios", explica Jéssica Mendes Cardoso, primeira autora do estudo, realizado durante seu doutorado no MAE-USP e na Universidade de Toulouse, na França.

Cardoso reanalisou o material coletado entre 2005 e 2007 por outra equipe do MAE-USP e do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia da Universidade do Sul de Santa Catarina (Grupep/Unisul), quando os esqueletos de oito indivíduos foram exumados. Dessa vez, foram utilizados métodos como análise de isótopos de estrôncio, carbono e nitrogênio.

As técnicas foram determinantes para definir a dieta daquele povo, que era 60% composta de recursos marinhos, como peixes. A análise dos ossos mostra ainda que os indivíduos não foram cremados, como faziam os proto-Jê do sul do País com seus mortos.

Outras análises incluíram os restos de fauna, principalmente peixes, comuns em sambaquis. Diferentemente de outros, este sítio contava ainda com ossos de aves marinhas, como albatrozes e pinguins, e mesmo mamíferos, como um lobo-marinho.

Paulo DeBlasis/Divulgação



Um dos sepultamentos encontrados pela equipe do MAE-USP em 2005; material foi reanalisado com novas técnicas.

"Estes animais não eram parte da dieta cotidiana, mas consumidos sazonalmente, nos períodos em que estavam migrando e podiam ser capturados naquele local. Provavelmente, seu consumo era parte de rituais funerários, uma vez que as pessoas não moravam nesse sítio, apenas enterravam seus mortos", conta Cardoso. Em um dos sepultamentos, por exemplo, havia 12 albatrozes.

Uma nova datação determinou ainda que o sítio é mais antigo do que se calculava, tendo sido construído e frequentado entre 1,3 mil e 500 anos atrás. A estimativa anterior dava conta de 1.170 a 900 anos atrás.

A análise da cerâmica encontrada no sítio arqueológico também aponta que os proto-Jê podem ter sido apenas uma influência cultural adotada pelos sambaquieiros. Dos 190 fragmentos presentes no sítio, 131 com tamanho suficiente para a análise foram examinados.

"A cerâmica tem características de forma e decoração muito distintas das encontradas no planalto de Santa Catarina. As semelhanças se dão com as do litoral, tanto ao norte quanto ao sul do Estado, o que mostra um trânsito desses objetos pela costa", diz Fabiana Merencio, coautora do trabalho, realizado durante doutorado no MAE-USP com bolsa da Fapesp.

"Inclusive, essa é a cerâmica mais antiga já encontrada no Estado, com 1,3 mil anos, enquanto a do planalto tem cerca de mil anos", acrescenta ela, atualmente pós-doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

"Estamos mostrando o aparecimento de uma nova expressão da materialidade humana na costa, por volta de mil anos atrás, que é a substituição dos sambaquis por sítios sem conchas de moluscos e presença de cerâmica. Este sítio é uma 'pedra de roseta' para entender essas conexões", encerra Strauss. As informações são da Agência Fapesp.

Vinil supera CD em vendas nos Estados Unidos pelo segundo ano consecutivo.

Reprodução



As vendas de discos de vinil em 2023 alcançaram a marca de 43 milhões de cópias nos Estados Unidos.

De acordo com a RIAA (Recording Industry Association of America), as vendas de discos de vinil em 2023 alcançaram a marca de 43 milhões de cópias nos Estados Unidos, ultrapassando as 6 milhões de cópias vendidas dos CD's. Com isso, o clássico formato para se ouvir música supera os CD's pelo segundo ano consecutivo, algo que não acontecia desde 1987.

Também deve se observar que o vinil vem de uma crescente comercial na indústria musical que já perdura 17 anos. Isso pode ser atribuído pelo grande interesse do público jovem em adquirir os discos de seus artistas preferidos.

Estrelas do mundo pop no século XXI como Taylor Swift e Olivia Rodrigo têm lançado seus últimos álbuns em vinil, impulsionando a venda do formato nos EUA e no resto do mundo, pelos recordes estabelecidos pelas cantoras.

Para se ter uma ideia, o vinil gerou US$ 1,4 bilhão em receitas no ano de 2023, superando os US$ 537 milhões de vendas dos CD's. Contudo, o streaming ainda é o principal ator do atual cenário da indústria fonográfica, gerando US$ 14,4 bilhões no último ano.

Popularidade

O vinil, um formato de gravação de música que surgiu em meados do século XX, teve um papel fundamental na história da música. Embora tenha sido substituído por formatos digitais, como o CD e o streaming, os famosos bolachões nunca desapareceram completamente. Na verdade, a demanda por discos de vinil tem aumentado nos últimos anos, especialmente entre os jovens.

Muitos atribuem a popularidade do vinil ao seu som analógico, que é considerado mais quente e autêntico do que o som digital. Além disso, o ritual de colocar um disco na vitrola e ouvir um álbum do começo ao fim é uma experiência única que muitos fãs de música valorizam. O vinil também se tornou um item de colecionador, com muitos lançamentos especiais e edições limitadas sendo lançados exclusivamente em neste formato.

O vinil, que já foi considerado um formato ultrapassado, tem ressurgido com força total no século 21. Este formato, que foi popularizado na década de 1950, tem se tornado cada vez mais relevante nos dias de hoje.

O ressurgimento do vinil é impulsionado tanto por um interesse cultural quanto comercial. Muitos amantes da música preferem o som analógico do vinil em comparação com a música digital. Além disso, muitos artistas lançam seus álbuns em vinil como uma forma de oferecer aos fãs uma experiência mais completa e autêntica.

Por outro lado, o mercado de vinil tem crescido significativamente nos últimos anos. Grandes lojas de discos e pequenas lojas independentes têm visto um aumento nas vendas de vinil. Isso se deve em parte aos colecionadores que buscam raridades e edições limitadas, mas também porque muitos jovens estão descobrindo o vinil pela primeira vez. As informações são do site The Music Journal Brazil.

Mentir no currículo não vale a pena. Veja o que acontece com quem é pego.

Mentir no currículo nunca deve ser uma opção e pode ter sérias consequências. No momento da inscrição, pode até parecer que, com as mentiras, as chances serão maiores para conseguir uma entrevista ou até mesmo a vaga desejada. No entanto, no médio e longo prazo, a farsa pode levar à perda de credibilidade profissional, demissão e até dificuldade em encontrar futuras oportunidades de emprego.

"Empresas valorizam a integridade e a confiança, e uma vez que esses valores são quebrados, reconstruí-los é extremamente difícil. Recrutadores experientes frequentemente identificam discrepâncias ou exageros em currículos através de uma série de métodos como entrevistas comportamentais, verificações de referência detalhadas, e testes de habilidades práticas", explica Daniela Bertolo, mentora de carreira e autora do livro "Você brilha quando vive sua verdade".

Recrutadores são treinados para identificar desde o comportamento até gestos e emoções dos profissionais, confirmando ou não a compatibilidade de dados. Segundo a 27ª edição do Índice de Confiança Robert Half (ICRH), mais de 69% dos recrutadores já eliminaram candidatos por conta de inconsistências ou falsificações em seus currículos.

Daniela também concorda. Para a profissional, a honestidade no currículo é fundamental não apenas para evitar consequências negativas, mas também para construir uma carreira sólida e respeitável. "Habilidades podem ser desenvolvidas, e experiências podem ser adquiridas com o tempo, mas a confiança, uma vez perdida, é difícil de ser reconquistada", acrescenta.

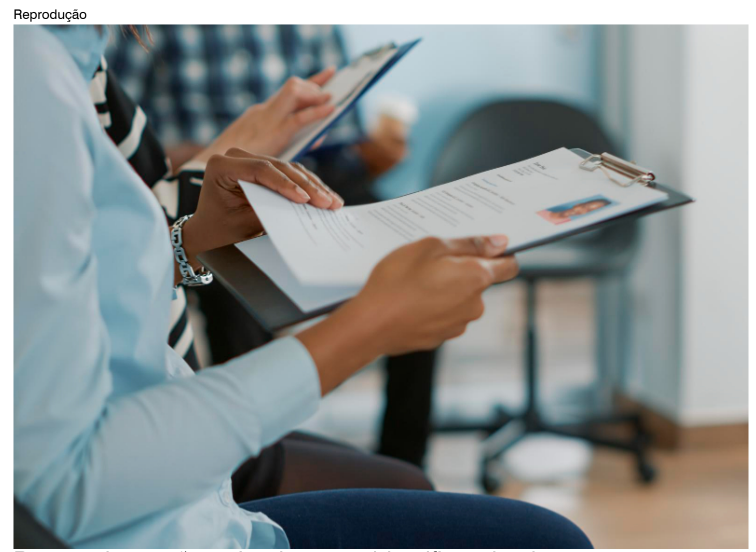
Além da honestidade, recrutadores valorizam competências relacionadas ao comportamento profissional como a capacidade de se relacionar com o colega, o trabalho em equipe e a adaptabilidade.

Sendo assim, para confirmar informações, o profissional de RH sempre pesquisa a conduta do candidato nas empresas anteriores, os projetos que ele realizou, as contribuições sociais que ele deu e o direcionamento de sua carreira.

Em alguns casos, dependendo do cargo, o recrutador consulta também antecedentes criminais, históricos financeiros e até as redes sociais do candidato.

Mentiras comuns

Reprodução



Recrutadores são treinados para identificar desde o comportamento até gestos e emoções dos profissionais.

Segundo especialistas, as mentiras mais comuns estão relacionadas, principalmente, a temas que envolvem educação e experiência anterior. Além de:

– Habilidades técnicas; – Experiência profissional; – Proficiência em idiomas; – Motivo da saída do emprego anterior; – Conquistas pessoais ou profissionais inflacionadas; – Omissão a respeito do período de emprego; – Falsas alegações sobre participação em projetos significativos.

Foi pego?

A falsificação de informações fundamentais para a contratação compromete a relação de confiança entre empregado e empregador. Assim, segundo especialistas, mentir no currículo pode dar justa causa dependendo da gravidade e do seu impacto nas responsabilidades do emprego.

Entretanto, Bruno Petcov, consultor de Recursos Humanos da Croma Consultoria de Recursos Humanos, destaca que tudo precisa ser avaliado e que é essencial que o recrutador entenda o contexto geral e o que motivou o candidato a mentir.

Sampaio acredita que muitos candidatos acabam mentindo para tentarem se destacar em um mercado que está "cada vez mais competitivo e exigente quanto a qualificação".

"Com o mercado exigindo tanta qualificação, muitos profissionais acabam forçando um currículo que ainda não construíram na prática. Ou seja, eles mentem para não perder a oportunidade de ter um emprego", diz.



20 anos de Gmail: relembre a história do principal e-mail da internet.

Reprodução

Interface do Gmail em 2004, quando o serviço foi ao ar pela primeira vez.

Inicialmente, muitos usuários da internet acharam que era pegadinha a criação do Gmail em 1º de abril de 2004, algo comum na empresa na data. Mas, naquele dia, Larry Page e Sergey Bin deram vida real ao e-mail que se tornou o mais popular do planeta.

O grande diferencial do Gmail na metade da década de 2000 era o espaço gigantesco de 1 GB de armazenamento. Pode parecer pouco para os padrões atuais, mas ele era até 500 vezes maior do que os provedores da época, que ofereciam 15 MB e chegavam até a cobrar por isso.

Era espaço para 13,5 mil e-mails contra 60 das caixas de entrada do Yahoo ou Microsoft. O Google ainda permitia correspondências com arquivos de até 25 MB e verificar de qualquer navegador, pois não era vinculado a um aplicativo desktop.

As propagandas que hoje “invadem” a caixa de entrada do serviço já era um problema no começo do Gmail, com links patrocinados conforme os assuntos das mensagens. O modelo de publicidade, contudo, era o que viabilizava a gratuidade do serviço, segundo o Google.

Com capacidade de guardar tantas mensagens, o Gmail incorporava a busca do Google, para recuperar e-mails antigos com mais facilidade. Foi o provedor que trouxe consigo o encadeamento de comunicações sobre o mesmo assunto.

Inicialmente, era preciso ter um convite para abrir uma conta Gmail. Foi só em 2007 que o Google liberou o e-mail para qualquer pessoa. No ano seguinte, a empresa introduziu os temas, separando automaticamente o que correio que chega. Prioridades, respostas inteligentes, resumos e botões para cancelar assinaturas em um clique foram adicionadas.

Gmail em 2024

Com o passar dos anos, o Gmail também popularizou a nuvem e a técnica Javascript AJAX, dando mais dinâmica aos e-mails. Assim, as caixas de entrada são atualizadas automaticamente, sem precisar apertar F5, e ainda ajudou a reduzir mensagens indesejadas e spam.

Atualmente, o Gmail conta com 1,2 bilhão de usuários, o que representa um sétimo da população mundial. São cerca de 1,8 bilhão de contas ativas, cada uma com 15 GB de armazenamento gratuito, para os e-mails e ainda outros aplicativos do Google, como Fotos e Drive.Apesar do tamanho atual, há quem precise de mais espaço. E é aí que o Google tira parte da receita, vendendo mais armazenamento aos usuários que há duas décadas precisavam de apenas 1 GB para suas mensagens.

Revista Forbes atualiza quem são as 10 pessoas mais ricas do mundo em 2024.

Com um patrimônio líquido de US$ 226,6 bilhões (equivalente a R$ 1.148 trilhão na cotação de 1ª de abril) Bernard Arnault é a pessoa mais rica do mundo, segundo a revista Forbes, que atualizou o ranking de bilionários. O empresário é presidente e diretor-executivo da LVMH, considerada a maior empresa de artigos de luxo do mundo.

Com uma fortuna de US$ 198,4 bilhões (equivalente a R$ 991,9 bilhões), Jeff Bezos, presidente da Amazon, ocupa a segunda posição no ranking dos mais ricos do mundo, por enquanto.

A posição vem sendo disputada, no último mês, entre Bezos e o CEO da Tesla, Elon Musk, que vem sentindo a queda no valor da sua fortuna devido ao preço mais baixo das ações da principal empresa de que ele é dono.

Já o cofundador da Oracle, Larry Ellison, segundo a Forbes, viu um aumento de quase US$ 16 bilhões (equivalente a R$ 80 bilhões na cotação de 1ª de abril) em sua fortuna, graças ao aumento de 10% no preço das ações da companhia que ele fundou.

Veja quem são as 10 pessoas mais ricas do mundo:

– Bernard Arnault, CEO da LVMH, controladora da grife Louis Vuitton, com US$ 233 bilhões;

– Elon Musk, CEO da Tesla, com US$ 195 bilhões;

– Jeff Bezos, fundador da Amazon, com US$ 194 bilhões;

– Mark Zuckerberg, cofundador da Meta, com US$ 177 bilhões;

– Larry Ellison, cofundador da Oracle, com US$ 141 bilhões;

– Warren Buffett, megainvestidor, com US$ 133 bilhões;

– Bill Gates, fundador da Microsoft, com US$ 128 bilhões;

– Steve Ballmer, ex-CEO da Microsoft, com US$ 121 bilhões;

– Mukesh Ambani, fundador da Reliance Industries, com US$ 116 bilhões;

– Larry Page, cofundador do Google, com US$ 114 bilhões.

Brasil

O ranking anual de bilionários da Forbes traz 69 brasileiros entre o ricaços com patrimônio superior a US$ 1 bilhão.

Os dez mais ricos do Brasil são:

– Eduardo Saverin: US$ 28 bilhões;

– Vicky Safra e família: US$ 20,6 bilhões;

– Jorge Paulo Lemann e família: US$ 16,4 bilhões;

– Marcel Telles e família: US$ 10,9 bilhões;

Reprodução



O francês Bernard Arnault, presidente do grupo de luxo LVMH, lidera o ranking anual de bilionários da Forbes 2024.

– Carlos Alberto Sicupira e família: US$ 8,9 bilhões;

– Fernando Roberto Moreira Salles: US$ 7,6 bilhões;

– Pedro Moreira Salles: US$ 7,1 bilhões;

– André Esteves: US$ 6,6 bilhões;

– Alexandre Behring: US$ 6,3 bilhões;

– Miguel Krigsner: US$ 5,7 bilhões.

Bilionária mais jovem

A brasileira Livia Voigt, herdeira da empresa de máquinas e equipamentos WEG, é a bilionária mais jovem do mundo, segundo o ranking anual da revista Forbes. Aos 19 anos, ela toma o lugar do italiano Clemente Del Vecchio, o mais novo dos seis filhos de Leonardo Del Vecchio, o magnata fundador da Luxottica, a maior marca de óculos do mundo.

Livia está ao lado de nomes como a cantora norte-americana Taylor Swift e o ex-jogador da NBA Magic Johnson, como novata da lista de bilionários da Forbes.

Com sua participação acionária na WEG, ela acumula patrimônio de US$ 1,1 bilhão. Sua irmã mais velha, Dora Voight também faz parte da lista aos 26 anos. Ambas têm cerca de 3% das ações da empresa, e não têm participação no conselho ou na diretoria.

Além delas, Eduardo Voigt Schwartz e Mariana Voigt Schwartz Gomes também entram na lista a partir de participação na WEG. Cada um tem pouco menos de 4% de ações da empresa, o que equivale a US$ 1,3 bilhão de patrimônio. As informações são do jornal Valor Econômico e do portal de notícias G1.

Madonna em Copacabana: a partir de R$ 1 mil, quiosques oferecem "open-bar" e cadeiras com vista para o palco.

De olho no mar de gente que deve ir até a Praia de Copacabana para acompanhar o show de Madonna no encerramento da Celebration Tour, em 4 de maio, os quiosques da orla já oferecem lugares com vista para o palco e segurança, além de comida, bebida e conforto. Faltando mais de um mês para o show, um deles já vendeu parte dos ingressos, cada um a R$ 1,1 mil.

A expectativa de público para o show da Rainha do Pop, que não se apresenta no Brasil há mais de 12 anos, é de mais de um milhão de pessoas. O evento funcionará como encerramento para a "The Celebration Tour", que comemora os 40 anos de carreira de Madonna com alguns de seus maiores sucessos.

O empresário Pedro Assy, dono do quiosque Cabanna, afirma que o a intenção é oferecer tranquilidade para os fãs acompanharem o espetáculo. O esquema é semelhante ao de outras datas, como o réveillon e o show do DJ Alok, no ano passado, na celebração do centenário do hotel Copacabana Palace.

Reprodução



Além de movimentar os quiosques, a vinda de Madonna está movimentando a economia do bairro.

"Não é um camarote, mas um bom lugar para ver o show com bebida, comida e segurança", disse Pedro. O quiosque do empresário tem espaço para receber 120 pessoas e, desde a confirmação da realização do show, já vendeu 40 lugares.

O quiosque de Pedro tem 14 funcionários, e todos, de alguma maneira, envolvidos na operação "Madonna em Copa". Mesmo os que não atuarão no turno do espetáculo estão relacionados com os preparativos. A expectativa é que 3 funcionários a mais sejam chamados para a noite do show da rainha do pop.

O empresário conta que muitos dos clientes que já compraram assentos são de São Paulo. O pacote inclui petiscos como batatas fritas e salgadinhos e bebidas como água, cerveja, refrigerante e caipirinhas.

Copa deve lotar

Além de movimentar os quiosques, a vinda de Madonna está movimentando a economia do bairro.

Os hotéis da orla de Copacabana estão com mais de 75% dos quartos ocupados para o fim de semana do show. A expectativa é chegar a 100% de ocupação até o dia 4 de maio. A movimentação é atípica para o período da baixa temporada.

No Copacabana Palace, hotel de luxo que fica em frente ao local onde o palco será montado, não há mais quartos disponíveis para o dia da apresentação.

"Os hotéis ficam lotados, vem gente do país todo. As pessoas passam, compram e comem, compram lembranças. A gente espera que a questão da segurança seja bem-vista pelo poder público", finaliza Pedro Assy.

Fora do SBT: saiba qual o salário de Eliana na emissora de Silvio Santos.

O SBT, por meio de um comunicado oficial anunciou, na segunda-feira (1º), que a apresentadora Eliana, 51 anos, irá deixar a emissora a partir de junho deste ano, após 15 anos. Na nota, a empresa de Silvio Santos alegou que a mudança ocorreu para que uma nova fase profissional se inicie.

Divulgação/SBT



Na nota de despedida, a empresa de Silvio Santos alegou que a mudança ocorreu para que uma nova fase profissional se inicie.

"Após quase 15 anos à frente de um programa consolidado e de grande sucesso, Eliana decidiu que era o momento de uma nova fase com outros desafios profissionais, sem jamais esquecer os inúmeros dias de alegria, conquistas e aprendizados vividos na emissora, tanto é que continuará sendo Madrinha do Teleton e faz questão de voltar a emissora para apresentar o programa de arrecadação para a AACD", diz.

"Ambas as partes expressam de forma legítima sua gratidão mútua e desejam o melhor para o futuro. O SBT reforça ainda seu carinho e torcida pela apresentadora em quaisquer caminhos que ela pretenda seguir", finaliza o comunicado.

O "Programa da Eliana", que vai ao ar nas tardes de domingo, é vice-líder de audiência na emissora.

Salário

Há anos na TV, apresentadores como Ana Maria Braga, Eliana Luciano Huck, Ratinho, entre outros, conquistaram espaço e muito dinheiro na telinha. Mesmo na era digital das redes sociais e com o crescimento dos serviços de streaming, a televisão ainda é bastante presente na casa de milhões de brasileiros.

Segundo dados da Kantar Ibope divulgado em 2022, a apresentadora Eliana ganha R$ 900 mil por mês no SBT, além de campanhas publicitárias e merchandising em seu programa.

Eliana na Globo?

Em agosto de 2022, houve alguns boatos de uma possível ida de Eliana para a TV Globo. Na época, os colunistas Alessandro Lo-Bianco e Kaká Meyer noticiaram que a loira sairia do SBT.

Lo-Bianco afirmou que, ao negociar com a Globo, Eliana disse que gostaria de autonomia em seu contrato, assim como ela sempre teve no SBT, além de condições em que possa dar pitacos do que irá fazer em seu programa ou projetos futuros na emissora de Roberto Marinho.

Apresentadora negou

Após especulações de Eliana trocar o SBT pela Globo, a assessoria de imprensa da comunicadora se pronunciou.

"Mais uma vez viemos informar de maneira contundente que Eliana não recebeu qualquer convite ou teve contato com outra emissora. Eliana segue vice-líder aos domingos à frente do Programa Eliana, no SBT", informou a equipe por meio das redes sociais.

Já em entrevista ao colunista Lucas Pasin, do UOL, no começo deste ano, Eliana voltou a negar sua ida para a Globo.

"Estou muito feliz no SBT e não recebi, de fato, uma proposta da Globo. Tudo o que soube sobre o assunto foi pela mídia. O que posso dizer é que amo novos desafios, gosto de evoluir, e quero sempre dar o meu melhor para o público. Gosto de trazer novidades, e é esse o meu desejo para 2024 e 2025: inovar", disse na época.

Filho de Gal Costa diz que tomava remédios controlados quando reconheceu união estável.

Gabriel Penna Burgos Costa, filho único de Gal Costa, disse que atestou que sua mãe e a empresária Wilma Petrillo viviam em união estável porque estava tomando "medicamentos de receita controlada". Segundo o processo que pede a anulação da união estável, os remédios "eram fornecidos" por Wilma.

"O requerente foi submetido por Wilma Teodoro Petrillo a ingerir medicamentos de receita controlada que lhes eram por esta fornecidos, tendo ingressado em tamanho abalo psicológico que teve sua capacidade cognitiva severamente reduzida", diz o documento.

Gabriel diz que foi nesse contexto de "abalo psicológico" causado por remédios controlados que redigiu e assinou o seguinte texto: "declaro que Wilma Teodoro Petrillo e Gal Maria da Graça Penna Burgos Costa constituíram relacionamento contínuo, duradouro e público, como se casadas fossem, não havendo, de minha parte, nenhuma objeção quanto ao reconhecimento de referida união".

A defesa alega que essa declaração é "nula de pleno direito, em razão da coação sofrida pelo herdeiro no momento de sua redação e assinatura". Segundo o processo, Gabriel temia "por sua segurança física e psicológica" porque à época ainda morava na mesma casa que Wilma.

A advogada de Wilma disse que Gabriel já tomava remédios controlados antes da morte e Gal e que a empresária jamais o medicou.

Em entrevista ao "Fantástico", da TV Globo, no último domingo (31), Gabriel negou que a mãe vivesse em união estável com a empresária. Segundo Gabriel, as duas moravam juntas "só que nenhum tipo de relacionamento, além da amizade". Wilma, em contrapartida, afirmou que ela e Gal "nunca" deixaram de ser um casal.

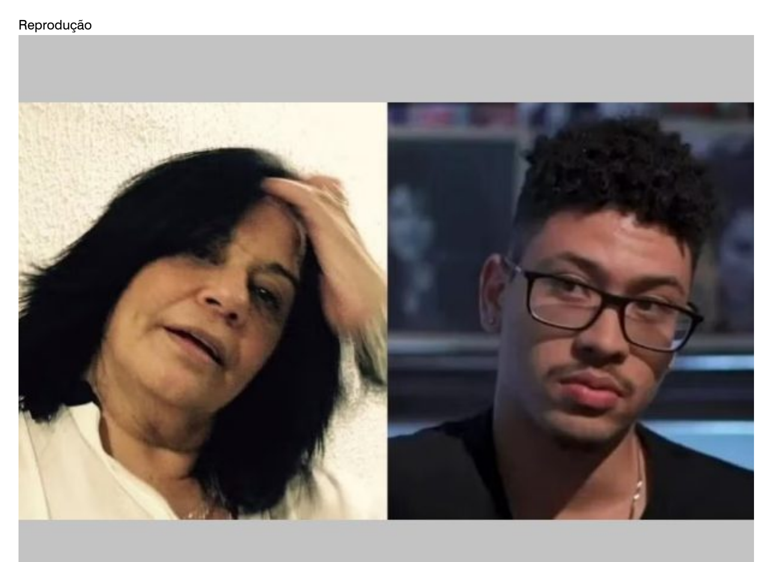
Entenda o caso

Gabriel pede na Justiça a exumação dos restos mortais da mãe, alegando haver "dúvida razoável" sobre a causa da morte. No atestado de óbito, consta como causa da morte de Gal "infarto agudo do miocárdio, neoplastia maligna de cabeça e pescoço". Segundo a ação movida por Gabriel, "o fato de haver sinais de tumor maligno" (neoplastia) "não é causa mortis", mas pode ser considerado "circunstância correlata ao falecimento" após "devida aferição apropriada (por autópsia)". A defesa de Wilma afirma que a causa da morte da cantora foi "um câncer agressivo na região do nariz, conforme atestam prontuários médicos do hospital Albert Einstein".

Gabriel afirma que só soube que a mãe tinha câncer depois da morte dela. Ele também quer transladar os restos mortais da mãe para o jazigo que ela adquiriu no Cemitério São João Batista, no Rio. Como Gabriel era menor de idade quando sua mãe morreu, Wilma determinou sozinha que Gal fosse sepultada no Cemitério da Ordem Terceira do Carmo, em São Paulo, onde seus fãs não podem visitá-la. A petição de exumação diz que a decisão de Wilma "causa perplexidade a todos, quiçá suspeitas".

Na semana passada, Verônica Silva e Priscila Silva, primas de Gal, acionaram a Justiça pedindo que um testamento anulado pela cantora em 2019 volte a ter validade jurídica. Redigido em 1997, o testamento previa que o patrimônio da cantora fosse usado para criar a Fundação Gal Costa de Incentivo à Música e Cultura. A gestão da fundação ficaria a cargo de cinco primas de Gal. No processo, as primas afirmam suspeitar que Gal foi coagida por Wilma a anular o testamento.

Reprodução

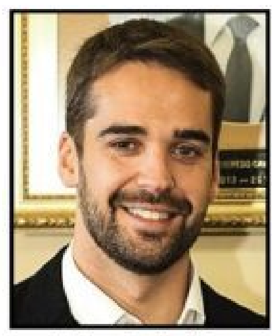


Gabriel negou que a mãe vivesse em união estável com empresária.

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL:



Eduardo Leite



Gabriel Souza

PREFEITO E VICE-PREFEITO DE PORTO ALEGRE:



Sebastião Melo



Ricardo Gomes

AUTORIDADES MÁXIMAS DAS FORÇAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL:

EXÉRCITO



General Hertz Pires do Nascimento, Comandante Militar do Sul, em Porto Alegre.

MARINHA



Vice-Almirante Augusto José da Silva Fonseca Junior, Comandante do V Distrito Naval, em Rio Grande.

AERONÁUTICA



Major Brigadeiro do AR Marcelo Rivero, Comandante do V Comando Aéreo Regional (V COMAR), em Canoas.

OS 3 SENADORES DO RIO GRANDE DO SUL:



Hamilton Mourão



Luis Carlos Heinze



Paulo Paim

PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL



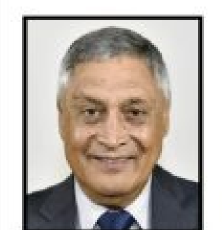
Alexandre Sikinowski Saltz

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Eduardo Cunha da Costa

DIRIGENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL:



Adolfo Brito
Presidente



Paparico Bacchi
1º Vice-presidente



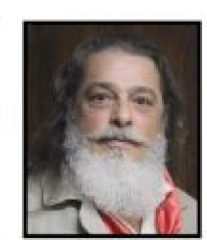
Eliana Bayer
2ª Vice-presidente



Pepe Vargas
1º Secretário



Vilmar Zanchin
2º Secretário



Luiz Marenco
3º Secretário



Dr. Thiago Duarte
4º Secretário

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL:



Alberto Delgado Neto
Presidente



Ícaro Carvalho de Bem Osório
1° Vice-presidente



Sérgio Miguel Achutti Blattes
2° Vice-presidente



Lusmary Fátima Turelly da Silva
3ª Vice-presidente



Fabianne Bretton Baisch
Corregedora-Geral da Justiça

LIDERANÇAS GAÚCHAS:

BANRISUL



Fernando Guerreiro de Lemos
Presidente

BRDE



Ranolfo Vieira Junior
Presidente

FARSUL



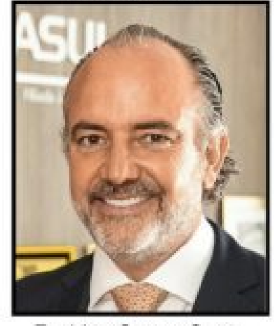
Gedeão Pereira
Presidente

FECOMÉRCIO



Luiz Carlos Bohn
Presidente

FEDERASUL



Rodrigo Sousa Costa
Presidente

FIERGS



Gilberto Petry
Presidente

GRÊMIO



Alberto Guerra
Presidente

INTERNACIONAL



Alessandro Barcellos
Presidente

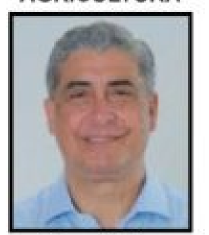
Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 27 SECRETÁRIOS DE ESTADO DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL:

AGRICULTURA



Giovani Feltes
(MDB)

CASA CIVIL



Artur Lemos
(PSDB)

CASA MILITAR



Luciano Boeira

COMUNICAÇÃO



Tânia Moreira

CULTURA

Beatriz Araújo

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Ernani Polo
(PP)

DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Beto Fantinel
(MDB)

DESENVOLVIMENTO RURAL



Ronaldo Santini
(Podemos)

DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

Carlos Rafael Mallmann
(União Brasil)

EDUCAÇÃO



Raquel Teixeira
(PSDB)

ESPORTE E LAZER



Danrlei de Deus
(PSD)

FAZENDA



Pricilla Maria Santana

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



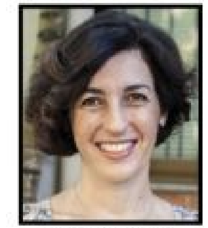
Carlos Gomes
(Republicanos)

INCLUSÃO DIGITAL



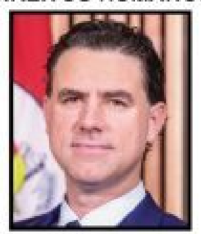
Lisiane Lemos

INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Simone Stulp

JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS



Fabrício Peruchin
(União Brasil)

LOGÍSTICA E TRANSPORTES



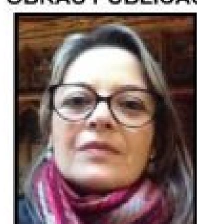
Juvir Costella
(MDB)

MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA



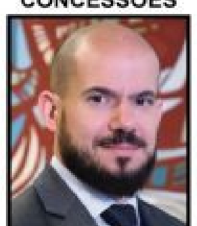
Marjorie Kauffmann

OBRAS PÚBLICAS



Izabel Matte

PARCERIAS E CONCESSÕES



Pedro Capeluppi

PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Danielle Calazans

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO



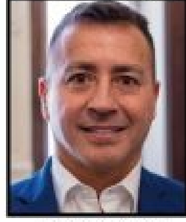
Eduardo Cunha
da Costa

SAÚDE



Arita Bergmann

SEGURANÇA PÚBLICA



Sandro Caron

SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO



Luiz Henrique Vianna
(PSDB)

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



Gilmar Sossella
(PDT)

TURISMO



Vilson Covatti
(PP)

Fotos: Divulgação

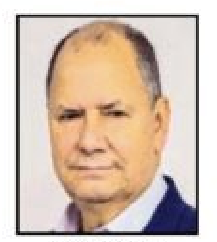
QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 31 DEPUTADOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL:


Afonso Hamm (PP)

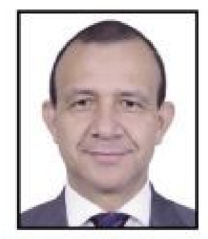

Afonso Motta (PDT)


Alceu Moreira (MDB)


Alexandre Lindenmeyer (Federação PT/PCdoB/PV)


Any Ortiz (Federação PSDB-Cidadania)

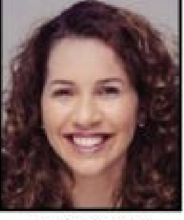

Bibo Nunes (PL)


Carlos Gomes (Republicanos)


Covatti Filho (PP)


Daniel da TV (Federação PSDB-Cidadania)


Daiana Santos (PC do B)


Denise Pessôa (Federação PT/PCdoB/PV)


Dionilso Marcon (Federação PT/PCdoB/PV)

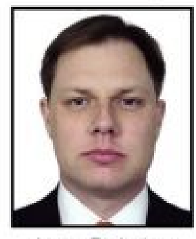

Elvino Bohn Gass (Federação PT/PCdoB/PV)


Fernanda Melchionna (Federação PSOL-Rede)

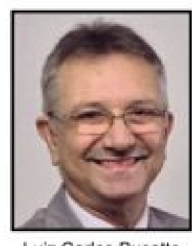

Franciane Bayer (Republicanos)


Giovani Cherini (PL)

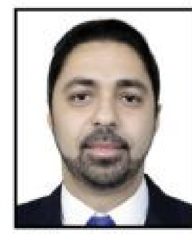

Heitor Schuch (PSB)

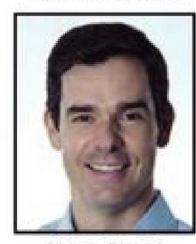

Lucas Redecker (Federação PSDB-Cidadania)

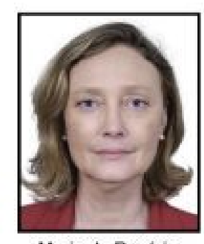

Luciano Azevedo (PSD)


Luiz Carlos Busatto (União Brasil)

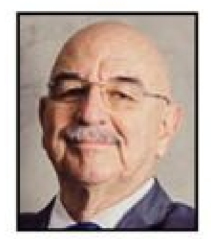

Marcel Van Hattem (Novo)

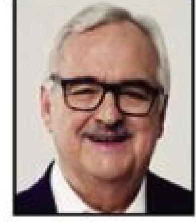

Marcelo Moraes (PL)


Márcio Biolchi (MDB)


Maria do Rosário (Federação PT/PCdoB/PV)


Mauricio Marcon (Podemos)


Osmar Terra (MDB)


Pedro Westphalen (PP)


Pompeo de Mattos (PDT)


Reginete Bispo (PT)


Tenente-Coronel Zucco (Republicanos)


Ubiratan Sanderson (PL)

A mesa diretora da Câmara dos Deputados é responsável por trabalhos administrativos e é composta pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP - PL); o primeiro e o segundo vice-presidentes, Marcos Pereira (Republicanos - SP) e Sóstenes Cavalcante (PL - RJ); quatro secretários, Luciano Bivar (União Brasil - PE), Maria do Rosário (PT - RS), Júlio Cesar (PSD - PI) e Lucio Mosquini (MDB - RO); além dos suplentes, Gilberto Nascimento (PSC - SP), Pompeo de Mattos (PDT - RS), Beto Pereira (PSDB - MS) e André Ferreira (PL - PE).

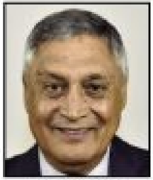
Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

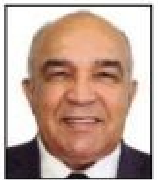
OS 55 DEPUTADOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL:


Adão Pretto (PT)

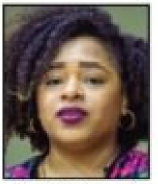

Adolfo Brito (PP)


Adriana Lara (PL)


Airton Artus (PDT)


Airton Lima (Podemos)


Beto Fantinel (MDB)


Bruna Rodrigues (PC do B)

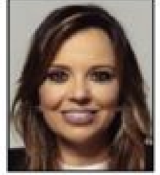

Capitão Martim (Republicanos)


Classmann (União Brasil)


Carlos Búrigo (MDB)

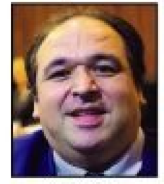

Claudio Tatsch (PL)

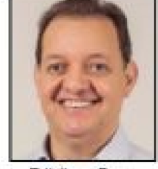

Juvir Costella (MDB)


Delegada Nadine (PSDB)


Delegado Zucco (Republicanos)


Dirceu Franciscon (União Brasil)


Dr. Thiago (União Brasil)


Edivilson Brum (MDB)


Eduardo Loureiro (PDT)


Eliana Bayer (Republicanos)


Elizandro Sabino (PTB)


Elton Weber (PSB)

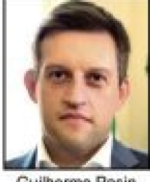

Ernani Polo (PP)

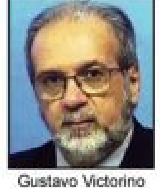

Felipe Camozzato (Novo)


Frederico Antunes (PP)


Gaúcho da Geral (PSD)


Gerson Burmann (PDT)


Guilherme Pasin (PP)

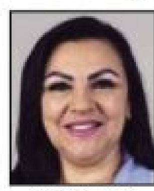

Gustavo Victorino (Republicanos)


Issur Koch (PP)


Jeferson Fernandes (PT)


Joel de Igrejinha (PP)


Kaká D'Ávila (PSDB)


Kelly Moraes (PL)


Laura Sito (PT)


Leonel Radde (PT)

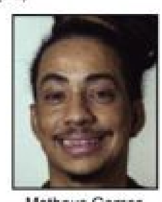

Luciana Genro (PSOL)


Luciano Silveira (MDB)


Luiz Marenco (PDT)


Luiz Mainardi (PT)

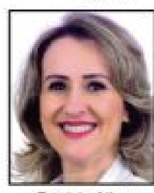

Marcus Vinícius (PP)


Matheus Gomes (PSOL)

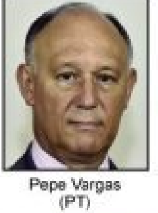

Miguel Rossetto (PT)


Neri O Carteiro (PSDB)


Paparico Bacchi (PL)


Patrícia Alba (MDB)


Pedro Pereira (PSDB)


Pepe Vargas (PT)


Professor Bonatto (PSDB)

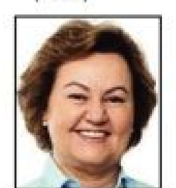

Professor Claudio (Podemos)

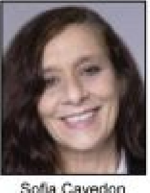

Rafael Librelotto (MDB)


Rodrigo Lorenzoni (PL)


Ronaldo Santini (Podemos)


Sergio Peres (Republicanos)


Silvana Covatti (PP)


Sofia Cavedon (PT)


Sossella (PDT)

Stela Farias (PT)

Valdeci Oliveira (PT)

Vilmar Zanchin (MDB)

Zé Nunes (PT)

Deputados Estaduais licenciados para exercício de outros cargos:
Beto Fantinel (MDB), Juvir Costella (MDB), Ernani Polo (PP), Ronaldo Santini (Podemos) e Sossella (PDT).

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

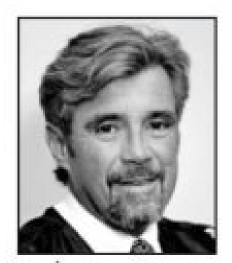
GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

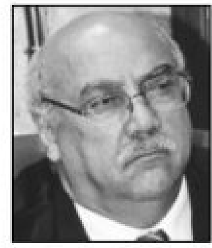
DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

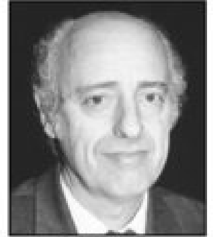

Fernando Quadros da Silva (Presidente do TRF)


João Batista Pinto Silveira (Vice-presidente do TRF)

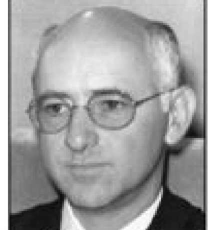

Vânia Hack de Almeida (Corregedora da Justiça Federal)


Álvaro Eduardo Junqueira


Amaury Chaves de Athayde

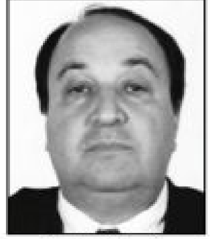

Amir José Finocchiaro Sarti


Antônio Albino Ramos de Oliveira


Ari Pargendler


Cal Garcia


Cândido Alfredo Silva Leal Junior


Carlos Antonio Rodrigues Sobrinho


Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz


Celso Kipper


Dirceu de Almeida Soares


Edgard Antônio Lippmann Júnior


Élcio Pinheiro de Castro

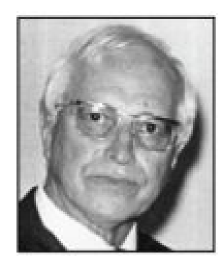

Eli Goraieb


Ellen Gracie Northfleet


Fábio Bittencourt da Rosa


Fernando Quadros da Silva

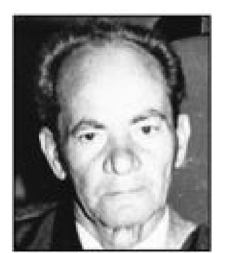

Gilson Dipp


Hervandil Fagundes


João Surreaux Chagas

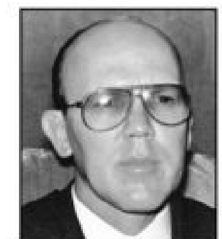

Joel Ilan Paciornik


Jorge Antonio Maurique


José Almada de Souza


José Fernando Jardim de Camargo


José Luiz Borges Germano da Silva


José Morschbacher


Luciane Amaral Corrêa Münch

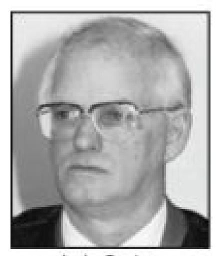

Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle

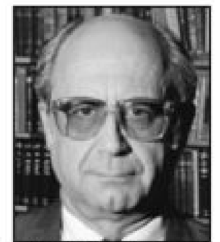
Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL


Luiz Carlos de Castro Lugon


Luiz Dória Furquim


Luiz Fernando Wowk Penteado


Luíza Dias Cassales


Manoel Eugenio Marques Munhoz


Manoel Lauro Volkmer de Castilho

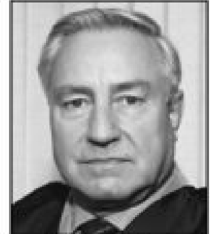

Márcio Antônio Rocha


Marga Inge Barth Tessler


Maria de Fátima Freitas Labarrère


Maria Lúcia Luz Leiria


Néfi Cordeiro


Nylson Paim de Abreu


Osvaldo Moacir Alvarez


Otavio Roberto Pamploma


Paulo Afonso Brum Vaz


Pedro Máximo Paim Falcão


Ricardo Teixeira do Valle Pereira


Rogerio Favreto


Rômulo Pizzolatti


Ronaldo Luiz Ponzi


Sílvia Maria Gonçalves Goraieb

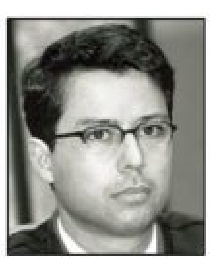

Silvio Dobrowolski


Tadaaqui Hirose


Tânia Terezinha Cardoso Escobar


Teori Albino Zavascki


Valdemar Capeletti


Victor Luiz dos Santos Laus


Vilson Darós


Virginia Amaral da Cunha Sheibe


Vladimir Passos de Freitas


Wellington Mendes de Almeida

Fotos: Divulgação

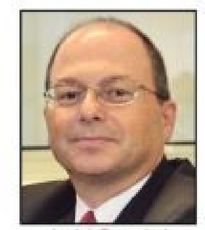
QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 48 DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO:

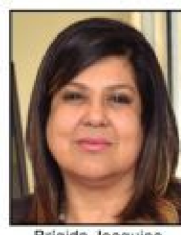

Alexandre Corrêa da Cruz


Ana Luiza Heineck Kruse


André Reverbel Fernandes

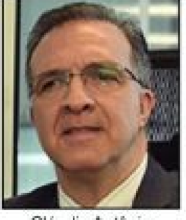

Angela Rosi Almeida Chapper


Beatriz Renck


Brígida Joaquina Charão Barcelos


Carlos Alberto May

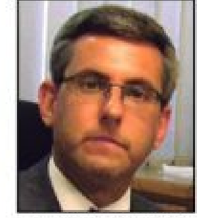

Carmen Izabel Centena Gonzalez

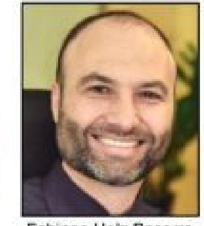

Cláudio Antônio Cassou Barbosa


Cleusa Regina Halfen


Clóvis Fernando Schuch Santos


Denise Pacheco


Emílio Papaléo Zin


Fabiano Holz Beserra


Fernando Luiz de Moura Cassal


Flávia Lorena Pacheco


Francisco Rossal de Araújo

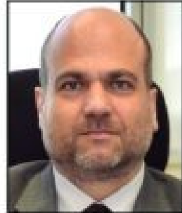

George Achutti


Gilberto Souza dos Santos

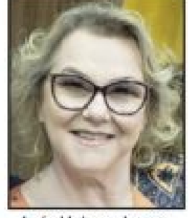

Janney Camargo Bina


João Alfredo Borges Antunes de Miranda


João Batista de Matos Danda


João Paulo Lucena

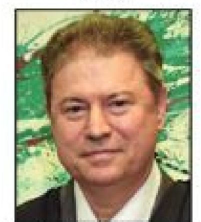

João Pedro Silvestrin


Laís Helena Jaeger Nicotti

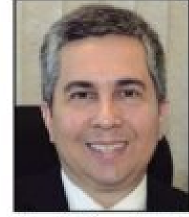

Lucia Ehrenbrink

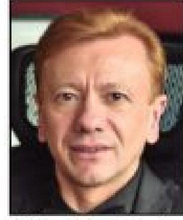

Luciane Cardoso Barzotto

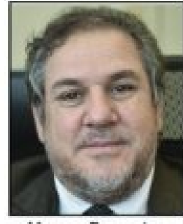

Luiz Alberto de Vargas

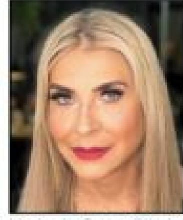

Manuel Cid Jardon

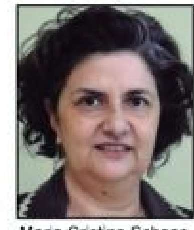

Marçal Henri dos Santos Figueiredo

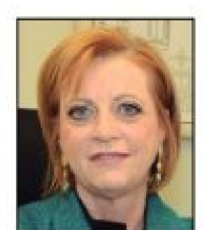

Marcelo Gonçalves de Oliveira


Marcelo José Ferlin D'Ambroso


Marcos Fagundes Salomão

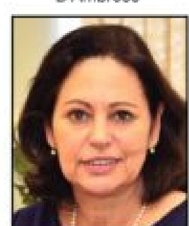

Maria da Graça Ribeiro Centeno

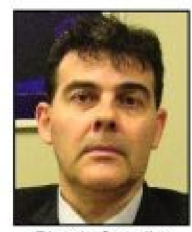

Maria Cristina Schaan Ferreira

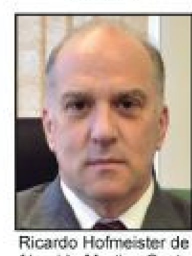

Maria Madalena Telesca

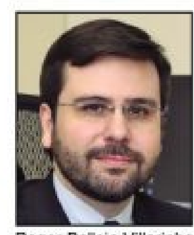

Maria Silvana Rotta Tedesco

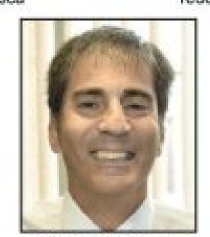

Raul Zoratto Sanvicente

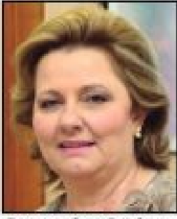

Rejane Souza Pedra


Ricardo Carvalho Fraga


Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa

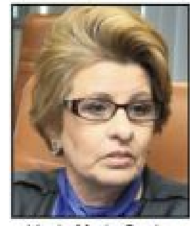

Roger Ballejo Villarinho


Rosiul de Freitas Azambuja


Rosane Serafini Casa Nova


Simone Maria Nunes


Tânia Regina Silva Reckziegel


Vania Maria Cunha Mattos


Wilson Carvalho Dias

Fotos: Divulgação

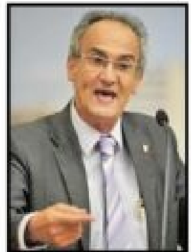
QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 36 VEREADORES DE PORTO ALEGRE:


Abigail Pereira (PC do B)

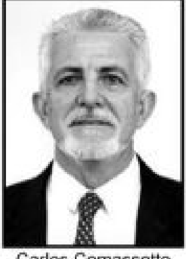

Adeli Sell (PT)


Airto Ferronato (PSB)


Aldacir Oliboni (PT)


Alex Fraga (PSOL)


Alvoni Medina (Republicanos)


Carlos Comassetto (PT)

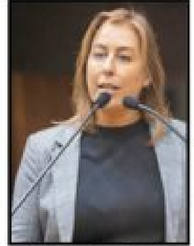

Cassiá Carpes (PP)

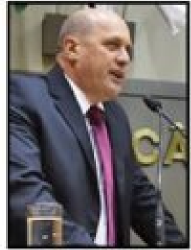

Cláudia Araújo (PSD)


Cláudio Conceição (PL)


Claudio Janta (SD)


Comandante Nádia (PP)


Fernanda Barth (PSC)


Gilson Padeiro (PSDB)


Giovane Byl (PTB)


Giovani Culau (PC do B)


Hamilton Sossmeier (PTB)


Idenir Cecchim (MDB)


Jesse Sangalli (Cidadania)


João Bosco Vaz (PDT)


Jonas Reis (PT)


José Freitas (Republicanos)



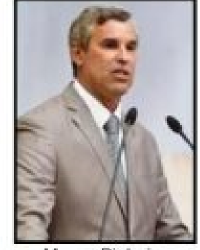
Karen Santos (PSOL)


Lourdes Sprenger (MDB)


Marcelo Bernardi (PSDB)


Márcio Bins Ely (PDT)


Mari Pimentel (Novo)


Mauro Pinheiro (PL)


Moisés Maluco do Bem (PSDB)


Monica Leal (PP)


Pablo Melo (MDB)


Pedro Ruas (PSOL)


Psicóloga Tanise Sabino (PTB)


Ramiro Rosário (PSDB)


Roberto Robaina (PSOL)


Tiago Albrecht (Novo)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

GOVERNADORES DOS ESTADOS BRASILEIROS

ACRE



Gladson Cameli
(PP - Reeleito)

ALAGOAS

Paulo Dantas
(MDB)

AMAPÁ

Clécio Luís
(SD)

AMAZONAS



Wilson Lima
(União - Reeleito)

BAHIA



Jerônimo Rodrigues
(PT)

CEARÁ



Elmano de Freitas
(PT)

DISTRITO FEDERAL

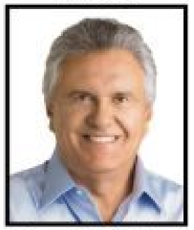


Ibaneis Rocha
(MDB - Reeleito)

ESPÍRITO SANTO

Renato Casagrande
(PSB - Reeleito)

GOIÁS



Ronaldo Caiado
(União - Reeleito)

MARANHÃO

Carlos Brandão
(PSB - Reeleito)

MATO GROSSO



Mauro Mendes
(União - Reeleito)

MATO GROSSO DO SUL



Eduardo Riedel
(PSDB)

MINAS GERAIS



Romeu Zema
(Novo - Reeleito)

PARÁ



Helder Barbalho
(MDB - Reeleito)

PARAÍBA



João Azevêdo
(PSB - Reeleito)

PARANÁ



Ratinho Júnior
(PSD - Reeleito)

PERNAMBUCO



Raquel Lyra
(PSDB)

PIAUÍ



Rafael Fonteles
(PT)

RIO DE JANEIRO

Cláudio Castro
(PL - Reeleito)

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra
(PT - Reeleita)

RIO GRANDE DO SUL



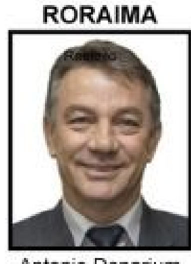
Eduardo Leite
(PSDB - Reeleito)

RONDÔNIA



Cel. Marcos Rocha
(União - Reeleito)

RORAIMA



Antonio Denarium
(PP - Reeleito)

SANTA CATARINA

Jorginho Mello
(PL)

SÃO PAULO



Tarcísio de Freitas
(Republicanos)

SERGIPE



Fábio Mitidieri
(PSD)

TOCANTINS



Wanderlei Barbosa
(Republicanos - Reeleito)

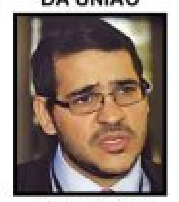
Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

MINISTROS DO GOVERNO FEDERAL:

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO



Jorge Rodrigo Araújo Messias

AGRICULTURA



Carlos Fávaro

CASA CIVIL



Rui Costa

CIDADES



Jader Filho

CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Luciana Santos

COMUNICAÇÕES

Juscelino Filho

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



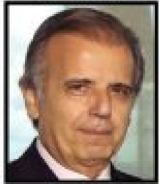
Vinícius Marques de Carvalho

CULTURA



Margareth Menezes

DEFESA



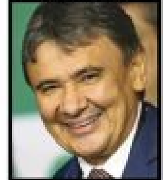
José Múcio

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO



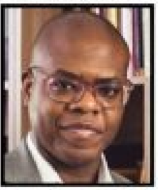
Paulo Teixeira

DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Wellington Dias

DIREITOS HUMANOS



Sílvio Almeida

EDUCAÇÃO



Camilo Santana

EMPREENDEDORISMO





Márcio França

ESPORTES



André Fufuca

FAZENDA



Fernando Haddad

GESTÃO



Esther Dweck

IGUALDADE RACIAL



Anielle Franco

INDÚSTRIA E COMÉRCIO



Geraldo Alckmin

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Waldez Góes

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



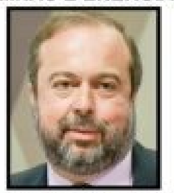
Ricardo Lewandowski

MEIO AMBIENTE



Marina Silva

MINAS E ENERGIA



Alexandre Silveira

MULHERES

Cida Gonçalves

PESCA



André de Paula

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



Simone Tebet

PORTOS E AEROPORTOS



Silvio Costa Filho

POVOS INDÍGENAS



Sonia Guajajara

PREVIDÊNCIA



Carlos Lupi

RELAÇÕES EXTERIORES

Mauro Vieira

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



Alexandre Padilha

SAÚDE



Nísia Trindade

SECOM



Paulo Pimenta

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Márcio Macêdo

TRABALHO



Luiz Marinho

TRANSPORTES

Renan Filho

TURISMO

Celso Sabino

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

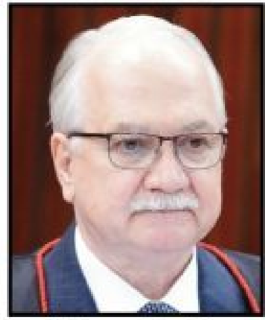
OS 11 MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

Presidente



Roberto Barroso
(indicado por Dilma Rousseff)

Vice-Presidente



Edson Fachin
(indicado por Dilma Rousseff)



Alexandre de Moraes
(indicado por Michel Temer)



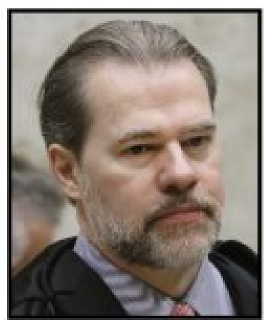
André Mendonça
(indicado por Jair Bolsonaro)



Cármen Lúcia
(indicada por Luiz Inácio Lula da Silva)
(em mandatos anteriores do atual Presidente da República)



Cristiano Zanin
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)



Dias Toffoli
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)
(em mandatos anteriores do atual Presidente da República)



Flávio Dino
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)



Gilmar Mendes
(indicado por Fernando Henrique Cardoso)



Luiz Fux
(indicado por Dilma Rousseff)



Nunes Marques
(indicado por Jair Bolsonaro)

Fotos: Divulgação

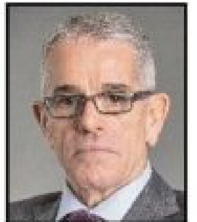
QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

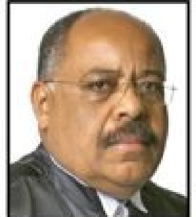
OS 31 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, STJ:


Antonio Carlos Ferreira


Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamin


Antônio Saldanha Palheiro

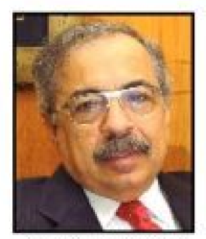

Assusete Dumont Reis Magalhães

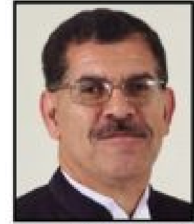

Benedito Gonçalves


Daniela Teixeira


Fátima Nancy Andrighi


Francisco Cândido de Melo Falcão Neto

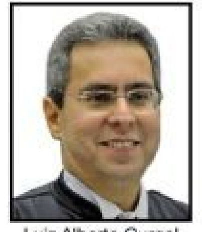

Geraldo OG Nicéas Marques Fernandes


Humberto Eustáquio Soares Martins


João Otávio de Noronha


Joel Ilan Paciornik


Luis Felipe Salomão


Luiz Alberto Gurgel de Faria


Marcelo Navarro Ribeiro Dantas


Marco Aurélio Bellizze de Oliveira

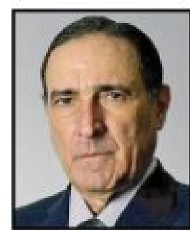

Marco Aurélio Gastaldi Buzzi


Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues


Maria Thereza Rocha de Assis Moura


Mauro Luiz Campbell Marques


Messod Azulay Neto


Paulo Dias de Moura Ribeiro

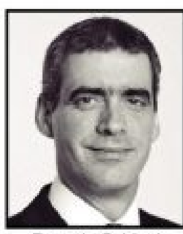

Paulo Sérgio Domingues


Raul Araújo Filho


Regina Helena Costa


Reynaldo Soares da Fonseca


Ricardo Villas Bôas Cueva


Rogerio Schietti Machado Cruz


Sebastião Alves dos Reis Júnior


Sérgio Luiz Kukina


Teodoro Silva Santos

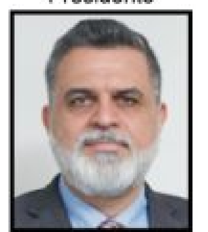
Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 26 MINISTROS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:

Presidente



Lelio Bentes Corrêa

Vice-Presidente



Aloysio Corrêa da Veiga



Alberto Bastos Balazeiro



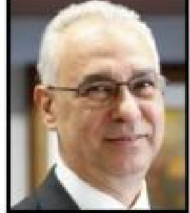
Alexandre de Souza Agra Belmonte



Alexandre Luiz Ramos



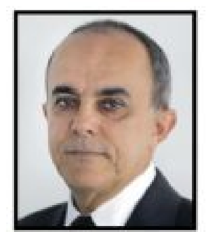
Amaury Rodrigues Pinto Junior



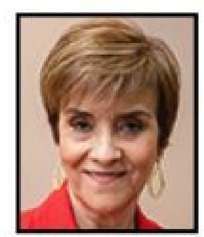
Augusto César Leite de Carvalho



Breno Medeiros



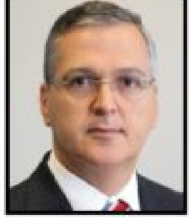
Cláudio Mascarenhas Brandão



Delaíde Alves Miranda Arantes



Dora Maria da Costa



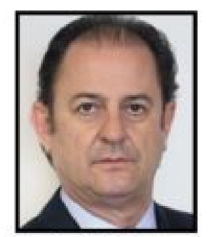
Douglas Alencar Rodrigues



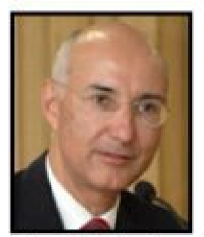
Evandro Pereira Valadão Lopes



Guilherme Augusto Caputo Bastos



Hugo Carlos Scheuermann



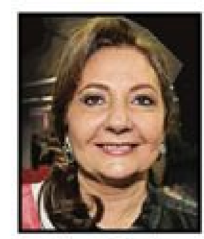
Ives Gandra da Silva Martins Filho



José Roberto Freire Pimenta



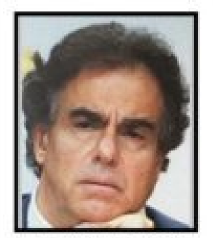
Kátia Magalhães Arruda



Liana Chaib



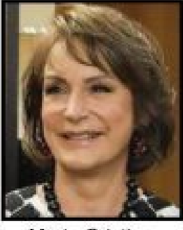
Luiz José Dezena da Silva



Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



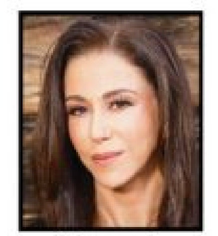
Maria Helena Mallmann



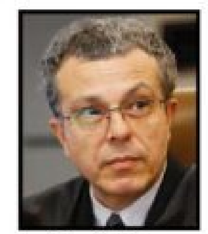
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Mauricio Godinho Delgado



Morgana de Almeida Richa



Sergio Pinto Martins

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 15 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR:

Presidente



Ministro
Francisco Joseli Parente Camelo

Vice-Presidente



Ministro
José Coêlho Ferreira



Ministro
Artur Vidigal de Oliveira



Ministro
Carlos Augusto Amaral Oliveira



Ministro
Carlos Vuyk de Aquino



Ministro
Celso Luiz Nazareth



Ministro
Cláudio Portugal de Viveiros



Ministro
José Barroso Filho



Ministro
Leonardo Punte



Ministro
Lourival Carvalho Silva



Ministro
Lúcio Mário de Barros Góes



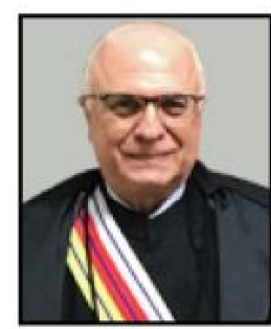
Ministro
Marco Antônio de Farias



Ministra
Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha



Ministro
Odilson Sampaio Benzi



Ministro
Péricles Aurélio Lima de Queiroz

Fotos: Divulgação